

Era uma feira aonde a gente ia de chinelo : Campo Grande e sua Feira Livre Central	Titulo
Calado, Lenita Maria Rodrigues - Autor/a;	Autor(es)
Dourados	Lugar
Editora UFGD	Editorial/Editor
2013	Fecha
	Colección
Historia; Ferias comerciales; Ciudades; Campo Grande; Brasil;	Temas
Libro	Tipo de documento
* http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fch-ufgd/20170914053210/pdf_58.pdf	URL
Reconocimiento-No Comercial-Sin Derivadas CC BY-NC-ND http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar



Lenita Maria Rodrigues Calado

Era uma feira aonde a gente ia de chinelo:
Campo Grande e sua Feira Livre Central



2013

Universidade Federal da Grande Dourados
Editora UFGD

Coordenador editorial : Edvaldo Cesar Moretti
Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho
Redatora: Raquel Correia de Oliveira
Programadora visual: Marise Massen Frainer
e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial
Edvaldo Cesar Moretti | Presidente
Wedson Desidério Fernandes
Paulo Roberto Cimó Queiroz
Guilherme Augusto Biscaro
Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti
Rozanna Marques Muzzi
Fábio Edir dos Santos Costa

Diagramação e Impressão: Gráfica Triunfal| Assis | SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981.71
C141e

Calado, Lenita Maria Rodrigues.

Era uma feira aonde a gente ia de chinelo : Campo Grande e sua
Feira Livre Central / Lenita Maria Rodrigues Calado – Dourados-MS:
Ed. UFGD, 2013.

124 p.

ISBN: 978-85-8147-065-8

Possui referências.

1. Campo Grande (MS) – História. 2. Feira Livre Central. I.
Título.

SUMÁRIO

Prefácio	5
Apresentação	9
Introdução	15
CAPÍTULO PRIMEIRO	
Na mesma linha do tempo, a cidade e a feira	21
CAPÍTULO SEGUNDO	
O cotidiano, a cidade através da feira	61
CAPÍTULO TERCEIRO	
[...] Era uma feira aonde a gente ia de chinelo	93
Considerações Finais	113
Fontes	115
Referências bibliográficas	119

PREFÁCIO

Regulamentada no ano de 1925, em 2012 a Feira Livre Central de Campo Grande completa 87 anos.

A presente edição, pela Universidade Federal da Grande Dourados, de *Era Uma Feira Aonde a Gente Ia de Chinelo: Campo Grande e Sua Feira Central*, de autoria de Lenita Maria Rodrigues Calado, é oportuna não só por dar visibilidade a mais um trabalho acadêmico produzido no Programa de Pós-Graduação em História daquela universidade, mas também, e acima de tudo, por expor aos leitores o abundante conteúdo histórico, sociológico e cultural desse verdadeiro espaço da memória, intimamente atrelado à própria evolução urbana da capital de Mato Grosso do Sul.

Na estruturação do livro, pautado por profundo trabalho de campo em que se agregam os estudos culturais e os métodos da pesquisa histórica, nota-se que para compreender as transformações que a Feira Livre Central passou no decorrer de sua existência é fundamental contextualizá-la na cidade de Campo Grande, bem como no próprio estado de Mato Grosso, uno inicialmente, e a partir de 1977, do Mato Grosso do Sul, dos quais ela faz parte integrante com sólidos liames.

Liames que se elaboram não aleatoriamente, mas graças à participação de seus protagonistas: feirantes, trabalhadores e consumidores/ visitantes. Aliás, é aqui que a autora se reconhece e se identifica como parte integrante de todo um rico processo histórico. Reconhecimento e identificação que emergem da lembrança de sua primeira ligação com a Feira Livre Central:

Provavelmente, entre os anos de 1973 e 1974, num domingo de manhã, eu devia ter entre cinco e seis anos, meu pai me levou à Feira Livre. Segurando na minha mão, ele ia escolhendo alguns produtos que desejava levar para casa. Morávamos perto, a distância não ultrapassava duas quadras e meia, íamos a pé, nessa época o carro só era utilizado

para irmos a lugares que eram, realmente, distantes. Quando já estávamos indo embora, senti que meus olhos escureciam, não vi nada além de uns mastros das barracas, opacos, sumirem diante de meu corpo amolecido. Havia desmaiado.

Se a primeira ligação da autora com a Feira – e, talvez, consigo mesma – foi caracterizada por um evento desagradável – um desmaio – sua fala também remete aos prazeres de uma cidade vista a partir do olhar infantil, na qual tudo era – ou ao menos parecia ser – perto, em que se podia andar a pé e em que todos se conheciam. Depois disso, para a autora, as idas à Feira Central assumem outra conotação, aparentemente contraditória, pois “sempre que ia à Feira me sentia bem, como se tivéssemos uma relação à parte. Eu tinha desmaiado aos pés de algumas barracas e isso marcou minha infância”.

Talvez resida aí a maior motivação de Lenita Maria Rodrigues Calado, ou seja, mostrar as contradições pelas quais, enquanto equipamento urbano de uma cidade em constante mutação e sempre em busca de sua modernização, a Feira Livre Central de Campo Grande passou em sua trajetória histórica. Mutações que a levaram de simples e necessário lugar de venda de produtos de primeira necessidade, passando por espaço de sociabilidade de boa parte da população campo-grandense, até chegar à sua transformação em patrimônio cultural da cidade, mas aonde não se pode mais ir de chinelo.

Carlos Martins Junior
Julho de 2011

Aos que estudam desejando fazer com que o conhecimento seja ponte.

APRESENTAÇÃO

Provavelmente, entre os anos de 1973 e 1974, num domingo de manhã, eu devia ter entre cinco e seis anos, meu pai me levou à Feira Livre. Segurando na minha mão, ele ia escolhendo alguns produtos que desejava levar para casa. Morávamos perto, a distância não ultrapassava duas quadras e meia, íamos a pé, nessa época o carro só era utilizado para irmos a lugares que eram realmente distantes.

Quando já estávamos indo embora, senti que meus olhos escureciam, não vi nada além de uns mastros das barracas, opacos, sumirem diante de meu corpo amolecido. Havia desmaiado. Meu pai me carregou até o “bolicho”¹ da D. Maria, que ficava no meio do caminho para nossa casa. D. Maria, uma senhora japonesa, me ofereceu água e, logo depois, eu pude chegar a casa com minhas próprias pernas. Meu pai me acusou de não ter comido no café da manhã (coisa que faço até hoje); minha mãe disse que eu estava crescendo e o sol poderia ter me feito mal, apesar de considerar que não passavam das dez horas. O que atualmente considero é que esta foi minha primeira ligação e também meu primeiro registro na memória com a Feira Livre Central de Campo Grande. Sempre que eu ia à Feira me sentia bem, como se tivéssemos uma relação à parte. Eu tinha desmaiado aos pés de algumas barracas e isso marcou minha infância.

Em 1977, meu pai se separou de minha mãe, e mudamos daquela casa que ficava próxima à Feira. A vida endureceu-nos e nos levou por rotas distintas. No mesmo ano, o Estado de Mato Grosso do Sul foi criado; Campo Grande virou a Capital. Eu ouvi os fogos da comemoração da criação do Estado, enquanto tomava um sorvete, na Cacimba Sorvetes, na Rua Barão do Rio Branco, ao entardecer de 11 de outubro. Minha mãe, ao ser indagada sobre o barulho

¹ Bolicho era o termo usado para as pequenas mercearias, lugares que vendiam desde gêneros alimentícios até aviamentos, passando por cachaça e fumo de rolo.

no centro da cidade, explicou-me que a cidade iria crescer, porque uma capital é uma cidade grande e importante.

Em meados de 1980, gostava de ir à Feira Livre Central comer um *sobá*, depois de uma noite entre os bares da cidade. As idas à Boate Túnel sempre terminavam nas ruas da Feira, e todos que estavam por lá eram conhecidos, jovens que “curtiavam a noite” campo-grandense.

A década de 1980 foi muito abundante em termos culturais. O rock brasileiro surgia com força espantosa, os bares e lugares de encontro “pipocavam” na cidade. Campo Grande recebeu uma onda de imigração, os investimentos aumentaram, as publicações de revistas e jornais eram significativas, além de muitos shows e festivais que davam força para a criação artística emergente. Tínhamos uma Estação Rodoviária com duas salas de cinema, utilizando equipamentos de “última geração”, para que o público tivesse prazer em assistir a filmes da “mega indústria cinematográfica norte-americana”. Os namorados levavam suas garotas para o “escurinho do cinema”, como dizia a música de Rita Lee, que abria os capítulos de uma novela da Rede Globo de televisão.

A rede Soares de Supermercados contava nesta época com mais de cinco lojas em Campo Grande, mas não disputava o mercado com a Feira, no quesito verduras e frutas. Também já havia o Extra, loja da rede nacional da marca Pão de Açúcar, e o Supermercado Morita. Estes dois comércios mostravam uma novidade: loja de dois pisos, ao estilo “magazine”.

Meu tio Carlito, morador de São Paulo, vinha sempre passar os finais de ano em Campo Grande. Eu adorava quando ele me convidava para irmos à Feira no domingo de manhã comprar doce de leite e queijo, delícias que meu primo Fábio não podia deixar de levar de Campo Grande. Ir à Feira com meu tio dava-me orgulho. Refletindo hoje, penso que a sensação era de que mesmo uma pessoa vinda de São Paulo, cidade grande e que tinha de tudo, precisava da nossa simples Feira. Eu pensava que São Paulo não era capaz de suprir todos os desejos, e que a Feira Livre Central de Campo Grande tinha coisas que São Paulo não tinha.

Eu terminei o 2º grau, o que atualmente é chamado de Ensino Médio, e fui para Porto Alegre cursar Jornalismo. Meu pai faliu, eu não tinha como me sustentar e era menor de idade; voltei depois de um ano e meio fora da cidade. Conheci meu marido, namoramos e casamos no tempo de três anos. Ele é músico e, quatro vezes por semana, eu o acompanhava pelas casas noturnas, onde ele se apresentava. Muitas vezes, antes de irmos para casa, passávamos na Feira

e, além de comer, encontrávamos pessoas da mesma “tribo”, que compartilhavam a cidade conosco.

Em 1992 nasceu meu primeiro filho, Mateus. Em 1994, voltei aos estudos, fiz três anos do curso de Relações Públicas na Universidade Católica Dom Bosco. Em 1996, nasceu minha filha, Paula. Meus filhos, em idade escolar, ingressaram no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. A Feira ficava a uma quadra do colégio; sendo assim, antes de buscá-los, no final das tardes das quartas-feiras, criei o hábito de passar na Feira e comprar verduras, frutas, pamonha, alguma revista, queijo, pão e doce. Voltei a me relacionar cotidianamente com a Feira. E também voltava a visitá-la aos sábados, para comer um espetinho ou *sobá* com a família reunida.

Em 2003, ingressei no curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A professora Marinete Zacharias propôs um seminário em que desenvolvêssemos uma pesquisa sobre a cidade de Campo Grande. Logo me lembrei da Feira Livre Central, eu queria saber como a Feira poderia ser vista como objeto da história e lancei-me ao trabalho. O trabalho de conclusão da disciplina foi muito bom, apesar da minha inexperiência. A Feira então transformara-se em um objeto de pesquisa, que me envolvia e me aguçavam os sentidos.

Formada em 2007, com o projeto para o mestrado, ingressei na turma de 2008, na Universidade Federal da Grande Dourados, levando a frente o trabalho sobre a Feira.

Quando Marc Bloch escreveu sobre o objeto e o historiador, em sua obra mais essencial (BLOCH, 2001), acredito que faz referência à paixão, mesmo que não explicitada. O objeto, a meu ver, deve apaixonar o historiador. Não há legítimo interesse em estudos insípidos. O distanciamento deve existir, mas deve ser dosado, para que não arrefeça a vontade de questionar.

Sendo assim, posso dizer-me apaixonada pela temática aqui estudada. Perco-me em interesse pelas feiras, pelas cidades e pelos seus habitantes. Conhecer os processos das relações de uma feira é multiplicar o conhecimento, pois elas mesmas são espaços múltiplos. A feira abre a cidade para os observadores atentos e contribui para o cotidiano dos habitantes desinteressados.

Para a realização do mestrado e posteriormente do livro, precisei de muitos amigos e colaboradores. Agradeço à minha mãe Lucy, pela torcida; aos meus amores: Paulo, Mateus e Paula, pelo carinho e paciência; à família do meu primo João Bosco, pelo quartinho em Dourados; ao Antônio Wanderlei, pelas caronas tão necessárias; à minha irmã Luely, pelo apoio insubstituível no *abstract*; aos meus tios Nilva e Naôr, pela participação efetiva na pesquisa e na

correção do texto final; ao meu tio Marcílio pela ajuda na impressão da dissertação; à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro, em forma de bolsa; ao meu orientador e amigo Carlos, pelas horas dedicadas à minha pessoa; e aos amigos Eudes e Robson, pelas observações importantes. Agradeço aos feirantes e aos frequentadores da Feira que responderam às minhas questões e fazem a salvaguarda da Feira, em suas memórias.

Portanto, o resultado do trabalho que se apresenta nestas páginas é fruto de pesquisa científica, de dedicação e de paixão pela natureza humana e pela história.

Boa leitura.
[2010]

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

Ítalo Calvino (1923-1985)

INTRODUÇÃO

Tendo como objeto específico a Feira Livre Central de Campo Grande, o texto a seguir é o resultado da análise das transformações pelas quais ela passou, relacionando-as com as transformações vivenciadas pela própria cidade, aqui entendida não como simples espaço de produção e circulação de mercadorias, mas como organismo vivo que se reconstrói, produzindo múltiplas representações sobre si mesmo. Em última análise, através da compreensão da maneira como, no decorrer do tempo, a Feira se inseriu na sociedade campo-grandense, transformada em patrimônio cultural, o que se pretende é conhecer parte da história do desenvolvimento urbano de Campo Grande.

Os lugares da memória são passíveis de observações e leituras críticas, contribuindo para que o historiador, na construção de seu discurso, possa explicar a complexa trama das relações sociais, econômicas, políticas e culturais de distintos períodos históricos. Noutros termos, pode-se escrever a história utilizando-se elementos constitutivos da memória. Afinal, ao se referirem à memória da nação, Francisco Bethencourt e Diogo Ramada registraram que:

[...] a memória da nação está presente um pouco por todo lado, pontuando de sinais o cotidiano das gentes, informando a sua maneira de viver e de sentir, balizando o presente e o futuro enquanto forma de representação de uma identidade construída ao longo de séculos de forma descontínua. Encontra-se materializada nos monumentos [...] que celebram reis, heróis, políticos, literatos ou cientistas [...]. É visível no traçado urbano, nomeadamente através da toponímia, mas também na própria configuração das praças, recheadas de referências históricas (BETHENCOURT, 1987, p. 7)¹.

1 As citações foram transcritas conforme os originais, sem atualização ou correção gramatical e ortográfica.

Com base nisso, acredita-se ser possível inserir a Feira Central, simultaneamente, como fonte e objeto de estudo da história urbana de Campo Grande. Explicitamente, através da análise das transformações pelas quais a Feira Livre Central passou no decorrer de sua existência e levando-se em consideração sua plena inserção no espaço urbano campo-grandense, o objetivo mais abrangente da pesquisa, aqui proposto, é compreender os complexos processos que ensejaram as transformações da cidade.

Paralelamente, pretende-se desvelar, a partir de fontes orais e dos registros documentais produzidos pela e sobre a Feira, a presença anônima, mas sempre constante, de outros agentes sociais urbanos, não apenas mandantes e mandatários, no processo de evolução da cidade. Cidade entendida, aqui, sobretudo, como personagem que se transforma no tempo, desencadeando uma luta de representações entre o progresso e a tradição. A esse respeito, é sempre importante lembrar que uma cidade que se propõe moderna é aquela que destrói para construir, arrasando para embelezar, realizando cirurgias para redesenhar o espaço em função da técnica, da higiene e da estética, pois a modernidade urbana também propicia pensar representações referentes aos planos e utopias construídas sobre o futuro, inscrevendo uma cidade sonhada e desejada em projetos urbanísticos que, realizados ou não, são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, por conseguinte, matéria da história.

Nesse sentido, do mesmo modo que a cidade se transforma, apressa-se em registrar a memória e o conhecimento daquilo que foi um dia. Ao mesmo tempo em que pensa o seu futuro, a cidade inventa seu passado, sempre a partir de questões que lhe são postas no presente.

As transformações fazem parte do processo de urbanização, este, por sua vez, é calcado em modelos mundiais, formado por projetos audaciosos que buscam encontrar um ideal de cidade, um imaginário que, por vezes, surge negando a memória da população e, por outras, valorizando os patrimônios e legitimando a história.

Na literatura sobre as cidades, tem-se o exemplo de Ítalo Calvino, quando imaginou que Marco Polo descrevia para Kublai Khan as cidades que havia conhecido. O personagem relatou:

A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balaustrada em frente e os festões

que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha; a altura daquela balaustrada e o salto do adúltero que foge de madrugada; a inclinação de um canal que escoava a água das chuvas e o passo majestoso de um gato que se introduz numa janela; a linha de tiro da canhoneira que surge inesperadamente atrás do cabo e a bomba que destrói o canal; os rasgos nas redes de pesca e os três velhos remendando as redes que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe (CALVINO, 2003, p.15).

As cidades do século XXI também são feitas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado. Em meio aos exemplos que poderiam ser dados, dessas relações nas cidades atuais, estaria certamente o passeio ou a compra que se faz numa feira. O passado é permeado por essas relações, constituindo o tratamento dado aos patrimônios.

Campo Grande possui uma Feira Central, chamada de “moderna” pela população e que, ao mesmo tempo, é considerada parte do “patrimônio cultural” da cidade. Uma Feira Livre que começou no primeiro quarto do século XX e que atravessou décadas da história de Campo Grande, transformando-se sempre no que a cidade buscava para si.

Em termos de patrimônio, explica José Reginaldo Santos Gonçalves:

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação”, que funda a memória e a identidade (GONÇALVES, 2002, p. 121).

Os espaços são também transformados em patrimônios, os lugares onde as relações acontecem, como é o caso da Feira Livre Central de Campo Grande. Lugares de memória de “civilização”. A formação da nação brasileira como parte da civilização cristã ocidental assume uma configuração específica, ao longo de sua história, colocando o “patrimônio histórico e artístico” brasileiro como continuidade da “civilização”. “A memória é valorizada como memória da nação. Somos na medida em que nos lembramos” (GONÇALVES, 2003, p. 118).

Nesse contexto, a história de Campo Grande é primeiramente “contada” por memorialistas, por escritores que se preocupavam com o interesse de uma parcela mais abastada da população, dos guardiões da “civildade”, do “progresso” e das “tradições”.

Na segunda metade do século XX, Campo Grande entrou no processo de “mundialização”, tornou-se capital do então recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul, e foi pensada como símbolo do “desenvolvimento” econômico da região.

Outras transformações nas cidades do século XX, foram planejadas por arquitetos, por urbanistas e por demais técnicos-burocratas, encarregados de implementar os equipamentos necessários à intervenção urbana (PESAVENTO, 1995).

Surgiram então no desenvolvimento desse texto, conceitos de “cidade-mercadoria” (SANCHÉZ, 2003) e “cidade-museu” (BOHIGAS, 1969, apud CANCLINI, 1994). Visões das cidades que entraram na corrida capitalista do *city marketing*, que por conta de seus “profissionais da cidade” concorrem com as outras cidades do mundo “globalizado”. Há uma projeção de uma “cidade que se quer”, imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem, plano que pode vir a realizar-se ou não (PESAVENTO, 1995).

Essas tantas transformações afetaram a Feira Livre Central e foram mudando o significado da Feira na cidade; observou-se como ela não figurava nos planos de remodelação da cidade, mas era um “problema”. Posteriormente aos projetos dos anos de 1980, passou a ser encarada como um fator de desenvolvimento para o aproveitamento turístico, configurando um novo uso e criando um traço (LEPETIT, 2001) na história de Campo Grande.

No primeiro capítulo enfoquei a linha traçada pela história da Feira com relação a alguns acontecimentos da história da cidade, a formação e algumas transformações pelas quais a Feira Livre Central passou.

No segundo capítulo, tratei dos processos sociais e culturais que a cidade vivia entre os anos de 1970 e a primeira década do século XXI; da Feira como personagem dos planos feitos para Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul; dos planos urbanísticos que desencadearam múltiplas transformações da cidade. Em 1987, foi elaborado pelo Planurb o documento: “Uma Proposta para a Feira Livre Central”. A proposta era que a Feira fosse transferida para outro local, mas o documento tratava, implicitamente, sobre o tratamento dado aos patrimônios, elegendo o turismo como atividade de exploração na cidade. Estabelece-se o recorte

temporal da pesquisa entre os primeiros projetos urbanísticos de 1977 e a última mudança de localização, em 2004. Outro fator importante foi o encontro que se deu, nos anos de 1990, da Feira com a “globalização”, mostrando novos ritmos comerciais, impulsionados pela “sociedade da informação”.

No terceiro e último capítulo, coloquei em destaque as vozes dos habitantes da cidade, o imaginário colocado em palavras. Intencionou-se sentir como todas as transformações da Feira e da própria cidade influenciaram o cotidiano dos moradores. Assim sendo, as falas foram desconstruídas para enxergarmos as linguagens que formam a cidade. O livro foi intitulado igualmente ao terceiro capítulo, a frase foi dita por uma moradora e antiga frequentadora da Feira – palavras que muito me inspiraram na discussão sobre a Feira e Campo Grande, o que justificou seu uso como nome da obra.

A mudança da Feira, em 2004, não foi apenas de endereço ou de organização. Mudaram também as relações dos habitantes tanto com a Feira, no cotidiano, como com a própria cidade, palco e dinâmica de suas vivências. A forma como a Prefeitura de Campo Grande viu e engendrou esse processo de transformação faz parte da reflexão proveniente da pesquisa. Faz-se necessário entender como a Feira é um espaço na cidade, sendo assim, capaz de representar um espaço praticado e lugar de memória, a cidade e sua história. A cidade como um cronotopo (Pesavento, 2004), unidade de espaço e tempo, representada pelo traço que a Feira cria com sua história.

O cerne da pesquisa sobre a Feira Livre Central e sua inserção no urbano, traçando interfaces com o turismo e o patrimônio, está em desvendar como os moradores imaginam e inventam a cidade que repercute na realidade cotidiana. O desafio é enxergar a rede que se forma para a reinvenção cotidiana da cidade. “Uma cidade, pois, inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar o seu presente” (PESAVENTO, 2004, p. 1601).

CAPÍTULO PRIMEIRO

NA MESMA LINHA DO TEMPO, A CIDADE E A FEIRA

Campo Grande completou 110 anos de emancipação político-administrativa no mês de agosto de 2009. A Feira Livre Central completou, no mesmo ano, 84 anos, se considerado o ano de 1925, em que houve sua regulamentação, como seu início.

Talvez a Feira tenha surgido um pouco antes disso como alguns registros não oficiais sinalizam. Enquanto Campo Grande se organizava como cidade, a Feira Livre “inventava-se”, ou seja, surgia para suprir as necessidades das pessoas. A Feira pode ser considerada um movimento autônomo de comércio livre, baseada nos moldes liberais das relações comerciais. Um evento de trabalho e de sociabilidade. Um espaço que se organiza para integrar a vida da cidade.

Portanto, a Feira está intimamente ligada à cidade de Campo Grande, tanto por serem contemporâneas, como por seus usos e sua inserção nos modos de vida dos campo-grandenses natos, ou, simplesmente, dos habitantes da capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

Luiz Mott (1975) fez uma extensa revisão histórica das feiras, mostrando a sua existência em países de todos os continentes. Vistas pelo prisma da cultura, as feiras são objetos de interesses diversos, atraindo estudiosos das áreas da economia, da arquitetura, da geografia, da agronomia, da antropologia e da sociologia, além de artistas e fotógrafos. Essa diversidade de interesses demonstra que as feiras imantam um sem-número de dimensões que possibilitam encontrar os costumes de um povo e de uma época, e remonta às relações comerciais baseadas no escambo (SATO, 2006).

É Pirenne (1933/1936) quem situa historicamente a origem das feiras livres: os mercados locais existentes no início do século IX, na Europa, com o objetivo de suprir a comunidade local com provisões necessárias à sobrevivência. Isso explica o fato de acontecerem

semanalmente, seu círculo de atração ser limitado e a restrição de sua atividade para pequenas operações de varejo (SATO, 2006, p. 15).

Na Idade Média, o que se denominava como feiras eram as grandes reuniões de comerciantes de várias regiões da Europa, que comercializavam os mais diversos produtos. Havia também o uso das portas e janelas das casas para realização do pequeno comércio, e cada rua ou viela se transformava, em alguns dias da semana, em feira ou mercado. Famoso na Paris medieval, o Mercado Les Halles concentrava pessoas de vários ofícios e atendia somente às quartas e sextas feiras e aos sábados (AUTRAND, 2004, p. 35).

No Brasil, as feiras chegaram com os portugueses, baseadas nas feiras europeias. O nativo estava acostumado à troca e esse comércio, então, constitui uma inovação. A necessidade de colonização dos espaços conquistados pelos portugueses deu origem às feiras, e os colonizadores buscaram formas de trazer alimentos e utensílios para a população. Conforme nos informou Emerson Trevisan, o movimento comercial das feiras só se consolidou a partir do século XVII:

A primeira referência das feiras no Brasil data de 1548, quando o Rei D. João III na tentativa de evitar que os colonos se dirigissem às aldeias, ordenou que se fizesse um dia de feira para que os gentios viessem à cidade comerciar seus produtos e comprar o que necessitassem. Partindo do princípio que os mesmos já estavam acostumados a reunir seus artigos de troca na praia para a posterior negociação, estas feiras acabaram por não se realizar. Por este motivo não se realizaram feiras na colônia durante os séculos XVI e XVII, não sendo registrados qualquer ocorrência das mesmas nos documentos oficiais ou relatos de viajantes. [...] A partir do século XVII, surgem com mais intensidade as feiras de gado, que abasteciam as cidades com seus produtos. O gado era trazido da zona rural onde era engordado e para a futura comercialização nas cidades, destacando-se que: No Brasil havia, por esta época, dois tipos de feiras. A Feira de Mercado, realizada aos sábados para o abastecimento alimentar da população da cidade e das redondezas e a Feira Franca, realizada anual ou bi-anualmente destinada à comercialização de bens regionais como o gado e por isto atraíam grande número de compradores e vendedores das mais distantes regiões. (TREVISAN, 2008, p. 46).

No final do século XIX, as feiras urbanas, chamadas de Feiras de Mercado, estavam comumente instaladas nas ruas, oferecendo os produtos básicos para a alimentação dos habitantes.

Diante dos estudos existentes sobre as feiras, é possível indicar a proximidade das cidades com esse tipo de comércio, suprindo a necessidade primordial na vida humana, a alimentação. Mas é possível perceber como as feiras, ao longo do tempo, vão ganhando novas formas e usos; são amplamente adaptadas às novas necessidades que as populações apresentam (TREVISAN, 2008). Transformam-se em locais de lazer ou, propriamente, de interação e integração social.

A existência das feiras enquanto um evento reconhecidamente histórico figura entre os objetos ocultos da historiografia, ou seja, que não são utilizados como forte registro do passado. Representam parte da história de uma sociedade, mas, ao mesmo tempo, não são encaradas como transmissoras de informações sobre períodos dessa sociedade.

Algumas feiras brasileiras são, reconhecidamente, pontos obrigatórios para quem quer conhecer certas cidades e seus habitantes. São exemplos: a Feira de São Joaquim, em Salvador, BA; a Feira do Rato, em Maceió, AL; a Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, RJ; a Feira da Epatur, em Porto Alegre, RS; a Feira do Guará, em Brasília, DF; a Feira de Caruaru e da Sulanca, em Caruaru, PE; e tantas mais em todo país.

Muito do que se sabe sobre as feiras está ligado a uma análise econômica de um período, ou é uma observação quantitativa sobre um dado momento. As feiras são citadas, a partir do século XVII, em relatos de viajantes, em contabilidade das vendas, em processos criminais, em planos urbanísticos, mas sempre como cenário. Os documentos indicam o evento e o espaço das feiras, mas elas não são colocadas como objetos para o estudo do momento histórico.

Para aproximar Campo Grande e a Feira Livre Central faz-se necessário entender as fontes que nos informam o surgimento da cidade e da Feira, e para tal lançou-se mão de escritos memorialísticos. Ressalta-se que, quando os viajantes passaram pela região oeste do Brasil, registraram suas viagens em livros de “memórias”, até porque era muito comum que se fizessem relatórios ou apenas contassem suas “histórias”. Os viajantes e aqueles que usam suas memórias como “história” são conhecidos pelos historiadores como memorialistas. A história de Campo Grande e a existência da Feira Livre Central, por muito tempo só existiu nesses apontamentos, por isso, até hoje, alguns desses memorialistas são intitulados como historiadores, sem terem conhecido o método e a teoria do trabalho historiográfico.

Sendo assim, memorialistas trabalharam no sentido do registro, muitas vezes, incorrendo num processo de divulgar informações de outros. Esse processo criou um campo homo-

gêneo, ou seja, as informações iam ganhando “corpo”, até que fossem aceitas como verdades absolutas. Não se pode renegar o trabalho existente como fonte, pois, também, a partir dos memorialistas, pode-se escrever uma história mais consistente, encarando as fontes e o método com mais precisão. Atualmente, muitos trabalhos são desenvolvidos, ou já o foram, não só por historiadores, mas também por estudiosos de outras áreas, sobre a cidade de Campo Grande, utilizando como lastro obras memorialísticas.

Igualmente, nesse texto, intenciona-se ligar as informações que só podem ser conseguidas nos relatos memorialistas, com as fontes conseguidas, ao longo da pesquisa. Em muitos momentos, só é possível enxergar a cidade de Campo Grande e a Feira pelos olhos e ouvidos dos memorialistas; já em outros, consegue-se formar uma imagem colocada em documentos, jornais, fotos e entrevistas.

Os memorialistas que escreveram sobre Campo Grande, principalmente no início do século XX, colocaram a Feira Livre como um evento importante para a cidade. Refletiram sobre os problemas advindos de sua existência, assim como das possibilidades que ela oferecia aos habitantes da pequena vila.

Repensando a construção da memória, podemos citar Carlos Martins Júnior, ao se referir sobre a Casa Candia, uma casa comercial da cidade de Anastácio, MS, esclarece:

Transformada pela memória (entendida como construção social em uma operação ideológica que estrutura imagens e organiza simbolicamente as relações sociais e seus produtos materiais, produzindo, nesse processo, legitimações) em patrimônio histórico e cultural de Mato Grosso do Sul, a Casa Candia passa a se constituir em símbolo, tornando-se, enquanto tal, passível de interpretação para que seja possível a apreensão de seu significado. Por outro lado, sujeita a musealização, mais que um lugar evocativo e celebrativo de uma memória, a Casa Candia pode e deve se constituir em espaço de problematização da memória, ou seja, num instrumento para a interpretação das transformações culturais de uma sociedade. Noutros termos, e parafraseando José Newton Coelho Meneses (2004), se a história não é apenas memória, tratar como relíquia aquilo que, no campo das tensões sociais, se define como patrimônio histórico e cultural pode colocar em risco a possibilidade de se evidenciar o valor do uso dos objetos, da construção cultural de uma sociedade ou da identificação radical que sustenta a vida dos homens de uma determinada coletividade em outro espaço histórico (MARTINS JR, 2008, p.7).

Assim, também os memorialistas são agentes de transformação, por trabalharem nessa operação ideológica que estrutura imagens, por serem partes integrantes da coletividade e da construção cultural de uma sociedade.

A Feira Livre Central passa a se constituir em símbolo, passível de interpretação para a apreensão de seu significado e de sua relação com as interpretações advindas da própria cidade de Campo Grande.

Os memorialistas trabalharam, primeiramente, com o testemunho dos acontecimentos e, depois, com o relembrar dos acontecimentos pelos participantes dos mesmos, criando critérios próprios de quais acontecimentos deveriam ou não ser considerados históricos. Há de se notar que os chamados “testemunhos” são carregados de simbologias, somando-se a esses uma gama de sentimentos que são expressos pelas pessoas que contam suas memórias. Célia Rocha Calvo considera que:

O elo com o passado se faz nessa percepção construída socialmente, porque se vincula às múltiplas relações que compartilhava num mesmo lugar onde não se sentia espectador, mas participante. Com esse sentimento, a praça aparece como símbolo da cidade imaginada na regularidade do movimento das relações sociais, porque nela muitas práticas se inscreviam (CALVO, 2006, p. 71).

A praça é o objeto de estudo de Calvo, mas não é somente a praça que se torna símbolo da cidade imaginada, porque muitos espaços são palcos das práticas cotidianas. A cidade se constitui de muitos espaços de sociabilidades, espaços que deixam o “passado” apresentar-se através de linguagens (KHOURY, 2006).

Os testemunhos, as notícias, os documentos oficiais, a arquitetura, são linguagens abertas às interpretações variadas que possam surgir com suas leituras, em tempos diferentes, por autores diversos.

Houve uma fase, na historiografia, em que somente as testemunhas com seus relatos eram encaradas como verdadeiramente “história”. Sequencialmente, documentos oficiais foram entendidos como fontes que poderiam “contar a história”. Numa terceira fase, a história ampliou-se com novos objetos, novas abordagens e novos problemas.

Os memorialistas, ou aqueles que operaram no sentido memorial, não avançaram em pesquisas de outras fontes ou, precisamente, outras linguagens (KHOURY, 2006). Suas leituras são apenas decorrentes das próprias vivências e do material recolhido de outras pessoas que, por meio de suas memórias, colaboraram com um “rememorar” de momentos descritos como “históricos”.

Nesse ponto, torna-se possível uma interface com o conceito de memória, muito utilizado no trabalho historiográfico. Jacques Le Goff (1984) dissecou, em seu texto *Memória*, todas as formas de estudos científicos que se relacionam com a memória, desde a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a psiquiatria, além de traços e problemas da memória histórica e da memória social. Le Goff, ao falar de memória coletiva, esclarece:

[...] a memória colectiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva (LE GOFF, 1984, p. 13).

A memória, então, é usada objetivando o poder nas sociedades. A manipulação dos eventos que perpetuam as memórias, ou que criam o esquecimento, está a cargo de agentes transformadores das sociedades, sejam eles políticos, urbanistas, escritores e tantos outros quantos se apresentam. Silvio Luiz Lofego (2000) escreveu sobre o assunto, fazendo uma síntese sobre como dois importantes autores relacionaram história e memória:

Nesse sentido, a história tem recorrido às ciências sociais, principalmente a Maurice Halbwachs, cuja obra, *Memória coletiva*, tornou-se referência para sustentar estudos que pretendem decifrar os movimentos que impulsionam as atividades políticas e econômicas dos grupos sociais. [...] No entanto coube a Pierre Nora um esforço para distinguir o campo da memória e o da história. Distinção esta que se tornou clássica ao classificar a memória como pertencente a grupos vivos e, por essa razão, ela está em evolução permanente aberta à dialética da lembrança e da amnésia, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas utilizações e manipulações, e a história como a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (LOFEGO, 2000, p.305).

Pierre Nora destaca que vivemos o fim das coletividades de memória, principalmente da supremacia do mundo urbano-industrial sobre o rural. Surge a nação-memória, presente nos lugares, nos quais existem três distinções: material, simbólica e funcional. As dimensões operacionais dos lugares da memória só existem quando a imaginação cria sobre eles uma aura simbólica (NORA, 1993).

Essa aura simbólica é criada a partir das comemorações, datas e marcos, pontualmente usados para que a lembrança dos acontecimentos importantes exista na coletividade, forjando uma memória em lugares. Assim, respeitando os aniversários, as homenagens e as celebrações, faz-se com que essa memória exista e não seja varrida por uma história efêmera.

Ao se pensar por esse prisma, a construção da memória coletiva de uma cidade demanda um esforço de fatores entrelaçados entre si. Vários são os canais de divulgação das imagens pretendidas pela cidade, por intermédio de seus habitantes. A memória se torna o primordial para o que se deseja tornar história.

Nesse aspecto, os registros que são feitos por memorialistas desempenham importante papel, ou seja, os relatos de memorialistas estão entre a memória e o esquecimento, fazendo parte da construção de uma história, propícia aos interesses de quem detém os meios de registro.

Campo Grande, cidade que apareceu no final do século XIX, tem a maioria de sua história escrita em memórias, ou uma história construída sobre o que as memórias determinaram. Os registros podem contar o que as pessoas escolheram como história, e sua leitura a contrapelo pode revelar o que os memorialistas tentaram esquecer e fazer com que fosse esquecido.

Muitas vezes, a “escrita memorialista” está em outros suportes: faz parte de notícias, de fotografias, de revistas, de publicidade, de conversas. Portanto ela se confunde com a história em sua base e se amplia no senso comum, tornando a memória tal qual história, “é a memória que dita e a história que escreve” (NORA, 1993, p. 24).

Na história de Campo Grande, a Feira Livre Central figurava como memória, até porque se tratava de um evento que fazia parte do cotidiano, inseria práticas que tornavam o espaço representante da coletividade, no processo de formação da memória.

Hoje, mesmo muito mudada, a Feira Central de Campo Grande participa da operação dos “lugares de memória” (NORA, 1993). Existe na cidade como agente de continuidade his-

tórica; comemora aniversário e realiza festivais. A Feira mostra, em sua permanência, as transformações pelas quais passou e reflete as transformações que a própria cidade sofreu.

Para melhor compreender os processos de transformação urbana que Campo Grande passou, necessário se faz um retorno aos acontecimentos fundadores da cidade. Conjuntamente, conhecer as expectativas que permeavam essa sociedade em formação e suas necessidades e, assim, encontrar a formação da Feira Livre Central.

Campo Grande, Cidade Morena como é apelidada por causa da cor avermelhada de sua terra, é a capital do estado de Mato Grosso do Sul e está localizada na região central do mesmo. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE – contava, em 2007, com população total de 724.524 habitantes.

De acordo com registros de memorialistas, Campo Grande surgiu em 1872 (RODRIGUES, 1980), com a primeira viagem do mineiro José Antônio Pereira à região de Mato Grosso. “No ano seguinte parte a comitiva dos Pereira em regresso a Monte Alegre, para buscar o restante da família e outros interessados” (GARDIN, 1999, p.51). Dois anos mais tarde, em 1875, José Antônio Pereira voltou à região, instalando-se, juntamente com familiares e amigos, na porção de terra localizada na confluência dos atuais córregos Prosa e Segredo, organizando, a partir de então, o que passaria a ser conhecido como “Arraial de Santo Antônio de Campo Grande”.

Na virada do século XIX para o XX, mais precisamente pela Resolução nº 225, de 26 de agosto de 1899² foi criada a Vila de Campo Grande (GARDIN, 1999), definitivamente enquadrada, em 1902, na categoria de município, regido por uma administração pública própria, encabeçada por Francisco Mestre, nomeado seu primeiro Intendente (COSTA, 1999). Desse momento em diante, efetivou-se todo um processo normativo, que seguiu o modelo de transformações ocorridas nos centros urbanos mundiais (BENJAMIN, 1985), materializado na elaboração do Código de Posturas de 1905 (OLIVEIRA NETO, 2005), promulgado pela Câmara Municipal, e nos projetos de planificação urbana (BRESCIANI, 1985), a exemplo do apresentado em 1909 pelo engenheiro Nilo Javari Barém, aprovado pela Câmara do município

2 Oliveira Neto (2005, p. 42) registrou que o aniversário da cidade é comemorado na data de emancipação política, 26 de agosto de 1899, sendo que 27 anos da história da cidade são desprezados.

em 18 de junho daquele ano. A respeito desse primeiro projeto de planificação urbana informa Antônio Firmino de Oliveira Neto:

Em 1909, sob encomenda da Prefeitura, o engenheiro Nilo Javari Barém desenhou a primeira planta da cidade. Era, na verdade, um projeto de expansão urbana, caracterizado, principalmente, por projetar ruas e calçadas bastante largas e retilíneas, formando um tabuleiro de xadrez, num quadrilátero de nove logradouros no sentido leste-oeste e outros cinco no sentido norte-sul. Ficava bastante clara a intenção do projeto, de facilitar o trânsito de pessoas, animais e veículos, encampando as preocupações burguesas e incorporando as novas preocupações urbanísticas (OLIVEIRA NETO, 1997, p. 31-32).

Antes, porém, em 1905, o Código de Posturas regulamentava a compra e venda de produtos alimentícios, determinava o trânsito nas estradas, assim como o comportamento dos moradores e a moral, proibindo “fazer-se bulha ou algazarra e dar-se gritos a noite” (ARCA, 1995). A civilidade burguesa não aceitava comportamentos expansivos e desregrados. Cleonice Gardin (1999) esclarece que o Código de Posturas mostrava uma tendência à homogeneização no ambiente urbano, porque era formado de:

[...] normas que estipulam condutas de vida na medida em que estabelecem procedimentos de limpeza, tanto pública quanto particular; da proibição de atividades que provoquem incômodo aos habitantes, como o malcheiro (sic) dos curtumes e da criação de porcos e derivados; bem como de procedimentos de asseamento (sic) na comercialização de bens comestíveis; e ainda, estipulam a obrigatoriedade da vacinação a todas as pessoas residentes na vila (GARDIN, 1999, p. 60).

Outros fatores indicam a modernização nos aspectos de organização da cidade, nesse período, iniciado com a planificação urbana, como a instalação dos trilhos e a estrutura para o uso da energia elétrica, esta última concretizada em 1923, com a inauguração da Usina do Córrego Ceroula (ENERSUL, 1989). Além disso, merece destaque o fato de haver uma preocupação com o abastecimento de água e luz, no projeto de 1909, do engenheiro militar Tenente Themístocles Paes de Souza Brasil, que efetuou a medição e o mapeamento do rocio, com relação ao abastecimento de água para a população da vila (OLIVEIRA NETO, 2005).

“Entre os anos de 1910 e 1920, Campo Grande ganha, além da inauguração da Estrada de Ferro, a construção dos quartéis” (COSTA, 1999, p.75). Nesse mesmo período, chegaram a Campo Grande os trabalhadores encarregados da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, registrando-se a primeira viagem oficial do trem, que vinha de Porto Esperança, estação próxima de Corumbá, no ano de 1914. Nesse ano, segundo o *Álbum Gráfico de Mato Grosso* (p. 410), havia em Campo Grande 500 casas e cerca de 5.000 habitantes.

Com a chegada da ferrovia, a economia local ganharia novo impulso, com a inserção de novos agentes sociais, proporcionando e estabelecendo novas imagens e novas sensações com relação ao tempo e às distâncias (ARRUDA, 2000). As relações entre as pessoas que viviam na cidade e como elas enxergavam as transformações que estavam ocorrendo formavam novos “paradigmas”, como afirma Antônio Firmino de Oliveira Neto:

A inauguração da ferrovia instaurou, inexoravelmente, na região, uma nova relação social, ditada, dessa vez, pelo capital monopolista de São Paulo, ao mesmo tempo em que estabeleceu, no imaginário dos habitantes do lugar, novos paradigmas em relação ao tempo e às distâncias (OLIVEIRA NETO, 2005, p.99).

Distâncias estas que eram representadas pela proximidade de cidades paulistas, principalmente São Paulo, representante máxima de desenvolvimento urbano. Assim, a palavra “perto” passaria a significar uma representação espacial que designava proximidade com o “civilizado” e os signos da civilização, com o vapor, o telégrafo e o trem, trazendo para “perto” a “civilização”, permitindo o fluxo ininterrupto de mercadorias, pessoas e informações (GALETTI, 2000). A ferrovia serve como fator de transformação dos ideais citadinos, afastando o “sertão” e aproximando o “mundo civilizado”, conforme Gilmar Arruda:

A construção da divisão “cidades” e “sertões”, que se estava consolidando no início do século, produzia reações por parte de habitantes da cidade de Campo Grande, exatamente um lugar que se encontrava no meio dos dois termos, nem era cidade, como São Paulo, nem era totalmente “sertão” (ARRUDA, 2000, p.192).

Politicamente, o que podemos chamar de processo de modernização tem seu início no Estado moderno, e a sua ligação com a cultura da sociedade é fator que reforça as transformações, como explica Roger Chartier:

[...] a construção do Estado moderno tem consequências culturais que não dependem apenas da sua ação voluntária sobre as instituições ou práticas designadas como tais. Ao transformar as próprias percepções do devir social possível, ao produzir escolhas educativas ou profissionais inéditas, essa construção revolve a sociedade nas profundezas, pois permite êxitos anteriormente impossíveis embora crie decepções indelévels (CHARTIER, 1990, p.225).

O que Chartier chama de *percepções do devir social possível* aconteceu no imaginário da população campo-grandense com a chegada dos trilhos, ou seja, a modernização ampliava o campo de percepção do devir social possível, as oportunidades podiam mudar a construção do futuro, como se fosse possível visualizar o próprio futuro.

Sendo assim, a difusão da ideia de “progresso” instalava-se como ideal de novos modos de vida, mais promissores, ligando um “sertão” esquecido ao resto do mundo moderno. Esse imaginário moderno com tal força se instalou que ainda permanece atuante nos desejos dos habitantes da cidade, facilmente localizado entre as notícias, no comércio, nas conversas e nas promessas dos políticos. Ainda é muito importante para os moradores de Campo Grande identificarem-se como “cidadãos modernos”, que vivem num lugar de “progresso”, ligados com o mundo da “cidade grande”, comumente representado por São Paulo.

Dilma Andrade de Paula, trabalhando sobre a ferrovia no Brasil, descreveu os projetos de modernização como fontes inspiradoras da procura pelo novo, num movimento veloz de construir e de destruir:

O conceito de modernidade surgido no século XIX como resposta à agressão do mundo industrial, generalizou-se em meados do século XX, metamorfoseando-se na ideia de modernização, principalmente nos países localizados na esfera terceiro-mundista. [...] Faz-se, de preferência, tábula rasa da experiência humana pregressa e, conseqüentemente, do devir, moldável aos “novos” interesses (PAULA, 2004, p. 51-52).

A modernização tinha representantes materiais, ou seja, a modernidade era o princípio da construção do imaginário e a modernização sua parte realizada por meio de máquinas, por desenvolvimento tecnológico. Forte representante da modernização, então, era a locomotiva.

Sobre a região de Três Lagoas, que também sofreu transformações, por estar próxima ao estado de São Paulo, com a chegada dos trilhos, pode-se notar a relação com a “modernização”, como esclareceu Leisa Robles Borba da Silva:

Esse ideário de desenvolvimento, buscando o estreitamento de relações da região Centro-Oeste com o Estado de São Paulo, permanece na cidade ao longo dos anos, especialmente, através do discurso do poder público e de alguns setores da classe dominante, no decorrer dos anos de 1960 e 1970, estando ligados ao processo de modernização conservadora pelo qual o Brasil passava (SILVA, 2008, p.17).

Outros autores analisaram esse processo. Um exemplo nos deu Cleonice Gardin, referindo-se à chegada da ferrovia e à inauguração da estação ferroviária, em Campo Grande:

A locomotiva representava no início do século o grande símbolo da modernidade, que além de alterar substancialmente o modo de vida, se impõe sertão adentro com uma velocidade que encurta as distâncias outrora penosas. O movimento do trem vai criando por onde passa um imaginário ligado ao novo ritmo. O tempo passa a ser ditado pelo movimento do trem e se cronometra pelos horários estipulados pelas viagens. [...] Uma sociedade que se revela através da busca incessante do lucro é uma sociedade que necessita do encurtamento das distâncias e dos contatos mais frequentes que esse encurtamento provoca. Portanto, Campo Grande vai fechando circuito em torno do ideal do desenvolvimento, do progresso, assumindo logo após o status de cidade (GARDIN, 1999, p. 72).

Complementando a ideia, Gilmar Arruda afirmou: “A ferrovia provocaria o despertar da cidade” (ARRUDA, 2000, p. 206). Segundo o mesmo autor, a introdução desses valores “modernos” às classes subalternas estava em franco desenvolvimento, nos grandes centros. Desta forma, as atitudes das classes dominantes visavam vencer a “barbárie” dos “sertões” e de seus moradores e estabelecer um vínculo permanente com tais centros.

A civilização dos costumes, o refinamento de atitudes e a higienização e estética das ruas correspondem a um movimento que pode ser localizado no final do século passado e início deste, e chamado de “um esforço para atualizar o Brasil” diante do mundo (ARRUDA, 2000, p. 202).

Paulo Coelho Machado foi um memorialista e é um dos escritores mais consultados sobre Campo Grande. Ele tem, em seus livros, demonstração desse imaginário “progressista”. Segundo esse autor, o Intendente e, anteriormente, juiz da cidade, Arlindo de Andrade, a partir de 1921, tornou-se o “decorador da cidade, foi ele quem arborizou as ruas e cuidou das praças e jardins e também de seu arruamento” (MACHADO, 1988, p. 47).

Não é somente com a construção da ferrovia que o imaginário de cidade “moderna” chega a Campo Grande, mas a partir dela isto se tornou visível com mais clareza. As cidades faziam um movimento no mesmo sentido, no caminho do mundo “moderno” e “modernizado”. Logo,

[...] o imaginário do progresso, que tinha na ferrovia seu maior símbolo, penetrava nas mentes dos administradores da “distante” cidade de Campo Grande, impulsionando os desejos de “atualizarem-se” diante das rápidas transformações provocadas pelos trilhos de ferro. Era preciso limpar, separar, arruar, higienizar e principalmente conter suas “gentes”. O surto de “modernização” da cidade de Campo Grande talvez não seja apenas resultado da chegada da ferrovia, mas os discursos que o legitimavam, embasavam-se no imaginário do progresso, apressada pela visão dos trilhos de ferro e na crescente diferenciação espacial entre “cidades e sertões” que este novo tempo carregava (ARRUDA, 2000, p. 218).

A inauguração da Estação Ferroviária foi destacada em vários textos de memorialistas, relatando a importância dos transportes, no começo do século XX. J. Barbosa Rodrigues, proprietário de um grupo de empresas do setor da comunicação, em seu livro *História de Campo Grande* (1980), escrevendo sobre a “Revolução Constitucionalista de 32”, destacou a ligação de Campo Grande com São Paulo:

Todo o sul do Estado, principalmente Campo Grande, que já liderava a região ligada a São Paulo por laços históricos, econômicos, sociais e culturais, não podia permanecer indiferente àquele Movimento (p. 148). [...] Mato Grosso é um prolongamento de São Paulo. As nossas principais e mais antigas famílias, vieram da brava gente paulista, dos

bandeirantes que fizeram os limites do Brasil. Foram paulistas que levantaram nossas primeiras cidades. Fomos uma parte de São Paulo. Hoje todo o influxo da nossa civilização vem da terra formidável, que é o coração da Pátria (sic) (Rodrigues, 1980, p.150).

O modelo paulista relacionado a Campo Grande revela o imaginário de cidade moderna que se instala nos planos para a cidade. O processo de modernização teve temporalidades diferentes, como salientou Marshall Berman:

[...] em países relativamente atrasados, onde o processo de modernização ainda não deslançou, o modernismo, onde se desenvolve, assume um caráter fantástico, porque é forçado a se nutrir não da realidade social, mas de fantasias, miragens e sonhos (BERMAN, 2007, p.275).

Em boa medida, nos anos iniciais do século XX, a modernização não tinha “deslançado” no Brasil, e a fantasia se instalava com o início do processo a que se refere Berman. A fantasia do futuro promissor estava diretamente ligada ao conjunto de práticas que ocorriam na sociedade, algumas dessas decorrentes da expansão da rede de transportes, mais precisamente a construção da rede ferroviária.

Ainda sobre os conceitos de “modernidade”, “moderno” e “modernização”, faz-se necessário o uso do texto de Marshall Berman, que tratou a modernidade como um processo que engloba a modernização, a industrialização e a urbanização, destruindo para reconstruir o “modelo ideal de sociedade moderna isento de perturbações” (BERMAN, 2007, p. 43). Assim, a modernização seria o uso das novas tecnologias, o maquinário. A modernidade como processo histórico atravessou diversas fases distintas, mas representou todos os anseios do mundo moderno. Sobre as cidades o autor se referiu:

Assim, a arquitetura e o planejamento modernistas criaram uma versão modernizada da pastoral: um mundo espacialmente e socialmente segmentado – pessoas aqui, tráfego ali; trabalho aqui, moradias acolá; ricos aqui, pobres lá adiante; no meio, barreiras de grama e concreto, para que os halos possam começar a crescer outra vez sobre as cabeças das pessoas. Essa espécie de modernismo deixou marcas profundas nas nossas vidas. O desenvolvimento das cidades nos últimos quarenta anos, tanto nos países capitalistas como nos socialistas, combateu de forma sistemática, e em muitos casos conseguiu eliminar, o “caos” da vida urbana do século XIX (BERMAN, 2007, p. 200).

Nesse processo de “modernização”, Campo Grande teve como modelos São Paulo e Rio de Janeiro, segundo indica Cleonice Gardin:

[...] como São Paulo e Rio de Janeiro são considerados por excelência centros de civilização, nota-se que os dirigentes de Campo Grande a eles querem se vincular para que esta deixe de ser apenas um arraial do longínquo oeste (GARDIN, 1999, p. 69).

Analisando a cidade, nas duas décadas iniciais do século XX, a autora também afirma:

É neste contexto que em 1918 se constitui num ano de um novo impulso modernizador decisivo para a estruturação da cidade. São os atos do governo municipal neste ano e no ano subsequente: criação de serviço veterinário para exame do gado abatido no matadouro municipal; concessão de serviço de fornecimento de energia elétrica; iluminação pública, estabelecimento da zona urbana para 222 hectares e seus limites; regulamentação das construções e reconstruções de prédios, numeração, obrigatoriedade de calçadas; novos impostos de patente e predial; nivelamento da cidade como base para as construções e melhoramentos futuros (GARDIN, 1999, p. 76).

Além da rede de transportes, das transformações na área urbana com rede de água, de planejamento para as ruas e loteamentos, de preocupação com a higiene e o embelezamento, outro fator era importante para o enquadramento das cidades, em geral, no “mundo moderno” foram as relações comerciais em todos os níveis, desde consumo básico até grandes negócios.

Dessa maneira, a cidade se estruturava para conceder conforto aos habitantes, inclusive no fornecimento de produtos alimentícios; a forma de produção, a higiene e a oferta eram necessidades a serem sanadas. Para os produtos de primeira necessidade o comércio que se formava no meio urbano era de contato direto entre produtores e consumidores. Com isso, ganhou espaço a feira livre.

Em *Canaã do Oeste*, obra editada pela primeira vez em 1947, José de Melo e Silva destacou as modificações nos hábitos alimentares em Campo Grande que, segundo ele, teriam ocorrido devido ao contato que os habitantes da cidade estabeleceram com os novos produtos, tornado possível com a chegada dos trilhos da Noroeste do Brasil. Em alusão à Feira de Campo Grande, cuja fundação atribuíu-se ao português Antonio Valente, ressaltou o autor que a mesma se constituía num “grande empório desses elementos adotados para os novos processos de nutrição” (SILVA,

1989, p.84). Ao que tudo indica, Melo e Silva via nisso apenas um dos elementos de modernidade que faziam com que Campo Grande saísse dos “moldes comuns de uma cidade sertaneja, para figurar, juntamente com Corumbá, a Princesa do Paraguai, entre as modernas “urbes” do colosso brasileiro” (SILVA, 1989, p. 86). Explicitamente, o autor coloca a cidade no campo do devir: “[...] O mais impressionante, porém, é que não se mede Campo Grande pelo que ela é: todos vivem mergulhados no grande sonho daquilo que ela vai ser” (SILVA, 1989, p. 86).

Para a construção da ferrovia chegaram, por volta de 1908, os primeiros imigrantes japoneses que, egressos das lavouras de café de São Paulo, incorporaram-se à economia e à sociedade campo-grandense. Após o término dos trabalhos com a ferrovia, aproveitando o conhecimento adquirido em seu país de origem, esses imigrantes se voltaram para a produção de hortaliças, formando o “cinturão verde” nos arredores de Campo Grande (CABRAL, 1999). Alguns desses imigrantes formaram colônias agrícolas como a de Terenos.

Os imigrantes chegaram por vários motivos. Além da Noroeste do Brasil empregar grande número de estrangeiros, as condições no resto do mundo, que vivia um período conturbado, propiciaram a vinda de muitas famílias que queriam “tentar uma nova vida” num lugar novo que pretendia o desenvolvimento. Em um dos documentos que tratam do assunto da imigração na cidade, o Relatório de Intendência de 1919, publicado como livro em 2003, Rosário Congro assim se referiu à população estrangeira em Campo Grande:

Grande e operosa é a população estrangeira, destacando-se as colônias síria, italiana, e portuguesa, que se dedicam ao seu intenso comércio, e a japonesa, vinda empregada na construção da ferrovia e agora dedicada, nas redondezas da cidade, à pequena agricultura, abastecendo diariamente o mercado consumidor (CONGRO, 2003, p.38).

Ao que tudo indica, a presença dos imigrantes japoneses teria contribuído para a criação da Feira Livre, sendo que os imigrantes, anteriormente a 1925, como é apresentado no documento citado acima, já produziam e vendiam excedentes na cidade.

Conjuntamente, segundo Oliveira Neto (2005), Campo Grande teve um crescimento de 4000% na população do seu município, entre 1909 e 1940, passando de 1.200 habitantes para 49.629 habitantes, respectivamente, conforme os censos realizados, o que facilitou a formação de outros municípios, como foi o caso de Terenos e de Rio Brillhante.

Faz-se necessário diferenciar esses imigrantes japoneses, de 1908, da leva de imigrantes que chegou à região, após a Segunda Guerra Mundial, que formou a colônia JAMIC – Japan Management Immigration Company, em Terenos; os quais trabalhavam com produtos de granjas, primordialmente no comércio de ovos. A Colônia JAMIC foi criada em 1957 e essa denominação desapareceu em 1985 por liquidação da empresa, mas os colonos continuaram suas atividades (Executivo Plus, 1984). Alguns desses imigrantes também foram trabalhar na Feira, mas não eram participantes da formação da Feira de 1925.

Arnaldo Estevão de Figueiredo, Intendente Municipal de 1924 a 1926, relatou em suas memórias, quando do assentamento da Colônia de Terenos, na época de seu mandato:

Demos total assistência técnica para a produção, os colonos traziam, nos fins-de-semana, carroças e mais carroças para a cidade com os produtos plantados, a fim de serem comercializados na feira livre, que foi inaugurada em minha administração municipal. A princípio não havia, para ela, lugar certo. Funcionava em ruas, avenidas até que se fixou no lugar do atual Mercado Municipal e o prestimoso Antônio Valente a administrava gratuitamente (apud RIBEIRO, 1993, p. 305).

Em entrevista para a *Revista do Arquivo Municipal de Campo Grande (ARCA)* do ano de 2000, Walter Valente explicou essa relação de seu pai, Antônio Valente, com a Feira, dizendo que aquele tinha uma grande área que margeava os trilhos da Noroeste, entre as atuais Avenida Afonso Pena e Rua Sete de Setembro, e que ele doou uma parte da terra e organizou os feirantes nesse local. Segundo Walter Valente:

Convivendo com a comunidade local, meu pai presenciava a dificuldade dos japoneses para transportar e vender sua produção de verduras. Na época, não havia um lugar fixo para o comércio dessas mercadorias e os produtores tinham de levar suas cargas cada vez para um lugar diferente, o que era difícil, pois as carroças atolavam, atrasando e sujando os produtos (Arca, 2000, p.13).

Antônio Valente era imigrante português que chegou a Campo Grande em 1914, como empregado da empresa construtora da Ferrovia Noroeste do Brasil. Fixou residência bem próxima ao local da Feira, onde montou um negócio no ramo de artefatos de ferro.

Na década de 1930, a Prefeitura, anteriormente funcionando na Rua 26 de agosto, passou a ocupar um prédio na atual Avenida Afonso Pena, esquina com a Avenida Calógeras, mas continuou perto de onde funcionava a Feira Livre. “Estando localizado na Rua 26 de Agosto, o centro era um foco de interação entre o exterior e o interior da vila, sendo ponto de referência para as decisões políticas locais, intercâmbio econômico e lazer centro” (WEINGÄRTNER, 1998, p. 30). A área em que era estabelecida a Feira estava no centro comercial e político da cidade.

De acordo com os registros documentais, a Feira foi criada, ou seja, legalmente registrada pelos poderes públicos do município, pelo Ato nº 17 de 04-05-1925, do Prefeito Arnaldo Estevão de Figueiredo. Funcionava às quintas-feiras e aos domingos, das 05h00min às 09h30min, segundo Relatório de 1943, assinado pelo Prefeito Demóstenes Martins.

Segundo o arquiteto Ângelo Arruda, em artigo publicado na *Revista do Arquivo Municipal de Campo Grande* (ARCA) de 1995, uma crise de abastecimento, em 1924, explicaria o surgimento da Feira. Ideia confirmada por Arnaldo Estevão de Figueiredo quando relatou que “numa ocasião houve falta de feijão e arroz. Mandamos comprar em Araçatuba para abastecer a cidade” (apud RIBEIRO, 1993, p. 305). Esse fato não invalida os outros fatores que indicaram a formação da Feira, assim como o trabalho dos imigrantes nas colônias, o excedente de produção de horticultura e a necessidade de alimentação dos moradores da cidade.

Escrever sobre a causa do surgimento da Feira e suas mudanças iniciais é difícil pela raridade de documentação da época. Sendo assim, cita-se o artigo de Ângelo Arruda: *Em 1927, pela Resolução nº 140, de 22 de abril, a feira passou a funcionar na atual Praça Oshiro Takemori* (ARRUDA, 1995, p.62), praça hoje ocupada por uma feira voltada para a venda de gêneros alimentícios produzidos por indígenas, sobretudo Terena, nas aldeias próximas da cidade.

As feiras foram vistas como lugares de aglomeração de pessoas, por isso, principalmente no final do século XIX e começo do século XX, quando “a ordem e o progresso” tornaram-se forças vitais na sociedade, transformando os espaços e as relações, as feiras passaram a ser consideradas como ambientes propícios para brigas e tumultos (BARREIRO, 2002). Em se tratando de Brasil do século XIX, informa José Carlos Barreiro:

A frequência às feiras de fins de semana e dias santos compunha também o quadro de diversificação e assistemática que caracterizava os afazeres da vida cotidiana das classes subalternas. Esse tipo de pequeno comércio realizava-se em clima de movimento e muito

ruído, transformando-se, não raro, em ambiente propício para a realização de assassinatos e espancamentos. Embora houvesse proibição oficial, os vendedores e compradores compareciam às feiras invariavelmente armados. Havia mesmo determinadas localidades do Recife que, para atender a essas demandas, ficaram famosas pela fabricação artesanal de facas. Nas feiras era possível encontrar escravos vendendo cana ou fôrma de açúcar furtadas de seu proprietário. [...] Os habitantes do interior, por sua vez, ali apareciam para se proverem de determinados produtos que satisfizessem algumas necessidade e vender seu excedente, incluindo o artesanato que fabricavam. A fabricação artesanal de objeto era uma prática comum tanto no Centro-sul quanto no Nordeste, sendo comum a fabricação de redes e cobertas. (BARREIRO, 2002, p. 37)

À medida que as feiras eram apontadas como lugares “perigosos”, os habitantes das cidades ofereciam resistência ao surgimento desse tipo de comércio, ainda mais se estivesse próximo às casas da elite. O registro dessa reação, em Campo Grande, aparece num artigo publicado, em agosto de 1933, na revista *Folha da Serra*. Nele o cronista Valério de Almeida demonstra sua preocupação com a construção de um mercado público, referindo-se, também, à aceitação da Feira Livre:

Em vista da aceitação e do incremento que vem tendo a Feira Livre instituída com muita visão e sabedoria, por um de nossos Intendentes, mais se impõe a necessidade, que há muito se faz sentir, de um local adequado onde os lavradores e pequenos industriais possam expor a sua produção para vende-la (sic). Vários governos estudaram o problema e procuraram resolve-lo. Infelizmente, porém, nada conseguiram e ele aí está a exigir uma solução. Esta vem agora sendo estudada pela Prefeitura que espera, dentro em breve tempo, alcança-la(sic), dotando assim a cidade de um modelar Mercado Publico instalado em edificio apropriado e consentâneo á sua finalidade (sic) (FOLHA DA SERRA, 1933).

Quanto a essa resistência e ainda sobre a valorização do comércio na Feira, o *Álbum de Campo Grande* (1939), publicação que mostrava aspectos interessantes da cidade, trouxe, ilustrada com foto, a seguinte nota:

Um dia de feira, em Campo Grande.

Foi Antonio Valente, português de nascimento, analfabeto, mas inteligentíssimo, porque soube ler o futuro grandioso de Campo Grande, quem idealizou (sic) a Feira Livre, todas

as manhãs de “quintas” e “domingos”. Morador na rua 15 de Novembro, mesmo em frente à praça onde está hoje a Feira, ele, a expensas suas e alvedrio seu, foi o fiscal daquele campo aberto de negócios. Combatido a princípio, por outros negociantes atrasados, teve apoio, depois, dos mesmos e da população em geral. Hoje, às quintas e domingos, desde às 5 até às 9 horas, a Feira é o ponto obrigatório da presença de meio Campo Grande (sic) (Álbum de Campo Grande, 1939).

Novamente é importante observar que a nota acima se referia a “negociantes atrasados” e também confirmava que o idealizador da Feira foi “combatido a princípio” por tais comerciantes. As ideias, no final do século XIX e começo do século XX, que influenciavam no cotidiano dos moradores das cidades eram de cunho modernista, indicavam o futuro ao mesmo tempo em que instalavam a necessidade de segurança e, por conseguinte, ampliavam o sentimento de medo decorrente das aglomerações e das desordens em lugares públicos.

Duas vertentes podem ser analisadas nos relatos e documentos da época: uma que ligava o “moderno” ao comércio abundante que se materializava, na feira; outra que apontava para a desordem que a feira acarretava, já que também era frequentada por toda a população, incluindo os “pobres” e “desordeiros”. Noutros termos, de um lado, o movimento era importante por dar vazão aos produtos de que a população necessitava e, de outro, dava vazão, igualmente, aos problemas sociais que emergiam da sociedade cidadina.

Embora anteriormente houvesse uma preocupação com a construção do Mercado Público, a nota de 1939 chama a atenção ao orgulho despertado pelo fato de a Feira existir e mobilizar “meio Campo Grande”, e a importância dada aos fatos que propiciaram seu funcionamento, como o combate enfrentado por Antônio Valente para organizar o comércio. Assim como a Feira era sinônimo e representava o “progresso”, também faz referência a como “outros negociantes atrasados” reagiram à Feira, revelando a oposição entre atraso e progresso.

Ainda, mais interessante é notar que os discursos que propiciaram a mudança da Feira, em 2004, assunto tratado em outro capítulo, também usam da modernidade como justificativa, só que acusando de “atrasada” a Feira existente na rua, e afirmando que uma nova Feira representaria o mesmo “progresso” empregado no enaltecimento da Feira de 1939.

No Relatório elaborado pelo Prefeito Demóstenes Martins, em 1943, há igualmente referência “ao excelente serviço aos consumidores, que ali se abastecem diretamente dos produ-

tores” (MARTINS, 1943, p.19). O documento é ilustrado com uma foto com a legenda: “Aspecto da Feira Livre”. No mesmo documento, o prefeito determinou que a venda de toucinho e banha somente fosse feita na Feira, para que houvesse controle fiscal e que a pequena produção desses produtos pudesse abastecer um maior número de habitantes.

Em 1955, a Feira Livre foi transferida para a Rua 15 de Novembro, entre a Avenida Calógeras e a Rua 14 de Julho, ali permanecendo até 1958, ano em que foi inaugurado o Mercado Municipal, construído no mesmo lugar em que se instalou a primeira Feira, regularizada em 1925, na época denominada de Praça do Mercado (O Democrata, 26/08/1958).

O Mercado Municipal ficou denominado pelo prefeito na época de sua inauguração, Marçílio de Oliveira Lima, de Mercado Municipal Antônio Valente. Com isso alguns vendedores, antigos feirantes, continuaram seus trabalhos dentro do Mercado Municipal, mas outros estabeleceram outra Feira Livre. Essa, por sua vez, resistiu às pressões do reordenamento urbano que a Prefeitura realizara com a construção de um prédio específico para o comércio de gêneros alimentícios e demais produtos. Atualmente, alguns dos proprietários de boxes no Mercado Municipal, também conhecido como “Mercadão”, são descendentes de feirantes que deixaram a Feira, em 1958. A Feira atual também conta com descendentes dos feirantes que formaram a Feira, após a inauguração do mercado municipal.

O “Mercadão” tem arquitetura moderna, é constituído de amplo pavilhão sem divisões internas, mas apenas dividido pelas barracas. Em seu interior, as barracas que estão junto às paredes são boxes de açougue ou de pequenos comércios de enlatados e produtos industrializados, em geral. No entorno do “Mercadão”, algumas lojas são de produtos agropecuários, vendem desde frangos vivos até veneno para formigueiros.

Um projeto do Instituto Municipal de Planejamento Urbano – Planurb, de 1987, denominado *Uma Proposta para a Feira Livre Central*, afirma que havia um Regulamento de 1938 que previa limites máximos permitidos de 1.500 metros de proximidade da feira com mercados, escolas, hospitais, dentre outros, por questões de higiene e salubridade. Sendo assim, a feira foi removida para outro local. Ocupou a Rua Antônio Maria Coelho, entre as ruas Pedro Celestino e 13 de Maio, de 1958 a 1964. “Por pressão dos moradores da região” (PLANURB, 1987, p. 11), em 1964, a feira foi instalada na área ocupada pelas Ruas José Antônio, Abraão Júlio Rahe e Padre João Crippa, próxima ao centro da cidade (Arruda, 1995, p.62). O autor do

histórico que consta no documento não informa a procedência dessa informação, não sendo possível identificar sua veracidade. Mas o entrevistado, Adão Pache, que foi carregador na Feira Livre entre os anos de 1948 a 1952, afirmou que a Feira esteve na Rua Antônio Maria Coelho, e depois outros moradores lembraram-se do fato e relataram à pesquisadora. Naôr Rocha Guimarães referiu-se a esse momento:

A Feira é muito interessante. Eu conheço a Feira desde quando era no atual mercado municipal. Depois foi para a Antônio Maria Coelho. Mais tarde, foi para a Abraão Julio Rahe, que se chamava Madeira; eu ia sábado à tarde...³.

Portanto, entre o ano da sua regulamentação, 1925, quando ela passa a existir para a municipalidade, e o ano de sua instalação, na Rua Abraão Júlio Rahe, antiga Rua Madeira, em 1964, a Feira Livre passou por várias mudanças, demonstrando uma relação estreita com as transformações ocorridas na cidade. Desde as primeiras leis e notícias sobre o município de Campo Grande, pode-se notar que a Feira era considerada lugar importante na cidade e da cidade.

Estas transformações, em alguns momentos, foram planejadas pelos engenheiros e arquitetos, nos projetos de urbanização da cidade. Em outros momentos, foram reflexos dos acontecimentos brasileiros e mundiais, em que as cidades pretendiam novas concepções de si próprias para seus habitantes.

Considerado um ano marcante para o Brasil, com o Golpe Militar que instituiu a Ditadura no Governo, 1964 também foi um ano de apreensão em Campo Grande. Naôr Rocha Guimarães, em entrevista concedida à autora, relatou que, quando ele e amigos iam a lugares públicos, ficavam atentos à presença dos militares e que não conversavam nesses lugares, inclusive lembrou que na Feira era mais comum a presença das mulheres e sempre durante o dia.

Vale destacar que, na década de 1960, com a instalação da fronteira agrícola na região da Grande Dourados, seguida da expulsão de grande contingente de trabalhadores do campo para as cidades e, na década de 1970,

3 Conforme Entrevista com Naôr Rocha Guimarães.

[...] mais uma vez, a política territorial formulada pelo Estado brasileiro veio contribuir para reforçar o discurso regionalista. O plano de Integração Nacional, implementado pelos militares se utilizou também do mito bandeirante para promover a ocupação e colonização do Centro-Oeste e da Amazônia (GALETTI, 2000, p. 320).

Com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul em 1977, e a sua transformação em capital, fato que trouxe como consequência um novo fluxo migratório, Campo Grande conheceu forte impulso de desenvolvimento e modernização, materializado em grandes obras produtoras de uma nova configuração de seu espaço urbano. Além disso, a atenção e o interesse que o estado recém criado despertou, em todas as regiões do país, fez com que, “em sete anos de existência como capital, Campo Grande visse sua população praticamente triplicar”, conforme artigo publicado na *Revista MS Cultura*, em 1986.

Na década de 1970, as feiras também se multiplicaram. A cidade contava com 1.185 barracas em doze feiras livres, incluindo a Feira Livre Central. Mesmo assim, “a capital do novo Estado produzia somente vinte por cento de hortifrutigranjeiros que consumia” (GRIFO, 1979, p. 52).

Ainda em 1970 foi elaborado pela empresa Hidroservice, sob a responsabilidade de Henri Maksoud e a pedido da prefeitura, um *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande – PDDI*. O plano diagnosticou o município nos aspectos econômico, populacional e de infraestrutura. Recomendava ações para aproximadamente 15 anos, com estratégias de centralização, apesar do grande território do tecido urbano (OLIVEIRA NETO, 2005).

Oliveira Neto faz referência ao fato de que o Plano Diretor tratava de uma total reformulação, inclusive física, de uma estrutura urbana já sedimentada, como era o centro de Campo Grande. O autor afirma haver um “rasgo de devaneio” (OLIVEIRA NETO, 2005, p.130), considerando os anos de falta de liberdade, em que ocorreu tal planejamento. Além de considerar que os técnicos não estavam inseridos na realidade da cidade, planejaram ainda, segundo critérios de ordens do governo militar. Ou seja, os planos eram feitos à revelia dos moradores das cidades, sem nenhuma consulta das necessidades e das prioridades dos agentes que usufruiriam das novas normas implantadas.

Em 1977, Marcelo Miranda Soares, então Prefeito de Campo Grande, contratou o escritório do urbanista Jaime Lerner para a elaboração de nova proposta de urbanização para a

cidade, o que resultou no *Plano de Estrutura Urbana e no Plano de Complementação Urbana (CURA)*. Os projetos de Lerner estabeleceram a associação entre trabalho, deslocamento e lazer para definir a estrutura de desenvolvimento urbano, expressa nos seguintes termos pelo próprio Jaime Lerner, em entrevista para a revista *Grifo*, em agosto de 1979:

[...] se uma cidade define sua política de uso do solo, transporte de massa e recreação – intervindo com segurança e rapidez sempre a partir desse trinômio – não há dúvidas de que ela se salvará. E foi basicamente isso que procuramos definir para Campo Grande (GRIFO, 1979, p. 53).

É importante notar como as cidades eram vistas como lugares problemáticos pelos responsáveis dos projetos urbanísticos. Jaime Lerner usou a expressão: “não há dúvidas que ela se salvará”, como se estivesse se referindo a um processo de degradação inescapável. Os projetos eram vistos como possibilidades de que as cidades não fossem para sempre mal conduzidas em suas próprias existências. As cidades eram vistas como personagens que poderiam ser conduzidos por seus governantes e urbanistas, e esses eram responsáveis pelo futuro “salvador”, como tratou Lerner.

O centro sofreria intervenções para facilitar o fluxo do transporte, e a cidade teria eixos de expansão urbana; os corredores, assim formados, concentrariam habitação e serviços (OLIVEIRA NETO, 2005).

O mais interessante nesses projetos de planejamento urbano é o fato de que foram feitos com ênfase no estrutural, ou seja, os pequenos movimentos cotidianos, inclusive de comércio como a Feira, não eram analisados. No caso de Jaime Lerner, talvez seja sua ligação com a cidade de Curitiba que, em 1979, era considerada uma metrópole e onde ele era Prefeito. Portanto, fazer um plano para Campo Grande incluía pensar grande, imaginando-se uma cidade perfeita, estruturalmente, isolando-se os habitantes como participantes do processo de construção da cidade. O projeto saiu do papel, e algumas obras foram realizadas, como o calçadão na Rua Barão do Rio Branco (parcialmente retirado, posteriormente) e as vias de mão única no centro.

O então Prefeito, Marcelo Miranda Soares, renunciou à Prefeitura para assumir o cargo de Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, substituindo Harry Amorim Costa no comando do recém criado estado. O projeto foi abandonado e, somente em 1995, através da

Lei Complementar nº05, foi instituído o Plano Diretor de Campo Grande, sendo feito com a participação da sociedade, por reuniões setorializadas (OLIVEIRA NETO, 2005). O Plano Diretor tinha como interesse maior não só consolidar Campo Grande como polo econômico e centro de distribuição regional, mas também buscava melhoria de qualidade de vida e do meio ambiente. Para implementar o Plano Diretor, foi criado o Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB.

Diante disso, pode-se afirmar que, em larga medida, reproduziam-se em Campo Grande, a partir da década de 1960, fenômenos semelhantes aos que Haroldo Leitão Camargo identificou nos centros urbanos, impactados pela Revolução Industrial do século XVIII:

As cidades da sociedade industrial não se caracterizam por um perímetro delimitado e preciso. Elas correspondem àquilo que se pode chamar de território urbano. As antigas muralhas foram demolidas em razão do seu desuso e da necessidade de expansão. [...] A laicização crescente da sociedade determinou o abandono das edificações anexas às igrejas, como mosteiros e conventos, alguns deles estruturas gigantescas. Com exceções, não tiveram outra sorte os palácios ou mansões aristocráticas. Outro fenômeno que transforma profundamente a cidade da era industrial é a segmentação socio-econômica (sic) entre os bairros. O fenômeno mais importante, no entanto, é aquele gerado pelo barateamento dos materiais de construção produzidos em escala industrial e sua venda em dimensões padronizadas. Daí decorre a facilidade para demolir e reconstruir de tal forma que o valor das edificações se transfere para o solo urbano. O valor recai sobre o terreno, dando origem à especulação imobiliária (CAMARGO, 2002, p.16).

Essa tendência de modernização, em que a rápida substituição do velho pelo novo passa a fazer parte do cotidiano das grandes cidades, permaneceu nas décadas seguintes. Isso repercutiu na incorporação de Campo Grande no que talvez possa ser denominada *sociedade de informação*, no interior da qual a informação, transformada em mercadoria, produz uma aceleração do tempo, gerando o que o historiador Ulpiano Bezerra de Menezes identifica como a dimensão existencial da crise da memória (MENEZES, 1999), cujos elementos e implicações essenciais são explicitados por Pierre Nora:

Os tempos dos lugares são esse momento preciso em que o imenso capital que vivíamos na intimidade de uma memória desaparece para viver apenas sob o olhar de uma história

reconstruída [...]. Os lugares da memória são, antes de mais nada, restos. A forma extrema em que subsiste uma consciência comemorativa numa história que a convoca, pois a ignora. É a desritualização de nosso mundo que fez aparecer a noção [...]. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, averbações, monumentos, santuários, associações são os remanescentes testemunhos de uma outra era, ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos, e glaciais. São rituais de uma sociedade sem ritual [...] signos de reconhecimento e de pertença de grupo numa sociedade que tende a reconhecer tão somente indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p. 23-24).

Ao que tudo indica, a Feira acompanhou o ritmo dessas transformações, mantendo sua caracterização e assimilando alguns itens do funcionalismo moderno, ao mesmo tempo em que se consolidava como patrimônio cultural da cidade.

No limite, a criação do órgão de planejamento municipal – Planurb – deu abertura a projetos que eram elaborados levando em consideração os problemas da cidade de acordo com seus habitantes. Desse modo, a Feira começou a ser vista como um dos itens de preocupação na organização urbana.

Nos anos 70 do século XX, as cidades brasileiras receberam os sinais do processo de globalização que se apresentava no mundo, consequência do crescimento dos meios de comunicação e da lenta abertura política que acontecia no Brasil. Nesse sentido, os projetos de urbanização e os planos de infraestruturas para as cidades se avolumaram. Campo Grande também se inteirou dos “novos rumos” que arquitetos e urbanistas pretendiam para o crescimento das cidades.

Desde 1977, com o lançamento do projeto de Jaime Lerner, Campo Grande enfrentava desafios, no sentido de modificações em sua estrutura urbana, evidenciando o desejo de se tornar uma metrópole. Alguns projetos desencadearam questões sobre problemas que não estavam evidentes. Esse foi o caso da Feira, que foi agente de transformações por conta de planos que alteravam sua instalação.

Segundo Fausto Matto Grosso, vereador em Campo Grande no período de 1983 a 1988, o projeto do escritório de Jaime Lerner, lançado em 1977, determinou, com a Lei de Uso do Solo, que algumas áreas estivessem, mesmo que propriedades particulares, reservadas para uso institucional e público. Essas áreas foram estrategicamente escolhidas por suas localizações

e seus tamanhos. Eram quadras inteiras em lugares que estavam próximos ao centro da cidade ou em bairros desenvolvidos em termos de ocupação e de melhorias.

Fausto Matto Grosso ainda relatou à autora que, como fazia parte de uma minoria na câmara municipal, por ser comunista, voltou-se para assegurar em seus projetos os direitos dos pequenos comerciantes, como os feirantes e os camelôs. Também, tentava fiscalizar o uso das áreas de interesse público; até porque quando algum empreendimento não público quisesse ser instalado, tinha que passar por aprovação na Câmara de Vereadores.

Em 1987, surgiu um grupo de investidores interessados em instalar, na área que ficava ao lado da Feira Livre, um *shopping* que levaria o nome de “Guaicurus Shopping Center”. O grupo Guaicurus Shopping encaminhou ao então prefeito Juvêncio César da Fonseca o projeto do empreendimento. Contrariando os trâmites legais, o prefeito liberou a área e a construção por meio de decreto, criando, assim, uma discussão sobre o tema (DIÁRIO DA SERRA, 26/03/1987).

Fausto Matto Grosso e mais dois vereadores, Oshiro e Jairo Fontoura, entraram com requerimento junto à Câmara para a formação de uma Comissão Especial para acompanhar os procedimentos relativos à obra do *shopping* e para estudar os impactos que seriam causados pela obra, na vizinhança e na Feira Livre.

Tais impactos são provenientes de um projeto, no mínimo audacioso, que pretendia criar uma torre de 13 andares com 725 escritórios comerciais, um *apart-hotel* e, ainda, um edifício *flat-service* (DIÁRIO DA SERRA, 26/03/1987, p.11).

Na época, foi levantada como uma hipótese remota a possibilidade da desapropriação do imóvel pela prefeitura, para que esse fosse transformado em espaço de múltiplas atividades e para abrigar a Feira.

A partir desses problemas, o Planurb começou a elaborar, no mesmo ano, “Uma proposta para a Feira Livre Central”, fazendo um estudo detalhado sobre todas as áreas que poderiam recebê-la. As áreas foram as mesmas contempladas pela Lei de Uso do Solo, ou seja, aquelas que poderiam ser utilizadas para fins públicos. Eram cinco áreas propostas:

Área “Shopping Guaicurus”: terreno que estava destinado ao investimento de criação do *shopping* que havia sido aprovado pelo prefeito, mas ainda estava apenas no papel. Tem área total de 16.200 m² que formavam uma quadra ao lado da rua da Feira, onde hoje está instalado o templo da Igreja Universal do Reino de Deus, área preferida pelos feirantes e recomendada pelo projeto.

Área “Projeto Gemt”: na Rua Maracaju, próxima ao local onde estava a Feira. Atualmente, abriga uma agência do Banco do Brasil e a Central de Atendimento ao Cidadão da Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Área “Rio Grande do Sul”: na Rua Rio Grande do Sul, onde se instalavam os circos que vinham à cidade. Hoje no local está o Hipermercado Walmart.

Área “Ana Terra”: próxima à Feira, um local conhecido como “Pedreira”, ainda desocupado por se tratar de um grande buraco.

Área “Imediações da NOB”: onde desde 2004 está instalada a Feira Central.

Foram analisados itens como área em metros quadrados, localização, situação econômica, situação jurídica, infraestrutura, sistema viário, transporte coletivo, situação do entorno e salubridade.

Reuniões foram feitas e a preferência se confirmou pelo terreno do que poderia ser o Guaicurus Shopping, posto que a construção do *shopping* não houvesse vingado.

Na proposta do Planurb, havia uma descrição detalhada da Feira, acompanhando o *croqui*. A Feira Livre Central tinha as seguintes características:

Localização: Rua Abrão Julio Rahe, Rua José Antônio e Rua Padre João Crippa.
Ramos de Comércio: Açogue, Aves Abatidas, Aves Vivas, Biscoitos, Balas, Bolachas, Café e Salgados, Caldo de Cana, Calçados, Cereais, Doces e Laticínios, Frutas e Verduras, Jornais e Revistas, Roupas Feitas e Armarinhos, Diversos.
Nº Total de Vagas: 377, sendo 347 vagas locadas e 30 disponíveis.
Nº de Feirantes: 245 (sic) (PLANURB, 1987, p. 13-14).

A proposta seguia a mesma linha de projetos de urbanização que viam alguns aspectos da cidade como “problemas urbanos”, tanto que o documento justifica-se, dizendo que “Campo Grande cresce acelerada e desordenadamente” (PLANURB, 1987, p.7). A organização urbana era, a princípio, a solução dos problemas de crescimento da cidade. A Feira, por esse princípio também deveria ser organizada. Ao mesmo tempo, buscava-se não somente a solução, mas também a valorização do espaço, com sentido na continuidade de existência da Feira.

Nas ruas que ocupava, o desenho da Feira era muito parecido com um “T”, com um pequeno traço em sua base, a parte vertical era composta por cinco fileiras de barracas, e as partes

horizontais possuíam três fileiras. Dependendo da época do ano, as fileiras aumentavam, uma vez que, em datas festivas, os artesãos também montavam barracas. As barracas eram “desordenadamente” organizadas, ou seja, não havia setores exclusivos, mas os produtos eram variados, conforme a posição de cada barraca. Ao mesmo tempo, elas tinham seus lugares fixos. Perto dos muros ficavam as barracas de comidas, a segunda fileira era composta de barracas de frutas, verduras, doces, queijos. Nas ruas abaixo e acima, ficavam os outros produtos, que foram sendo alterados conforme o tempo em que a Feira esteve no local.

Os processos de “modernização” estão contidos nesses projetos urbanísticos, quando a municipalidade tenta resolver os chamados “problemas”, indicando modos de organização, por vezes mascarando um ideal de participação no mundo. A cidade se vê como um organismo vivo e precisa participar dos processos mundiais (SÁNCHEZ, 2003). Nos projetos ficam claras as intenções decorrentes da visão de mundo, no final do século XX, como esclarece Fernanda Sánchez:

A visão de mundo que se impõe como dominante cumpre um papel de convencimento e legitimação das ações. Para realizar a discussão sobre o tema de estudo torna-se necessário tecer as vinculações entre as representações do espaço, a prática política e as ações voltadas a promover os arranjos espaciais necessários à re-estruturação urbana (SÁNCHEZ, 2003, p. 89).

O projeto elaborado pela prefeitura, em 1987, pode ser visto como um marco de grandes transformações. A princípio, os projetos de planejamento urbano para Campo Grande viam a Feira como um item de comércio e de abastecimento. Quando o Planurb discutiu, via proposta, uma mudança de local para a Feira, classificou-a como fator cultural e de importância no urbano, não apenas como um problema a ser superado, mas ainda como um movimento a ser preservado, de interesse público urbano, visto aqui como realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento e cidade como um dado prático-sensível, arquitetônico (LEFEBVRE, 2001).

O *Guaicurus Shopping Center* não saiu do papel, e a Feira continuou nas ruas, não conseguiu ocupar o lugar do *shopping*, nem outro lugar sugerido pelo estudo do Planurb na Proposta de 1987. Mas o interesse em mudar a Feira de seu local já havia se estabelecido. O campo de ideias ficou aberto para que muitas tentativas fossem feitas nesse sentido.

A Feira passou a ser uma preocupação para os feirantes, em termos de assegurarem seus ganhos, e para a população, em termos de sua continuidade, por ser considerada um espaço histórico. A ideia era de que a Feira não poderia acabar, mas poderia ser transformada, para ficar condizente com uma cidade “moderna” e “promissora”. Em agosto, mesmo mês em que foi lançada a Proposta do Planurb (1987), o *Jornal da Manhã* noticiou:

Embora seja compreensível a relutância dos feirantes de abandonarem o local onde se encontram instalados, segundo opiniões de grande parte da população realmente a Feira Livre, da maneira que se encontra, não possui aspecto condizente com o desenvolvimento da cidade. A transferência desse centro comercial periódico, dotando-o de melhor estrutura, vai reunir vantagens, tanto para os feirantes como toda a freguesia. No novo local, sem que as atividades sofram alterações, poderão ser melhor observados(sic) os princípios básicos de higiene, notadamente pelos que comercializam produtos comestíveis, tais como salgadinhos e os tradicionais espetinhos, sobá e dobradinha, já que os novos boxes contarão com água encanada, sendo abolidos os antiquados latões, utilizados para a lavagem de utensílios e talheres (JORNAL DA MANHÃ, 30/08/1987).

Esse processo de enquadramento nos padrões de higiene e de organização das cidades modernas não era privilégio de Campo Grande, como já expusemos anteriormente. Era um movimento envolvido com a globalização e, por isso, abarcava muitas cidades num mesmo rumo. Sobre tais mudanças ocorridas nas cidades, no final da década de 1980 e início da década de 1990, com vista nos projetos urbanísticos da época, Fernanda Sánchez assim se refere:

A vertiginosa propagação de novas leituras sobre os chamados “problemas urbanos” e sobre a “crise das cidades”, leituras que influenciam as políticas urbanas, produz indagações a respeito dos valores subjacentes que as engendram. Essas leituras atualizadas da realidade emergem em diferentes contextos discursivos: na imprensa, na televisão, no pensamento político, nos documentos técnicos, na produção científica e, por meio de sobreposição desses canais, sedimentam visões de mundo com a difusão de certos valores associados à questão urbana, com a gradual gestação de um senso comum a respeito do espaço. [...] uma mentalidade acerca de seus temas. Um horizonte espacial, coletivo (SÁNCHEZ, 2003, p. 88-89).

O conceito de *cidade-mercadoria* cabe muito bem para entender as cidades, a partir dos anos 90 do século XX, cidades que desenvolveram projetos para serem “vendidas” por meio de

“suas singularidades políticas, culturais e urbanísticas” e, ao mesmo tempo, serem enquadradas num “padrão tendencialmente homogêneo das imagens internacionais de cidades” (SÁNCHEZ, 2003, p. 39).

Os patrimônios urbanos foram encarados como itens importantes para a adaptação das cidades em “cidades-mercadoria”. Sánchez analisa que a globalização corre em duas vertentes: uma que busca a homogeneização e outra que busca a singularidade, com a concorrência entre as cidades acompanhando esse processo. As cidades são premiadas por serem melhores que as outras e, também, recebem mais verbas por preservarem seus bens patrimoniais – inclusive pelo atrativo turístico que causam com esses bens. Ainda há o intuito de mercadoria, quando a cidade é dividida, territorialmente, para a venda em lotes, ou seja, na produção de seus espaços. “A produção do espaço-mercadoria envolve também a produção de representações que o acompanham” (SÁNCHEZ, 2003, p. 48).

Os processos de articulação global econômica (BAUMAN, 1999) unem as estratégias que são desenvolvidas para a homogeneização e a valorização do heterogêneo, não apenas na questão financeira, mas também como “amálgama” da sociedade, no desejo de pertencimento e de acomodação das inquietudes do indivíduo. O patrimônio – “aquele que se conserva” – mostra que há história do lugar, e “aquilo que se transforma” demonstra que a cidade faz parte do mundo. O desejo de ter história e de participar do mundo globalizado constrói a dialética, na práxis do ator social.

Sánchez trabalha o conceito de “visão de mundo” como um conjunto de valores que reúne as representações, responsáveis pelas identidades grupais e constituintes de fator central, na estabilidade social. A “visão de mundo” serve de base para a valorização dos conteúdos da homogeneização, ou do sentido simbólico dado aos pontos de heterogeneidade.

No mínimo, dois fatores são coadjuvantes nesse processo de globalização em que as cidades estavam, a partir de 1990: o turismo e a patrimonização. Casados entre si, esses fatores implicam na conversão das cidades em “cidades-mercadoria”.

O turismo é encarado como setor econômico importantíssimo, gerador de empregos e divulgador das cidades como “cidades-mercadoria” (SÁNCHEZ, 2003). As atividades de lazer e de turismo valorizam as características dos espaços que podem ser visitados, como se os lugares pudessem, por si só, contar a história daquela sociedade visitada.

O termo “cidades-museu” (CANCLINI, 1994) é utilizado para estes fenômenos que ocorrem nas cidades, quando elas trabalham para a preservação de seu patrimônio, seja ele material ou imaterial. O que pode caracterizar a Feira a tornar-se patrimônio, no mesmo espaço que ocupou por quarenta anos, é a forma de enxergar o patrimônio, categoria que torna um lugar um “espaço praticado” (CERTEAU, 2007), ou seja, um lugar de vivências permeadas pelo tempo das relações entre o espaço e as pessoas.

As “cidades-museu” são cidades que tentam segurar espaços-tempos em meio físico, para serem visitadas e conhecidas como se fossem a realidade apropriada de suas memórias. Simplificando, ao visitar cidades enquadradas neste termo, poderia o visitante conhecer a cidade através de sua história cristalizada, considerando o tratamento dado aos seus patrimônios.

As cidades podem ser ao mesmo tempo “cidades-museu” e “cidades-mercadoria”, porque a partir da perspectiva do *marketing* usado nas intervenções urbanas, criando modelos com estratégias bem sucedidas, as “cidades-museu” também são produtos à venda.

Muitas vezes, as cidades são misturas dessas categorias, ou seja, preservam bens e possuem lugares por vezes “musealizados” e, em outros lugares, projetam suas vendas na lógica do capitalismo, no ideal de cidade a ser consumida. A preservação de patrimônios agrega valor à conceituação de “cidade-mercadoria”, como Barbara Freitag comentou:

Hoje em dia, quase todas essas cidades históricas são grandes atrações turísticas, centros de preservação e venda do artesanato popular, e, em alguns casos, até mesmo o cenário de filmes que buscam reconstituir a época colonial, os conflitos entre senhores e escravos, conflitos políticos, e insurreições contra a hegemonia da coroa portuguesa, entre outros temas (FREITAG, 2002, s/p.).

Nessa perspectiva e

[...] com a finalidade de competir mais eficazmente no mercado, formatam-se novos produtos que contrariam o caráter maciço e o ritmo dos tempos velozes, oferecendo “cultura” e “tradição” – em tratamento personalizado, caseiro, artesanal, familiar, hospitaleiro, que inclui “comida da avó”, pães artesanais, cerveja e vinho caseiros, casas restauradas, tecidos naturais, ciclismo, antigas vias férreas e trens restaurados, enfim símbolos plenos de apelos nostálgicos que nos remetem ao passado distante, quando o tempo escoava lentamente em oposição aos tempos frenéticos e a agitação das grandes metrópoles. Essas caracte-

rísticas são largamente utilizadas para o marketing do turismo rural e do ecoturismo, modalidades que tem apresentado um crescimento razoável nas duas últimas décadas, sob o rótulo de segmentos alternativos ao modelo dominante, “sol e praia” (RODRIGUES, 2006, p. 300).

Adyr Rodrigues e Fernanda Sánchez concordam que existem dois movimentos na utilização das cidades como impulso do turismo: um que leva a heterogeneidade e outro que busca a homogeneidade. Os interesses são que as características se mostrem diversas, mas que os resultados finais sejam, em sua maioria, homogêneos. Em suma, as cidades se colocam nos circuitos turísticos por suas peculiaridades, mas encerram em seus roteiros a globalização intrínseca em suas formas de ação, provocando um lazer uniforme.

Rita de Cássia Ariza da Cruz ainda chama atenção sobre a natureza do turismo:

Duas características intrínsecas ao turismo o diferenciam, fundamentalmente, de outras atividades econômicas ou produtivas. Uma delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo (CRUZ, 2006, p.338).

Como prática social, há de se reconhecer que o turismo não se restringe às ações hegemônicas do mercado e do Estado. Contudo, o ingresso no competitivo rol dos destinos turísticos nacionais e internacionais não é objetivo fácil de ser alcançado, pois esse intento é resultado de um feixe de relações e ações, fatores endógenos e exógenos que muitas vezes não estão sob o comando do lugar receptor (CRUZ, 2006). Os governantes podem agir para que as cidades se mostrem aptas ao turismo, mas isso não garantirá que estas estejam incluídas nos roteiros nacionais ou internacionais.

Outro ponto que impulsiona o desejo de que as cidades tenham o turismo como fonte econômica é a crença de que o aumento de empregos possa, por si só, levar ao crescimento da economia do lugar. Rita de Cássia Ariza da Cruz contrapõe esse efeito esclarecendo que:

Se, de um lado, o turismo pode, teoricamente, contribuir para “aliviar a pobreza”, de outro, tem sido, na prática, responsável por sua redistribuição espacial. Ao tornar determinadas porções do território atrativas para trabalhadores com baixa qualificação profis-

sional, dado que grande parte dos postos de trabalho diretamente associados ao turismo estão na informalidade ou dizem respeito a empregos mal remunerados, o turismo tem atraído contingentes de pobres para lugares receptores de fluxos, na busca de sua inserção no mundo do trabalho (CRUZ, 2006, p. 341).

Essa busca pelo *status* de cidade turística acompanhou as transformações das cidades em “cidades-mercadoria”. A venda do produto, nesse caso a cidade, está ligada ao seu poder de apresentação. Primeiramente, deve-se chamar a atenção do consumidor – turista – e convencer a população dos efeitos benéficos que a venda do lugar pode proporcionar. Essas são estratégias dos governos.

As táticas que os governos usam para vender os lugares são múltiplas, assim como são múltiplas as necessidades criadas pelo turismo. Os bens culturais são tomados como representantes das originalidades dos lugares, e a heterogeneidade como valor simbólico. Como esclarece Edegar Luis Tomazzoni:

O turismo e o lazer se originam e se constroem em um amplo e complexo processo de difusões e de interações culturais. As identidades e diversidades culturais, transformadas em produtos de consumo, têm contribuído significativamente com o desenvolvimento do turismo como atividade social e econômica. Por meio dos patrimônios culturais, em suas mais diversas formas e manifestações, o turismo tem conquistado visibilidade e valorização no mercado cada vez mais competitivo e globalizado. A dimensão cultural do turismo abrange a valorização e o fortalecimento das identidades e manifestações da cultura regional (TOMAZZONI, 2008, p.02).

Com relação às transformações que ocorriam em Campo Grande, enquanto reflexos da globalização, a Feira Livre Central, nos anos 90 do século XX encontrava-se entre a preservação e a sua transformação em patrimônio, e as novas estratégias de mercado que levariam a cidade a níveis competitivos na política de *city marketing*. Essa política retrata que,

[...] neste movimento, não são apenas fragmentos do espaço urbano que entram nos fluxos mercantis, incorporados de acordo com interesses locais (sic) específicos e respectivas estratégias de acumulação de empreendedores imobiliários, agentes empresariais multinacionais ou empresários do turismo. São as cidades que passam a ser “vendidas”

dentro das políticas do Estado que, no atual estágio do regime de acumulação capitalista, procura cumprir com uma agenda estratégica de transformações exigidas para a inserção econômica das cidades nos fluxos globais. Neste contexto, não basta renovar as cidades, é preciso vendê-las e, ao fazê-lo, vende-se a imagem da cidade renovada (SÁNCHEZ, 2003, p.50).

Não mais encarada como um problema urbano a ser resolvido, mas como uma oportunidade de negócio, a Feira foi aparecendo nos discursos que mostravam a imagem da cidade. Os jornais, revistas e demais publicações já divulgavam a Feira como atrativo turístico e a prefeitura mostrava preocupação na tentativa de “organizar” a Feira como elemento ligado aos processos “modernos” de urbanização:

Na Feira Central não existe horário para chegar, toda hora é hora. O movimento é intenso o tempo todo, exalando um clima de festa constante, aromas de flores, plantas, verduras, frutas, churrascos pairam no ar. Tudo pode acontecer (DIÁRIO DA SERRA, 26/03/1987, p. 11).

[...] a Prefeitura tem levado em consideração o aspecto histórico tradicional, já que a feira existe desde o ano de 1924 e que para que a transferência não cause transtornos devem ser acatadas as manifestações dos feirantes e da população (JORNAL DA MANHÃ, 1987).

[...] a feira é a única atração da cidade visitada com frequência por turistas e campo-grandenses (sic) de todas as classes sociais (CORREIO DO ESTADO, 07/04/1999, p.18).

A Feira esteve quarenta anos, no mesmo local (1964 - 2004) e, nesses anos, sofreu grandes transformações no cotidiano citadino. Mas foi a partir dos anos 80 do século XX que as mudanças se intensificaram. A mais significativa, e que não se pode datar, é que a Feira começou a funcionar durante as noites de sábado e se estendia pelas madrugadas de domingo. Assim, passou de um evento exclusivamente diurno para um evento diurno e noturno. As barracas que atravessavam a noite, atendendo, eram as que serviam o espetinho e o *sobá*.

O *sobá*, uma comida típica da Ilha de Okinawa, fazia parte dos costumes dos imigrantes e se incorporou aos costumes campo-grandenses. O *sobá* é composto por macarrão, omelete, carne suína (originalmente), cebolinha e é regado com um caldo de *shoyu* (molho de soja) e temperos.

O público frequentador foi aumentando com essa prática; as pessoas saíam de festas ou de boates e “terminavam” a noite comendo algum desses pratos na Feira. Durante o dia, prevalecia o comércio de frutas e de verduras e as donas-de-casa continuavam abastecendo seus lares com produtos frescos, vindos da Feira.

As mudanças com relação à vida noturna da cidade podem refletir o momento brasileiro de abertura política, o “afrouxamento” da Ditadura Militar, sem deixar de lado o momento mundial, que estava caminhando para a queda do regime comunista, nos países europeus. Sendo assim, os espaços são tocados por influências homogêneas, corroborando com outras cidades na relação com o tempo; “por meio das representações, os governos e coalizões locais buscam criar e manter uma certa coesão social em torno aos seus projetos de cidade” (SÁNCHEZ, 2003, p.90). O que aconteceu com a Feira Livre Central de Campo Grande era parte de um movimento mundial de abertura de espaços públicos, de ampliação de locais de convivência, de lugares de sociabilidades. Com vistas aos processos de globalização e de enraizamento, são duas pressões opostas, mas complementares no sentido da elaboração de planos e projetos de planejamento urbano que desencadeiam (SÁNCHEZ, 2003).

A cidade vive o tempo histórico e “*o tempo histórico realiza-se no presente*” (LEPETIT, 2001, p.186), portanto, a feira de uma cidade e como ela se desenvolve no espaço urbano designam representações do real citadino, formas de realizações cotidianas, as relações entre os atores e as relações destes com o tempo curto e particular e o tempo de longa duração que, quase imóvel (DOSSE, 2001), também age nos momentos e espaços da cidade.

Então a Feira representa a ligação espaço-tempo da cidade, e

[...] ontem como hoje, o presente de um indivíduo ou de um grupo define-se como uma modalidade particular de agenciamento entre um “espaço de experiência” e um “horizonte de expectativa”, entre um passado e um futuro que eles atualizam sob as formas da reconfiguração e do projeto (REYNAUD, 1841 apud LEPETIT, 2001, p.187).

Em virtude disso, a cada nova mudança de local da Feira Livre, outros componentes se agrupam, tornando o espaço e o movimento mais intenso e estabelecido no convívio urbano. As formas ambientam-se com o espaço e o conteúdo soma experiências. Ocorre um movimento de cristalização e, ao mesmo tempo, uma remodelação.

A ligação espaço-tempo se altera conforme a sociedade de informação se amplia, ou seja, o conhecimento que chega por meio de informações do resto do mundo soma-se ao coletivo e transfere-se para os acontecimentos do cotidiano da cidade.

Dessa maneira, o contato com o processo de globalização que, a partir dos anos 1970, desenvolvia-se nas grandes metrópoles e que foi ganhando espaço, em todas as regiões do globo, afetou primeiramente o componente gerador da Feira, ou seja, os modos com que se operava o comércio de produtos alimentícios.

Em larga escala, os processos de globalização ocorreram, compondo várias frentes. Houve um crescimento das empresas que atuavam em grandes centros à procura de novos mercados internacionais.

Nesta situação, as empresas que lutavam por uma posição no espaço mundial de acumulação, então em acelerada expansão, se viram obrigadas a reestruturar-se para melhorar seus níveis de produtividade e enfrentar mais adequadamente essas novas condições de competitividade. Essencialmente, o que se buscou foi encontrar um tipo de organização capaz de sustentar um aumento de sua produção e comercialização, em locais tão diversos, quanto possível, nesse espaço de crescimento⁴ (MATTOS, 2006, p. 47).

Por consequência, as redes de supermercados chegaram a lugares como Campo Grande, colocando à disposição dos fregueses novos modos de consumo, preços diferenciados dos praticados nos pequenos comércios, horários de funcionamento mais abrangentes e produtos de lugares mais distantes.

O modo de se efetuarem as compras dos alimentos do dia a dia foi alterado significativamente. As redes possuíam e possuem estruturas de produção, compra e exposição em grande escala, trabalhando modelo de macroeconomia, desenvolvendo grandes corporações no merca-

⁴ *En esta situación, las empresas que pugnaban por posicionarse en el espacio mundial de acumulación, entonces en acelerada expansión, se vieron obligadas a reestructurarse para mejorar sus niveles de productividad y enfrentar más adecuadamente esas nuevas condiciones de competitividad. Esencialmente, lo que se buscó fue encontrar un tipo de organización capaz de sustentar un aumento de su presencia productiva y comercial en el mayor número posible de lugares de ese espacio en expansión* (Mattos, 2006, p. 47).

do aberto da concorrência (RODRIGUES, 2006). Tal fato é denominado por Gilberto Velho de *estilo de vida urbano moderno-contemporâneo* e que

[...] leva ao paroxismo os mecanismos universais de diferenciação, base da vida social. A interação intensa e permanente entre atores variados, circulando entre mundos e domínios, num espaço social e geograficamente delimitado, é um dos seus traços essenciais. Reitero que esse processo, por sua vez, só pode ser compreendido associado à formação de um mercado mundial, à expansão da moeda como meio de troca universalizante e, em geral, à ampliação do horizonte de trocas materiais e simbólicas (VELHO, 1995, p. 04).

De um lado, o mercado do turismo, de outro, a globalização. Ainda contribuem para o planejamento urbano um somatório de imaginário “moderno” e uma política de *city marketing*, ou seja, a Feira transformava-se, porque a cidade se transformava sob as tensões de todos esses processos em andamento. Assim, ao colocar-se como “patrimônio” da cidade de Campo Grande, a Feira estava mudando de perspectiva para garantir sua sobrevivência.

Retomando a proposta elaborada em 1987, realizada em um momento em que todos esses fatores encontravam-se em evidência, observa-se que as “visões” de uma nova cidade deviam ser elaboradas pelas pranchetas dos urbanistas e que, ao mesmo tempo, os projetos viessem de encontro às necessidades do mercado mundial; contando com o turismo como força econômica teriam como diferenciação a conservação de lugares de cunho patrimonial, a exemplo da Feira Livre Central.

Esse somatório de ideais e de práticas anteriores desencadearam as mudanças pelas quais a cidade passou e que a Feira, igualmente, sentiu ao longo dos anos. Mesmo que a *Proposta para a Feira Livre Central* (PLANURB, 1987) não tenha sido totalmente aceita e realizada, ela gerou a inquietação diante de um movimento autônomo que era a Feira, e como a cidade de Campo Grande, na figura de seus governantes e urbanistas, poderia tratar desse evento popular de comércio, cultural e cotidiano.

Pode-se notar uma dialética na adaptação que a Feira Livre operou. Estava colocada como marco histórico, em que seu próprio funcionamento garantia lugar nas vivências cotidianas. Também estava sendo incluída nos processos urbanos que buscavam mais higiene

e conforto para os habitantes e, por fim, transfigurava-se numa outra Feira Central, nem tão diferente, nem tão nova, porém, não mais a mesma.

A Feira Livre Central de Campo Grande passou por nova mudança de localização e na própria estrutura organizacional, ocupando parte da antiga Estação Ferroviária, em 2004, local construído e administrado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. A mudança acarretou, por parte dos órgãos institucionais e pela sociedade em geral, diferentes processos no tratamento da memória social, no uso do patrimônio arquitetônico da Estação Ferroviária e do patrimônio cultural da Feira.

CAPÍTULO SEGUNDO

O COTIDIANO, A CIDADE ATRAVÉS DA FEIRA

Em 1974, os jornais veiculados em Campo Grande expunham em suas páginas os concursos de misses realizados por todo o território nacional. O país estava em meio à Ditadura Militar, um regime de exceção, de falta de liberdade, que havia se fortalecido e silenciado muitos críticos. Vários artistas e políticos estavam exilados na Europa. O *Diário da Serra*, jornal publicado em Campo Grande e com circulação em todo o estado de Mato Grosso, divulgava as atividades das misses do interior quando elas participavam de algum evento em Campo Grande, e como elas se apresentavam na sociedade, ou na elite social do Mato Grosso (DIÁRIO DA SERRA, 17/04/1974, p. 04).

Os jornais não podiam explorar a política vigente, portanto, os concursos de misses, que escolhiam a representante da beleza feminina, nas cidades, nos estados e no Brasil eram tão importantes. Esses concursos refletiam certa futilidade, ou representavam um véu que encobria os problemas que existiam, mas não poderiam vir à tona.

Os ideais de divisão do estado e da criação de um novo estado na federação começaram, discretamente, a fazer parte das pautas jornalísticas em meados de 1976. Antes disso, porém, houve uma abertura nos assuntos tratados nos periódicos. Alguns problemas da cidade de Campo Grande eram parte das páginas, além das festas, das receitas e dos votos de felicidade aos aniversariantes do mês.

Ainda em 1974, outro assunto ganhou espaço nos jornais: “problema na época de chuvas no córrego Maracaju” (DIÁRIO DA SERRA, 17/04/1974, p. 08; 08/06/1974, p.08) que cortava o centro da cidade – o volume de águas fazia com que o córrego transbordasse inundando parte do centro da cidade, principalmente a esquina com a Rua 14 de Julho. A enxurrada

chegava a arrastar carros e os comerciantes da área sempre reclamavam da situação. A obra que resolveu a situação foi concluída no final do ano. Atualmente, canalizado e subterrâneo, o córrego corre sob a Rua Maracaju.

A política do Governo Geisel esteve nas páginas do jornal *Diário da Serra*, que era propriedade do *Correio Braziliense S.A.* Em 09/06/1977, ou seja, pouco antes da criação do estado de Mato Grosso do Sul, o presidente concedeu uma entrevista para a TV Francesa, que foi transcrita na íntegra no *Diário da Serra*. As palavras de Geisel refletiam a mudança que se pretendia para o país. O discurso parece mesmo de quem pretende uma abertura lenta e gradual, pois ele cita a mobilidade social e a liberdade que existia no Brasil. Aos olhos dos militares que estavam no poder, o Brasil era “um país livre onde todos podiam viver livremente e exercer todos os seus direitos” (DIÁRIO DA SERRA, 01/07/1977, p. 01, 2º caderno). As páginas dos jornais e seus leitores não viam essa liberdade tão explicitamente, sendo que os assuntos ainda continuavam sendo leves e fúteis, não revelando os problemas e tensões que os brasileiros enfrentavam no cotidiano.

O ano de 1977 foi muito agitado em Campo Grande, não apenas pela criação do estado, mas também por causa das mudanças na infraestrutura por que a cidade passou. O engenheiro Jaime Lerner trabalhou em conjunto com algumas prefeituras; em Campo Grande, teve contato com o Prefeito Marcelo Miranda e propôs que a “Rua 14 de Julho se transformasse em “calçadão”, o que já havia acontecido em grandes centros do país” (DIÁRIO DA SERRA, 02/07/1977, p. 01). A ideia não se desenvolveu e, até hoje, a cidade não possui um “calçadão” em suas vias centrais.

Também em 1977, a Igreja Matriz de Santo Antônio, de duas torres, foi condenada; logo em seguida foi demolida, não houve discussão sobre a possibilidade de restauração ou de reconstrução. A modernização empregada pela arquitetura levou à destruição de outros monumentos da cidade. Sobre o assunto, José Newton Coelho Meneses afirmou:

No decorrer do século XIX e de quase todo o século XX até, pelo menos, os anos 1960, o ímpeto renovador que primava pela destruição de construções antigas e pela modernização dos centros urbanos foi uma tônica muito forte nos preceitos arquitetônicos e urbanísticos. Além disso, a despeito do papel da industrialização e da Revolução Industrial, que acontece em cronologia complexa nos vários países, nessa busca transformadora

do espaço urbano e da natureza, outros fatores importantes, como o Romantismo, vão permitir uma reflexão até então não vista acerca do *monumento histórico* (MENESES, 2004, p. 33-34).

A população assistia às mudanças. Nilva Martins Guimarães, 62 anos, que era professora na época, foi entrevistada por ser moradora da cidade e por ter morado na região da Feira Livre Central. Na entrevista, quando indagada sobre o patrimônio da cidade, perguntou:

Em termos de obras, de tradição, cadê o relógio central? Eu não sei por que, se falavam que impedia o trânsito, mas não impedia, aquele relógio era um símbolo! Cadê a prefeitura? O prédio antigo. Não preservam os monumentos, a memória, a história... Não preservam. Até da cultura religiosa, os eventos, as construções, as coisas. Tudo é patrimônio. Você vê no nordeste, a festa do boi no Pará; gente, nós somos chochos, nós não temos nada de tradição cultural, assim popular. O patrimônio físico, também, você vê o Obelisco, não tem uma proteção⁵.

O relógio a que Nilva se refere ficava no centro do cruzamento da Rua 14 de Julho com a Av. Afonso Pena e foi destruído em 1970 (OLIVEIRA NETO, 2005). Inaugurado em 1933, tinha cinco metros de altura, quatro mostradores, sendo um ponto referencial para qualquer manifestação pública da sociedade campo-grandense. Representava a inserção da cidade no mundo do capital e da modernidade. Aos domingos, o seu entorno era palco dos encontros dos jovens, o chamado *footing*. A alegação para a retirada e destruição do relógio foi de problemas no trânsito, mas por ser sinônimo de aglomeração, pode ter sido destruído propositalmente por conta do momento político e a vigência do Ato Institucional número 5, o conhecido AI 5 (OLIVEIRA NETO, 2005). Nilva, em sua fala, trouxe o fato de não haver preservação em relação aos monumentos simbólicos, tendo como primeiro representante o famoso relógio da Rua 14 de Julho.

Antônio Firmino de Oliveira Neto, que estudou a Rua 14 de Julho, escreveu que, mesmo depois de sua demolição, o local em que o relógio fora construído ainda era o local de encontros, de comícios, de reuniões culturais ou políticas. O relógio simbolicamente criava um espaço que

5 Conforme entrevista com Nilva Martins Guimarães.

representava a sociabilidade, um centro de manifestações dentro do centro da cidade. Em 1999, com o saudosismo que surge nas datas comemorativas, referente aos 100 anos da emancipação política e administrativa de Campo Grande, foi construída uma réplica do relógio, menor e colocada em outro local, no canteiro da Av. Afonso Pena, na esquina da Rua Calógeras.

Ainda na década de 1970, a informação artística circulou com mais força em Campo Grande. Os recém-inaugurados cines Plaza e Center, na rodoviária, exibiam filmes que eram famosos no resto do mundo. A produção internacional era grande e o cinema brasileiro enfrentava uma decadência, com exceção dos filmes de Renato Aragão. Os jovens campo-grandenses tiveram contato com o que havia de mais novo em termos de sala de exibição. “O cine Plaza possuía sala de espera, som dolby e estéreo, ar condicionado, além de American Bar, separado por uma parede de vidro da sala de exibição” (PINHEIRO, 2008, p. 65). O terminal rodoviário estava localizado no centro da cidade, propiciando fácil acesso aos cinemas. As salas funcionaram de 1977 até 1993, com filmes comerciais de *Hollywood*. Atualmente, exibem somente filmes pornográficos. Culturalmente, Campo Grande também pretendia acompanhar os grandes centros.

A ocupação do centro da cidade trazia, além de problemas, a necessidade de projetos para o desenvolvimento, um exemplo estava na manchete: “Favela em pleno centro da cidade” (DIÁRIO DA SERRA, 08/10/1977, p. 01). A transformação de uma cidade interiorana em capital foi sentida antes das assinaturas, antes de os políticos resolverem o futuro em seus gabinetes. Campo Grande, formada por seus habitantes, lia e pensava mais sobre seu futuro, criava a cidade do imaginário, aceitava a destruição com vistas no futuro “moderno” e “avançado” das grandes metrópoles.

Integrada em todos os acontecimentos, a Feira Livre Central surge numa pequena nota: “Feirantes decidem onde vão ficar” (DIÁRIO DA SERRA, 22/07/1977, p. 04). Depois de uma visita de Lerner a Campo Grande, o prefeito daria a escolha do local da feira aos feirantes, e a opção mais aceita foi de interditar a rua e implantar infraestrutura necessária para a continuação da Feira no mesmo local.

Entre as preocupações que afetaram a cidade, e que apareciam nas notícias, destaca-se a que, ao longo do tempo, as cidades, assim como Campo Grande, foram se transformando por dois processos, ou por um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização (LEFEB-

VRE, 2001). Fica claro que o tempo não é o mesmo em todas as cidades, mas que toda cidade passou ou passa por esse processo. “O núcleo urbano sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar” (LEFEBVRE, 2001, p. 20). Para tanto, a industrialização produz o lugar de consumo e a urbanização cria o consumo do lugar.

No século XIX, encabeçados pelo Barão Haussmann, que abriu Paris para a circulação, vários urbanistas começaram a traçar suas metas para as cidades mundiais. As cidades ganharam espaços para os fluxos e se embelezaram; as elites poderosas ficaram distantes da força trabalhadora, o controle das cidades ficou a cargo dos estados. No Brasil, o Rio de Janeiro foi a primeira cidade a seguir planos urbanísticos como os de Haussmann, mas São Paulo também fez mudanças no arruamento e procurou o embelezamento da cidade (SEVCENKO, 1992).

Os processos republicanos encaravam o sentido do *habitat* como: “‘habitar’ era participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 23). Numa perspectiva temporal, Henri Lefebvre divide o planejamento das cidades em três períodos: a industrialização saqueadora da realidade urbana preexistente; a urbanização amplia-se como necessidade da existência das cidades e da centralização, apesar da destruição; reencontra-se ou reinventa-se a realidade urbana, restituindo-se a centralidade, como centro de decisão.

O urbanismo, no sentido de marcar as ações que farão com que as cidades possam ser vistas como lugares habitáveis, conta com vários estilos. Pode ser de carga humanista, ligado ao setor público ou feito pelos promotores de vendas (LEFEBVRE, 2001). O problema da sociedade urbana está na ligação desses três tipos de urbanismo, cada qual com sua vontade de crescimento e de melhoria, mas indiferente aos outros pensamentos dos usuários da urbanidade, ou seja, os habitantes.

Ainda sobre o modernismo dos anos 1960 do século XX, Marshall Berman (2007) esclarece, de acordo com Paul De Man, que toda a força da ideia de modernidade repousa no desejo de remover tudo o que viera anteriormente, o que provocaria um novo começo, “um verdadeiro presente” (BERMAN, 2007, p. 389). Berman faz uma ligação desse tempo com o esquecimento a que Nietzsche se referia, na obra *Uso e abuso da história*, 1873, de que é necessário, intencionalmente, esquecer o passado para realizar ou criar alguma coisa no presente. Essa dimensão muda com os anos de 1970. Marshall Berman defende que, nos últimos trinta anos do século passado, a ideia do modernismo leva ao recomeço, não mais com o esquecimento como *a priori*.

O que ocorreu na década de 1970 foi que, justamente quando os gigantescos motores do crescimento e da expansão estacaram e o tráfego quase parou, as sociedades modernas perderam abruptamente sua capacidade de banir para longe o passado. Durante toda a década de 1960, a questão que se colocava era se deveriam ou não fazê-lo; agora, nos anos 1970, a resposta era que simplesmente não poderiam. A modernidade não mais podia se permitir lançar-se “à ação aliviada de toda a experiência prévia” (na expressão de De Man) para “varrer tudo o que veio antes na esperança de atingir pelo menos um passado verdadeiro... um novo ponto de partida”. Os modernos da década de 1970 não podiam se permitir a aniquilação do passado e do presente com o intuito de criar um novo mundo *ex nihilo*; eles tiveram de chegar a um acordo com o mundo que tinham e trabalhar a partir daí (BERMAN, 2007, p. 390).

Os acontecimentos com relação ao crescimento das cidades seguiram as mesmas orientações sentidas por Berman, ou seja, trazer um passado, não sentimentalmente, mas “trazer tudo de volta ao passado” (BERMAN, 2007, p. 391). Os processos são de aceitar e recriar um passado que deve estar ali à disposição das realizações do presente.

Isso significa que nosso passado, qualquer que tenha sido, foi um passado em processo de desintegração; ansiamos por capturá-lo, mas ele é impalpável e esquivo; procuramos por algo sólido em que nos amparar, apenas para nos surpreendermos a abraçar fantasmas. O modernismo da década de 1970 era um modernismo com fantasmas (BERMAN, 2007, p. 391).

Houve nas cidades pequenas e médias certa reverberação desses processos. A busca de valorização do passado, muitas vezes, ainda recente foi à custa de muitos erros e ações esdrúxulas.

Campo Grande incluiu-se nesses processos, integrando a “onda mundial” e absorvendo novas diretrizes para a política urbana. A Feira estava passando por uma transformação. Devido ao imaginário dos habitantes, transformava-se, passava de lugar de comércio e de abastecimento para patrimônio cultural e lugar turístico.

As cidades são frutos de suas histórias, não são folhas em branco, em que urbanistas desenham o que querem. Nessa visão, têm-se os conflitos que surgem, quando os projetos urbanos são feitos. Campo Grande enfrentou conflitos, quando, seguindo uma corrente nacional, ao exemplo dos anos de 1960 com Brasília e a onda funcionalista de Le Corbusier, os projetos

eram feitos para o aumento do fluxo, para a autoridade do Estado e, ao mesmo tempo, para o consumo do lugar, além da importância do habitar.

A cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas consequências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações “cidade-campo”, nas relações de classe e de propriedade (LEFEBVRE, 2001, p. 58).

A Feira Livre era, a princípio, uma informação dessas relações na cidade. A produção dos bens nela comercializados refletiam a pequena produção de hortifrutigranjeiros, e as relações de classe e de propriedade que envolviam o modo de habitação camponês ou urbano.

A Feira Livre acompanhou as mudanças da cidade e se transformou de acordo com o processo histórico que a cidade desenvolveu. Os projetos e planos urbanísticos não poderiam deixar de lado essa parte da cidade que era espelho e, ao mesmo tempo, objeto refletido. Por conta disso, os primeiros projetos para a definição da capital do estado de Mato Grosso do Sul englobavam o futuro que se pretendia para a Feira Livre Central.

A proximidade de Jaime Lerner, que realizava projetos de urbanização, em várias cidades do Brasil, principalmente no estado do Paraná, revelava uma preocupação dos dirigentes políticos em organizar e controlar os avanços que viriam com a criação do estado de Mato Grosso do Sul. Pelos jornais, a população sabia dos acertos em termos urbanísticos que o escritório desse engenheiro realizava.

Dourados, igualmente, teve projeto elaborado pelo grupo de Lerner (DIÁRIO DA SERRA, 10/08/1977, p. 5). As cidades se preparavam para fazer parte do “novo” estado; se Campo Grande fosse a futura capital, Dourados seria a segunda cidade do estado. O tão alardeado “progresso” chegava por vias legais, e o tão requerido “desenvolvimento” dos anos de Ditadura Militar poderia ser efetivado.

Jaime Lerner tinha uma preocupação importante com os fluxos. O transporte era sua prioridade, e o funcionalismo, inspirado pelo urbanista Lúcio Costa, que projetou Brasília, tinha-o entre seus adeptos. Os técnicos de Lerner usaram um sistema radial para as avenidas que ligavam o centro aos bairros, fazendo, assim, um distanciamento que leva a uma reafir-

mação da importância do centro da cidade (OLIVEIRA NETO, 2005). Por isso, a Feira Livre Central não se afastou da centralidade que a cidade expressa. Os bairros estão sempre maiores, possuem comércio diversificado, mas a Feira não deixou de estar no centro comercial da cidade.

Houve, no entanto, muita dificuldade em estabelecer relações entre o poder público e os feirantes. Os entrevistados Naôr Rocha Guimarães, Maria Jaeko, Lucy Moreira da Cunha e Fausto Matto Grosso relataram que as pessoas não ficavam muito à vontade para se reunir em espaços de rua, como era a Feira. As discussões ficavam restritas aos gabinetes. Mesmo nos anos de 1980, a repressão do governo militar ainda significava muito. Com isso, pode-se notar que, mesmo nas tentativas de dar voz aos feirantes, ou seja, na organização de reuniões e formação de uma associação, eles não se uniram para decidir o que lhes seria favorável. Os urbanistas, por sua vez, não escutavam de fato o que esses trabalhadores desejavam, colocando o “desenvolvimento”, o “funcionamento” e a “modernização” como principais alavancas para seus projetos.

A dinâmica que a cidade executa é sempre complexa, tal como explicou Bernard Lepetit:

[...] como o espaço urbano forma um sistema do qual cada elemento adquire sentido de acordo com a posição que ocupa relativamente aos demais, a modificação de uso de um lugar inscreve-se numa série de mutações anteriores que afetam outros lugares e contribui, por sua vez, para direcionar seu destino (LEPETIT, 2001, p.83-84).

Portanto há uma tessitura da cidade que pode ser observada através dessas mudanças, dos sentidos das formas e das posições que os elementos ocupam. Os conteúdos que formam os elementos da cidade também se alteram. O trabalho de leitura fica comprometido pelo movimento, por que os signos que se modificam e se ampliam com a diacronia dos tempos que envolvem os lugares, quando praticados, são espaços (CERTEAU, 2007). Vista aqui como um elemento da cidade, a Feira Livre Central, colabora com a tessitura da cidade, através da sua transformação espaço-temporal. Como um espaço praticado de vivências, a Feira não pode ser entendida como um evento cristalizado, mas como um elemento da dinâmica da cidade de Campo Grande.

A mudança real da Feira trouxe outras tantas mudanças no imaginário. O nome foi alterado, de Feira **Livre** Central passou a ser Feira Central; os mecanismos de controle ficaram aparentes, a exemplo do pagamento de taxas e fiscalização da Associação. Os lucros diminuiriam, as

barracas fixaram-se, o turismo encampou o lugar, dando-lhe publicidade, os compradores ou fregueses são “sofisticados”, de acordo com a feirante Rosemeire, entrevistada em 2009:

Quando eu venho pra cá, **eu venho pra minha loja!** Feira que eu sempre entendi é barraca de lona... O movimento das feiras de bairro aumentou... Tem gente que faz feira de segunda a domingo. E mudou o público que vem aqui e que vai nos bairros... O público daqui é mais **sofisticado**⁶.

Para colaborar com a análise da comparação entre os dois momentos vividos, ou seja, a Feira Livre Central de 1964 a 2004 com a Feira Central da atualidade, observa-se o discurso da frequentadora Nilva:

A feira não tem muito a ver com a outra. Estes dias, fui lá... Ia ter um show. Antes isso não acontecia naquela feira... Existe a saudade, sim. Eu gostava de ir com os guris e comprar alguma coisinha... Ia a pé com o carrinho... Agora tem que ir mais ajeitado... **era uma feira aonde a gente ia de chinelo.**
Agora ela representa um ponto turístico!⁷

Em boa medida, os fregueses não vão mais “de chinelo”; o trabalho diminuiu para alguns e ficou a mesma coisa para outros. A Prefeitura realizou o ordenamento, mas a maior mudança esteve sempre no íntimo dos habitantes, como eles tiveram que mudar a visão do que sentiam, quando trabalhavam ou frequentavam a Feira.

Seja como for, durante aproximadamente 84 anos, a Feira Livre Central de Campo Grande se transformou em um lugar de encontros culturais e de sociabilidade, de continuidade da memória social, destacando-se, como lembra Jacques Le Goff, que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1984, p.46). No limite, no decorrer da história da cidade, a Feira transformou-se em patrimônio cultural, ou seja, naquilo que

6 Conforme entrevista com Rosimeire Teixeira da Cunha Dias.

7 Conforme entrevista com Nilva Martins Guimarães.

[...] um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, não abarcando apenas monumentos históricos, desenhos urbanísticos e outros bens físicos, mas também a experiência vivida condensada em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (CANCLINI, 1994, p.99).

É possível afirmar que as mudanças de localização da Feira Livre Central de Campo Grande resultaram de, no mínimo, três fatores conjugados. De um lado, o desejo dos comerciantes de atingirem um maior número de consumidores. De outro, a intenção dos poderes públicos de organizar e regulamentar o comércio de acordo com as normas do planejamento urbano, proposto para Campo Grande, em diferentes momentos de sua história. Finalmente, a própria dinâmica de uma sociedade em constante transformação.

Outro dado importante sobre a Feira é que a mudança de 2004 trouxe um aumento de tamanho das chamadas “feiras de bairros”, tanto com relação ao número de barracas, quanto ao número de visitantes. Esse aumento pode significar uma resistência ao modelo de Feira Central, estabelecido pela organização urbana, ou seja, no processo organizador e tecnocrático, inspirado nos avanços dos planejamentos urbanos mundiais. As feiras de rua continuam a existir, ainda mais fortes, mais movimentadas, atendendo em dias diferentes e atraindo pessoas de vários lugares da cidade.

A relação dos habitantes com as feiras que acontecem nas ruas indica um sentimento de pertencimento. As feiras que resistem em pontos da cidade, nas ruas, acontecem porque assim a população deseja. A Feira Livre Central pode ter mudado em vários aspectos, mas as outras feiras continuam a existir, assim como a “Feirona” continua a existir nas memórias. A permanência da Feira na memória dos habitantes da cidade inclui dinâmicas de pertencimento. As visitas feitas à Feira, em momentos da vida dessas pessoas, são fatores que ligam o espaço na construção do pertencimento, com um sentido reforçador de se fazer parte do coletivo representado pelo urbano.

A cidade é um campo em movimento, suas linguagens mudam com o cotidiano, assim como o uso dos espaços interiores aos limites urbanos mudam com o tempo. O que foi usado de uma forma no passado, pode passar a ser utilizado de outra forma no presente, não renegando nem apagando os outros usos, mas memorizando-os e cristalizando-os em memórias. Na

mais simples conversa, revelam-se impressões e pensamentos sobre as práticas cotidianas; referências são feitas pelo modo com que a linguagem é transmitida e o que é falado. O cotidiano imprime o lugar no habitante; mesmo não estando na cidade em que vivemos, a cidade está em nós. Ou seja, a linguagem é constituinte do lugar e do habitante, flui como elo, perpassa por lugares íntimos e aflora em dizeres e fazeres.

O conceito de “visão de mundo” formulado por Lukàcs é citado por Chartier como “conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um mesmo grupo (de uma classe social, na maioria das vezes) e os opõe aos outros grupos” (CHARTIER, 1990, p. 47). A “visão de mundo” é formada por um apreender “aquilo que não sou” antes da afirmação “do que sou”. A oposição e a negação tornam a afirmação aparente. Quando a população de uma cidade informa seus conceitos, transmite valores, está antes negando do que afirmando. Se a visão de mundo ao qual pertencço me ampara, posso afirmar o que represento e o que pratico. Exemplificando: identifico-me a partir de um pertencimento, sou campo-grandense porque o conjunto de aspirações, sentimentos e ideias ao qual me incluo, não é o conjunto dos paulistanos, ou dos porto-alegrenses. Portanto, ao pertencer a um lugar esse lugar também me pertence. Expresso essa ligação nas minhas comunicações individuais e coletivas: na fala, na imprensa, nas artes, nos trabalhos, nos caminhos, nos passeios, no consumo, na alimentação etc.

No caso de Campo Grande e da Feira, a interação configura-se nos assuntos que tocam ambas, ou seja, a conformação da cidade pode comandar reações na Feira e vice-versa. Os exemplos aparecem nas expressões que surgem na mídia, um vai e vem de interesses e de conflitos que se tornam aparentes e, posteriormente resolvidos, voltam reforçados ou legitimados.

Em 19 de março de 2002, o jornal Correio do Estado teve como manchete:

Mudança de feira é vista com cautela. Restrição – Grande parte dos feirantes vê proposta da prefeitura da transferência da Feira Central para área da antiga estação ferroviária com restrição (CORREIO DO ESTADO, 19/03/2002, p. 01).

A matéria relatava uma pequena pesquisa realizada junto aos feirantes pela jornalista. Num total de dez entrevistados, somente três estavam de acordo com a mudança prevista. Luiz Higa, um dos feirantes, disse que “se a feira mudar de endereço, perde a característica de feira livre (sic)” (CORREIO DO ESTADO, 19/03/2002, p. 01).

A palavra “característica” envolve termos como singular, diferente, própria, pitoresca e, ao mesmo tempo, pode referir-se à generalização, ou seja, a Feira tem característica de feira, como todas as outras feiras do mundo. E a perda dessa característica não foi desejada.

Com relação à conjunção entre espaço e socialidade, esse segundo termo é usado por Michel Maffesoli para diferenciar sociabilidade como um conjunto de práticas sociais necessárias para a vivência social, e socialidade como as relações sociais em si. “Sou um mundo que constituo” (1996, p. 259). Maffesoli trata do que forma o imaginário, assim o modo de encarar o presente, que é visto nos jornais, passa de mera informação para constituir o imaginário de cidade a que se propõe o habitante do espaço.

A linearidade da história enraíza-se em tantas pequenas histórias que servem de referenciais. Assim a fórmula de Nietzsche a propósito do “jornal figurativo” (monumentos, ruas, praças, rituais espaciais), da cidade onde se vive: “aqui poder-se-ia viver já que aqui se vive”. Essa conformação do tempo é, segundo minha opinião, correlativa a dois fatores essenciais. De um lado, a acentuação do presente na tríade temporal. Presenteísmo que vai se exprimir no hedonismo, na busca do prazer aqui e agora, na exacerbação do emocional e do sensível. Do outro lado, tratar-se-á da explosão da imagem. O imaginário invadindo a vida cotidiana (TV, publicidade), a ordem política e até o mundo da produção (da cultura de empresa à imagem que essa dá de si). Inúmeros são os casos em que o conteúdo é relativizado pelo continente. Tudo isso marca bem a prevalência da forma num *mundus imaginalis* (MAFFESOLI, 1996, p. 261).

A tríade temporal, passado, presente e futuro, encontra-se no espaço construído pelo imaginário, passando a ser história (se no passado), tentativa de identidade (se no presente) e realização de felicidade (se no futuro).

Maffesoli cita ainda um *enraizamento dinâmico*: “pertence-se inteiramente a um lugar dado, mas nunca de uma maneira definitiva” (p.271). Característica da cidade contemporânea é adaptar o que é visto nos caminhos pelos ambientes físicos ao que é construído pelo imaginário, simbolicamente. Sempre em relação aos outros, o imaginário de uma cidade não se estabelece singularmente, o espaço é vivido com outros atores.

[...] permite levar em conta a importância da carga emotiva ligada ao que chamo de estar-junto sem função: perambular num grande *magazine*, assistir uma partida de *rugby* ou de

sumo, flanar sem objetivo preciso nas ruas comerciais (mesmo se há a “legitimação” dessa ou daquela compra), beber e conversar em grupo na saída do trabalho. Tudo isso tem uma função de “religação” inegável (MAFFESOLI, 1996, p.277).

As práticas que Maffesoli cita podem ser ampliadas pelo flandar entre as barracas da Feira. O importante é notar como a cidade é sensível, e os lugares – como a Feira descrita pelos jornais e pelos entrevistados – são constitutivos da teatralidade cotidiana, fazendo da cidade um organismo vivo, ou uma “materialidade dotada de vida” (p.278). Dessa materialidade é que se importa o imaginário. O que Michel de Certeau (1995) desenvolveu sobre o espaço e os lugares, Maffesoli desenvolveu sobre as cidades:

Uma sociedade só pode perdurar se tem um forte sentimento de si mesma. Há momentos em que esse sentimento elabora-se fazendo a história, olhando o futuro, em suma, fazendo projetos. Há outros em que é o espaço que garantirá esse papel. O espaço vivido em comum, o espaço onde circulam as emoções, os afetos e os símbolos, o espaço onde se inscreve a memória coletiva, o espaço, enfim, permitindo a identificação. Assim, participando com outros da totalidade do ambiente, torno-me uma coisa entre as coisas, um *objeto subjetivo*. Ou seja, *volens nolens*, eu coexisto num conjunto onde tudo adere fortemente; eu coexisto, é claro, com os outros que me constituem pelo que sou, mas coexisto também com essa multiplicidade de objetos, sem os quais a existência contemporânea não é mais concebível. Tudo isso não deixa de induzir a uma forma de solidariedade específica: não é mais o desenvolvimento histórico que se modela o ethos pós-moderno, mas na natureza reapropriada, no espaço partilhado, na participação coletiva do mundo dos objetos (MAFFESOLI, 1996, p.279).

Em suma, a cidade, seus projetos, seu imaginário, transforma espaços como o da Feira, para fazer uma reapropriação, o espaço como cristalização do tempo. A “visão de mundo” é a junção do pertencimento ao espaço com a sociabilidade do real.

A relação das cidades com os seus espaços por diversas vezes está estampada nos meios de comunicação, assim como nas múltiplas linguagens que surgem nas ruas e nas casas. Exemplificando: quando Campo Grande comemorou 100 anos de sua emancipação político-administrativa, em 26 de agosto de 1999, foi lançado um Caderno Especial pelo jornal Correio do Estado. Uma página deste caderno foi ocupada por matérias que tinham como título: “A feira nossa de cada semana” (CORREIO DO ESTADO, 25-26/08/ 1999).

Além de um resumo histórico e de entrevistas com feirantes e com frequentadores, os textos traziam a conotação “caseira” nas ideias colocadas, como os hábitos de uma família em estar na Feira (apelidada de Feirona), pelo menos uma vez por semana e, principalmente, do movimento nos dias de Feira, que chegavam a dez mil pessoas aos sábados e sete mil visitantes às quartas-feiras.

Os textos do jornal estão entre o cotidiano e a tradição, reforçando os valores turísticos do local quando tocam na mostra de tradições da Feira, como o *Sobá* e o espetinho (carne assada na brasa, em pequenos espetos) e as visitas de pessoas que não moram em Campo Grande. Os jornais ou a imprensa são fontes que devem ser tratadas com cautela. O que por muito tempo foi aceito como certo era que os jornais expressavam as verdades, o que “realmente” acontecia.

No caso de Campo Grande, não foi possível a análise dos receptores dos jornais, ou seja, quem lia, a formação ou “*ouillage mental*” (FEBVRE, 1935 apud BURKE, 1991) que os leitores tinham, mas a linha de “verdade” jornalística ainda imperava nos anos finais do século XX. Chamo a atenção para o fato de não me permitir discutir em que lugar estava o jornal na sociedade naquela época, o que demandaria investigar fontes sobre a formação do jornal, sua política de ação etc. Em todo caso, considero importante a forma de expressão usada pelos jornais para mostrar à cidade a sua própria “cara”.

Especificamente, nas matérias sobre o centenário de Campo Grande, ficou óbvio o engrandecimento das qualidades da cidade. A referida matéria do Jornal Correio do Estado foi publicada em 1999, portanto, cinco anos antes da mudança da Feira para o local em que atualmente está instalada, na Esplanada da Estação Ferroviária. Na época do centenário, eram grandes as especulações sobre a mudança da Feira; também era discutido o grande movimento que havia e os aspectos de segurança e de higiene. O último texto da página destinada à Feira ressalta:

Para José Luis Contos, diretor da associação, a feira é a única atração da cidade visitada com frequência por turistas e campo-grandenses de todas as classes sociais. “A feira é bonita, tem muita segurança e oferece bons produtos” (CORREIO DO ESTADO, 25-26/08/1999, p.18).

A frase do diretor da Associação dos Feirantes expressava as preocupações que rondavam os feirantes naquele momento. Deveria estar na imprensa o que representava a Feira para a ci-

dade e que ela era segura, bonita e tinha bons produtos. Outro fator integrante do imaginário, produzido ou reforçado pela imprensa, é a diversidade das pessoas que usufruem dos lugares da cidade. A matéria do jornal foi aberta com:

O local é referência para **pessoas originárias de diversas classes sociais**⁸ realizarem compras de produtos hortifrutigranjeiros e apreciarem o tradicional espetinho ou, então, pratos da culinária japonesa: *sobá, yakisoba e yakimeshi* (CORREIO DO ESTADO, 25-26/08/1999, p.18).

A unimultiplicidade é contemplada com a construção do imaginário citadino, quando o indivíduo pode se fazer presente em ambientes nos quais “todos” possam estar. O imaginário compreende o que projeta o ator em seu futuro. Com os recursos do passado, o habitante vai reinventando seu futuro cotidianamente. A cidade é um espaço plural, e não é “bem visto” aquele que segrega; imaginar-se participante e aceito sendo “um” entre “muitos” compõe a formação de um futuro “seguro”.

As sociedades da modernidade tardia são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos (HALL, 2001, p. 17).

Stuart Hall escreveu que a identidade pura e única é sempre a meta do indivíduo, mas ao mesmo tempo, as identidades se multiplicaram pela sociedade da informação, advinda dos avanços tecnológicos e das políticas entre as nações. Os habitantes da cidade fazem usos dos lugares para estabelecer as relações dessas identidades e também usam dos espaços para reafirmar as identidades em suas diferenças.

Com relação ao divulgado pelo jornal, ou pela mídia em geral, há um reforço desse imaginário, considerando lugares como a Feira de realização do múltiplo. A identidade de que nos falou Hall (2001) continua sendo procurada; o fragmentado procura a união. A união pode estar na participação em espaços que possam aceitar a multiplicidade de seres.

8 Grifo da autora.

A Feira que estava na Rua Abraão Julio Rahe representava a união pretendida no imaginário dos habitantes da cidade de Campo Grande. Na entrevista realizada pelo jornal no centenário da cidade, existe um trecho que relata:

Segundo Aguinaldo, a propaganda em torno da feira como ponto turístico da cidade, feita nos últimos anos, aumentou o número de frequentadores, que até as 22h fazem compras e mais tarde aproveitam para jantar com a família (CORREIO DO ESTADO, 25-26/08/1999, p.18).

A propaganda a que se refere a notícia é sentida, naquele momento, por feirantes e por frequentadores. A mídia reforça a valorização de “pontos turísticos” na política da venda da cidade como mercadoria da globalização. O imaginário de cidade “moderna” complementa-se com a criação de lugares de visitação.

Em 1999 a Feira era montada às quartas-feiras após o meio-dia e se estendia madrugada adentro. As barracas que serviam comidas ficavam abertas para o movimento dos frequentadores da noite campo-grandense, pessoas que vinham de bares, boates e bailes. Acontecia também aos sábados, repetindo o horário, com maior movimento ainda na madrugada. Não é possível determinar quando o horário noturno começou, alguns se referem à década de 1980, outros afirmam que o hábito se firmou em meados dos anos setenta do século XX. Por isso, o entrevistado do jornal falou sobre as compras e depois sobre o jantar. Noutros termos, a Feira era um programa completo para a família, atendendo, igualmente, solteiros ou notívagos.

Em 2006, a Folha de São Paulo divulgou essa característica da Feira com uma matéria intitulada: “Macarrão oriental leva população à feira noturna” (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/11/ 2006, p. F14). Atualmente, segundo os feirantes entrevistados, o limite de horário em que as barracas atendem é por volta das duas horas da madrugada, sendo que depois das vinte e duas horas só alguns restaurantes permanecem abertos.

“Ponto turístico” – no decorrer da pesquisa, em inúmeros momentos, estive diante dessas palavras. O turismo desenvolveu-se, a partir do final do século XIX, como uma espécie de extensão dos *Grands Tours*, e foi sendo transformado ao longo do século XX. A necessidade do turista sempre é a mola propulsora para as ações relativas ao turismo.

Em Campo Grande, o turismo desenvolveu-se lentamente por conta dos incentivos do governo, mas com dificuldades pelas características que a cidade apresenta: Campo Grande não é cidade litorânea, não tem paisagem serrana, não possui rios navegáveis, não tem centro antigo ou mostras de arquitetura famosa. Campo Grande não é uma cidade industrial, não está no Pantanal, nem mesmo realiza grandes eventos científicos. Está no meio do caminho entre as outras Unidades da Federação e o roteiro de turismo mais famoso do estado de Mato Grosso do Sul, o Pantanal. Roteiro este de contemplação da natureza ou de pesca, de lazer campestre, da fuga da rotina estressante dos grandes centros do país.

Mesmo assim, Campo Grande não se contentou em ser passagem, entrou na política do *city marketing*, valorizando o regionalismo da região pantaneira, para ser vendida como mercadoria a ser consumida pelo turismo. Aproximou o Pantanal, construindo monumentos ou obras artísticas que identificassem o povo campo-grandense com o pantaneiro. Deve-se levar em conta que a maioria dos habitantes da cidade, ou mesmo de Mato Grosso do Sul, nunca foi ao Pantanal. Depois dos anos de 1990, quando o Pantanal se tornou roteiro turístico, os valores das viagens e da hospedagem ficaram muito caros; o trabalhador de nível médio não tem condições de passear nas cidades que estão na região pantaneira.

Houve então um movimento, tanto dos órgãos da administração, como dos urbanistas, para trabalharem a formação de uma cidade que deveria atrair o turista. Sempre visando ao interesse mercadológico, foram exultados lugares que poderiam ser visitados, criaram-se centros culturais, houve liberação de verba para *shows* de artistas de fama nacional e internacional. Nessa perspectiva, a história da cidade começou a ser revisitada. Alguns monumentos foram restaurados, ou como no caso do Relógio da Rua 14 de Julho, fez-se uma réplica para exposição.

Assim sendo, a Morada dos Baís, sobrado situado à beira dos trilhos que cortavam a Avenida Afonso Pena, foi reformada e transformada em ícone histórico da cidade. É necessário que se diga que era conhecida como Pensão Pimentel, por abrigar por muitos anos a família Pimentel e seus hóspedes. Mas como Bernardo Baís construiu a casa e sua prole faz parte da história política da cidade, a prefeitura deu ao espaço o nome da família.

Alguns observadores dos costumes regionais denominaram as ideias surgidas como “bovinocultura”. Uma região grande produtora de gado bovino, com interesses em se vender como roteiro turístico, visando à “modernidade” do modelo paulista, e que não aceitava os valores da

cultura simples do campo – um conflito de interesses entre a tradição arraigada e o imaginário desenvolvimentista, tendo como capital Campo Grande. “Bovinocultura” indicava como a elite tradicionalista do estado pensava a própria cultura, e os valores que eram expostos sempre ligados à criação do gado e ao consumo da carne. Tudo o que vinha do boi estava ligado ao Mato Grosso do Sul.

Aos poucos, principalmente pela participação dos imigrantes na sociedade, essa noção de cultura bovina foi deixada de lado. Talvez a rusticidade do campo não seja mais interessante como fator de identificação dos moradores da região. A imigração também foi monumentalizada, sempre ligada a obras de arquitetura ou artísticas.

A imigração japonesa está representada na Feira Central, nos dias atuais, por um pórtico ao estilo oriental, pelas luminárias dos restaurantes e pelo Monumento ao *Sobá*, inaugurado em 2009, em meio ao Festival do *Sobá*, realizado em agosto. As características que lembram as origens são ressaltadas, mas o outro, o imigrante, é sempre visto como diferente, como se a população fosse formada por tradições rurais e agradecesse a contribuição dos japoneses para o desenvolvimento da cidade.

Retornando ao tema do turismo, características heterogêneas chamam a atenção de turistas. O “diferente”, o “pitoresco”, o “popular”, formam novos interesses de conhecimento por parte dos visitantes. A Feira Central atual divulga esses aspectos como chamariz para o turista. Ser histórica, um patrimônio formado por imigrantes, noturna, tradicional, familiar, segura, limpa e moderna, isso eleva o nível do lugar, no âmbito dos roteiros. O processo completa-se nas expectativas do turista que,

[...] não é apenas um espectador em movimento. Ele não se beneficia apenas de uma volúpia particular que vem da consumação do espaço. Ele se comunica pessoalmente com a região visitada. [...] Por algumas compras de objetos simbólicos tidos como *souvenirs* – Torre de Pisa em miniatura, cinzeiros figurativos e outras bugigangas no gênero – ele se apropria magicamente da Espanha ou da Itália. Enfim, ele consome o ser físico do país visitado, na refeição gastronômica, rito cosmóforo cada vez mais divulgado (depois das férias efetuamos ritos de reminiscência, exibição de fotografias, narrações pitorescas, às vezes em torno de uma refeição a *chianti* onde reencontramos um pouco da Itália, à *paella* onde reencontramos um pouco da Espanha). Em relação ao espectador, o turista *está, percorre e adquire*. Há na visitação turística a introdução, simultaneamente, de um suplemento de

ser e de um *quantum* de ter. A autoampliação física é ao mesmo tempo uma apropriação, certamente semimágica, experimentada como uma exaltação, um enriquecimento de si (MORIN, 1990, p.73-74).

O consumo pelo turista que visita a Feira não é apenas do espaço, mas das características de diferenciação, do *sobá* e seu conteúdo simbólico da imigração, do momento de trabalho dos feirantes e do conhecimento do cotidiano da cidade. O turista valoriza-se pela valorização do lugar visitado.

No entanto, não foram somente os interesses econômicos, no turismo, que mudaram as relações da cidade com a Feira. Outro agente importante nas transformações da sociedade campo-grandense foi a participação da mulher no mercado de trabalho. A antiga dona de casa foi, aos poucos, dividindo-se em trabalhos que antes eram apenas masculinos. As moças que trabalhavam, até os anos de 1960, eram professoras, costureiras, arrumadeiras, ou seja, desempenhavam funções de dona de casa fora de suas próprias casas. Sempre, quando eram mulheres casadas, o salário servia para ajudar o marido. E, em sua maioria, quando tinham filhos, abandonavam o trabalho para cuidar da família.

Eram as donas de casa que “faziam a Feira”, escolhiam os produtos para a alimentação familiar. Com o surgimento dos mercados e com a facilidade dos alimentos industrializados, a mulher passou a dividir seu tempo e, escolhendo a praticidade, deixou de “fazer a Feira”. A Feira passa, então, ao *status* de espaço para o lazer, e não mais uma obrigação da dona de casa.

A Feira se altera em dois sentidos, deixa de representar a única possibilidade para as compras de hortifrutigranjeiros e, por força do turismo, passa a ser uma atração de lazer, um passeio para a descontração, no final de semana, ainda com a vantagem de poder abastecer as cozinhas com produtos naturais.

As mulheres, em sua totalidade, não estão no mercado de trabalho. Existem muitos lares de Campo Grande que são regidos por donas de casa, preocupadas com a alimentação, com o vestuário e com a educação de seus familiares. Essas mulheres, contudo, tiveram ampliado seu espaço público com a possibilidade de flunar por entre as barracas da Feira por puro prazer de abstrair-se da rotina, sentir cheiros e sabores como exercício de lazer.

Voltando à ligação de Campo Grande com o campo, pode-se crer que as tradições inventadas (HOBBSAWM, 1983) buscam o enaltecimento de uma “identidade” do homem

do campo. O homem pantaneiro é a forma de identificar aquele indivíduo próprio da terra, “identidade” pura e completa, que pode ser resgatada, quando se faz necessário exibir força diante das adversidades.

Na Feira Livre Central, essa busca do homem pantaneiro se confunde com a busca da integração com o imigrante japonês. A Feira talvez fosse, simbolicamente, do imigrante japonês, mas a elite dominante, tradicionalmente rural, apropriou-se dos espaços da cidade. A Feira, então, constitui-se de imigrantes que trabalham para a invenção da cidade, que abriga o imaginário dos grandes fazendeiros. Assim sendo, em muitas ocasiões, as decisões tanto de urbanistas como de políticos, sobre o destino da Feira, privilegiaram a apropriação do espaço pelos detentores do poder econômico de Mato Grosso do Sul. As adaptações sofridas pela Feira foram parte do intuito de sua continuidade na cidade inventada.

Desde 1977, as ideias para Campo Grande resultam de uma matriz histórica nascida no campo, mas que daria a estrutura para uma grande cidade do futuro, descolada do passado por se pensar “nova”. Como exemplo da apropriação da elite sobre a Feira, assim informou Adão Pache, que trabalhou como carregador na Feira, nos anos de 1950:

As madames iam lá fazer a feira, e a gente ficava com os carrinhos ali esperando, era só mulher de fazendeiro, dos turcos ali da sete⁹, gente do dinheiro. [...] Hoje, eu vou lá na feira buscar o pão pra semana, no sábado de tarde, é bom dar uma volta na feira¹⁰.

Adão Pache, 74 anos, que sempre morou na região central da cidade, relatou que a Feira era um ambiente frequentado por pessoas que tinham recursos financeiros abundantes, essas estavam ligadas à tradicional política do estado e obtinham seus ganhos da pecuária.

Ainda, assim, a Feira está relacionada com o cotidiano de todos os habitantes da cidade. As pessoas relacionam-se com a Feira de acordo com as suas necessidades, como ambiente de trabalho, como lugar de comércio ou como passeio. O cotidiano encerra as atividades essenciais da vida humana. O feirante realiza seu trabalho dentro das normas tácitas que a montagem da

9 O entrevistado faz referência à Rua 7 de Setembro, rua próxima do lugar onde estava a Feira Livre Central na época lembrada.

10 Conforme entrevista com Adão Pache.

feira exige. Cláudia Maria de Assis Nakasone, feirante há quinze anos, disse que a rotina existe, sendo na rua ou tendo uma barraca fixa em um local determinado. Assim afirmou:

O que influi mais é a venda... O pessoal de lá não vem aqui pra comprar... O pessoal gosta da barraca... Da água passando (risos)... Lá era tudo certinho... Também tinha banheiro... Não era essa sujeira que o povo fala, não... Nunca devia ter saído de lá, não... Lá que era feira tradicional, aqui virou restaurante. O povo, aqui, vem passear, olha, olha, olha e vai embora. Aqui tem que pagar condomínio, que pesa pra gente. Tá sabendo que vai cobrir aqui no meio? Vai ficar mais fechado, isso não é mais feira, é uma praça de alimentação, aqui só chama “feira” por causa dos verdureiros, todo mundo quer vender as barracas, ninguém quer ficar... Além de ganhar menos, o trabalho é o mesmo... Antes a gente colocava o caminhão perto da barraca... Aqui tem que carregar as coisas de lá de fora até a barraca de carrinho, o trabalho é até maior.

A gente tem o mesmo trabalho de sempre, mesmo sendo na quarta e no sábado, tudo tem que ser trazido de carrinho, tem que limpar, colocar as verduras e depois tirar tudo pra poder ir embora. Faça chuva ou sol. Eu começo aqui às três da tarde e fico até umas dez horas da noite. A diferença é que quando era na rua tinha que montar a barraca, mas o resto dá na mesma¹¹.

A Feira para Cláudia é apenas seu trabalho, em suas palavras o que se ressalta é sua necessidade de sobrevivência. A Feira sempre é comparada pelos números que representa, “a feira é boa quando a gente vende bem”¹². Para Cláudia, depois da mudança de 2004, a Feira tornou-se diferente da imagem de feira que ela possuía. O trabalho é o mesmo, mas ela perdeu a característica de pertencimento a uma “feira tradicional”.

Mais uma vez, considerando os usos decorrentes da Feira, a multiplicidade se mostra. Num plano de contato com a cidade, muitos usos aparecem; pode-se notar que nenhum é predominante sobre os demais. A Feira Central congrega muitos agentes de múltiplos interesses.

Os indivíduos realizam suas “percepções” da cidade, entrecruzando o particular com o público. Existe o momento de pensar a cidade para sua funcionalidade, para a melhoria de qualidade de vida, visando aos espaços públicos, avaliando o cotidiano com relação aos lugares

11 Conforme entrevista com Cláudia Maria de Assis Nakasone.

12 Conforme entrevista com Cláudia Maria de Assis Nakasone.

frequentados pelo cidadão. Há também o pensamento particular sobre o que melhor realiza seus desejos, em termos de viver em um espaço urbano, considerados itens como o trabalho, a renda, a habitação, o transporte e o lazer.

O que a própria Cultura estima não é o particular, mas algo muito diferente, o indivíduo. Com efeito, ela vê uma relação direta entre o individual e o universal. É na unicidade de alguma coisa que o espírito do mundo pode ser mais intimamente sentido; mas revelar a essência de uma coisa significa despi-la de seus particulares acidentais. O que constitui minha própria autoidentidade é a autoidentidade do espírito humano. O que me faz aquilo que sou é minha essência, que é a espécie à qual pertence. A Cultura é em si mesma o espírito da humanidade individualizando-se em obras específicas, e o seu discurso liga o individual e o universal, o ângulo do eu e a verdade da humanidade, sem mediação do historicamente particular (EAGLETON, 2005, p.84).

Ao pensar a cidade no âmbito público, o habitante de Campo Grande mensura lugares “turísticos” como importantes para a economia e integrantes do sentimento de pertencimento sobre a cidade. A Feira, então, é parte de Campo Grande, e esta está contida na Feira. Ao olhar para a Feira e suas transformações, suas resistências, seus conflitos, sua realidade e seu imaginário; enxerga-se Campo Grande com seus projetos, seus desejos, seu cotidiano e seus habitantes. Cláudia Nakasone ainda comparou a Feira atual com a Feira que ficava nas ruas:

A Feira? Ah... Que saudade! Tenho saudade do movimento, mas tudo mudou, né? Campo Grande não é mais aquela cidade calma, que a gente podia sentar nas calçadas e tomar um tererê. A Feira também acabou. O movimento aqui é muito menor, era mais animado também. Sabe, aquela coisa de muita gente passando, a gente ficava mais tempo trabalhando e o tempo passava rapidinho. Agora, parece que demora, a venda é ruim, e as pessoas não são animadas. Sabia que não podem gritar aqui pra chamar a freguesia? Pois é, a Associação disse que é feio ficar gritando, e que turista não gosta disso¹³.

A Associação a que ela se refere é a AFECETUR – Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande, órgão ligado à prefeitura, que organiza e cobra as taxas do condomínio que é a

13 Conforme entrevista com Cláudia Maria de Assis Nakasone.

Feira Central, desde 2004. Importante ressaltar como Cláudia faz conexão da Feira com a cidade. A cidade do passado mostra-se sempre mais segura, mais calma e mais agradável. A cidade atual possui a Feira que melhor cabe à sua conformação de capital “moderna” de um estado “novo”.

A partir desse relato, fazem-se notar as microtáticas do conflito estabelecido. O pequeno comércio da Feira faz um movimento de resistência aos novos rumos planejados, mas, ao mesmo tempo, amplia seu poder, cedendo às pressões e adaptando seu pertencimento à própria cidade (CERTEAU, 1996). Assim também aconteceu com os valores da vida rural:

A racionalidade urbana a oculta, sem dúvida, a título da ideologia citadina – “burguesa” ou tecnocrata – de uma ruptura voluntarista em relação às “resistências” do campo, mas, de fato, esta experiência é exatamente aquela que a cidade amplifica e complexifica, criando o panteão onde os “espíritos” em tantos lugares heterogêneos se cruzam e compõem os entrelaçamentos de nossas memórias (CERTEAU, 1996, p. 193).

Surgem das memórias os relatos saudosistas como o de Cláudia. A aceitação por saber da existência do que Certeau chamou de “espíritos”, e por sentir o entrelaçamento desses para que a cidade continue a existir. Conflitos entre o saudosismo do passado e a aceitação do presente como realização possível. A saudade é a força motriz para a museificação da cidade.

Empregado para fins urbanísticos, o aparelho continua fazendo esta substituição de destinatários; tira de seus usuários habituais os imóveis que, por sua renovação, destina a uma outra clientela e a outros usos. A questão já não diz mais respeito aos objetos restaurados, mas aos beneficiários da restauração (CERTEAU, 1996, p. 195).

A Feira “modernizada” foi pensada para os beneficiários, e não como objeto do passado. Os projetos sempre foram elaborados com vistas ao frequentador, ao turista, ao habitante ansioso por lazer. Não houve um cruzamento de interesses entre o que a cidade contava de passado e o que ela desejava de um evento como a Feira. Do mesmo modo não se observaram as características que a transformariam em patrimônio.

A transformação da Feira foi um movimento em redemoinho, da mesma forma que a cidade de Campo Grande teve seu redemoinho em sua transformação para capital do estado. Nesse movimento, identificam-se “práticas do espaço” (CERTEAU, 2007), onde astúcias de

disciplina, muitas vezes minúsculas, acontecem. A cidade torna-se um espaço “panóptico” e a Feira também. Os planos urbanos podem ser instrumentos que realizam a cidade planejada visando à disciplina.

A “cidade” instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de uma tríplice operação: 1. A produção de um espaço *próprio*: a organização racional deve portanto recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam; 2. Estabelecer um *não-tempo* ou um sistema sincrônico, para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições [...]; 3. Enfim, a criação de um *sujeito universal* e anônimo que é a própria cidade [...]. Nesse lugar organizado por operações “especulativas” e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação. De um lado, existem uma diferenciação e uma redistribuição das partes em função da cidade, graças a inversões, deslocamentos, acúmulos, etc.; de outro lado, rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui portanto “detritos” de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte etc.). Certamente, o progresso permite reintroduzir uma proporção sempre maior de detritos nos circuitos da gestão e transforma os próprios déficits (na saúde, na seguridade social etc.) em meios de densificar as redes da ordem. Mas, de fato, não cessa de produzir efeitos contrários àquilo que visa: o sistema do lucro gera uma perda que, sob as múltiplas formas da miséria fora dele e do desperdício dentro dele, inverte constantemente a produção em “gasto” ou “despesa”. [...] Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinária e o herói da modernidade (CERTEAU, 2007, p. 173-174).

Mesmo nessa linha da disciplina, as cidades contam com movimentos contraditórios que se combinam fora do poder panóptico. As cidades também fogem do total controle dos órgãos reguladores, porque elas se deterioram, ao mesmo tempo em que os procedimentos que as organizam.

Maria do Socorro disse:

Teve uma política pra tirar a gente de lá... Porque o prefeito quis tirar a gente de lá... Em 2002 quiseram tirar e não conseguiu... A japonesa queria vir, são os da comida, mas de verdura e fruta ainda não chegamos igual o que era lá (falando do rendimento das barracas) ainda está a metade do que era lá¹⁴.

14 Conforme entrevista com Maria do Socorro de Oliveira.

Olhando por esse prisma para Campo Grande e para a sua Feira Livre Central, tem-se como resposta ao planejamento disciplinador um arranjo microtático de crescimento das feiras de bairros. Antes inexpressivas, essas feiras de rua acumulam o movimento popular que se notava na Feira Livre Central: são abertas, não excludentes, barulhentas, possuem uma organização própria, aliam trabalho, espaço público, liberdade do transeunte e comércio popular.

A cidade continua representando o herói e a maquinaria da modernidade (CERTEAU, 2007), mas contornando os processos das elites produtoras da organização, os pequenos movimentos ganham poder, assimilando o conflito e adaptando-se para a continuidade do processo. Essa negociação não cessa e transforma os lugares da cidade.

O cotidiano altera os sentidos. Quando Jaime Lerner, antes de 1977, elaborou seus projetos para uma cidade que se transformaria em capital, levou em conta os fluxos, a posição dos bairros com relação ao centro, a centralização do poder, a verticalização das moradias etc. Não projetou a cidade para a população, mas para o desenvolvimento, encarnando as propostas que vieram dos anos de Ditadura Militar.

Talvez os resquícios dos projetos ainda estejam visíveis na Feira Central. Ao que tudo indica, a Associação comanda a organização para que a Feira seja um “ponto turístico”, livre de detritos, para que colabore com o crescimento da cidade em termos econômicos. Mas não se deu conta de microtáticas tanto de feirantes, que fazem outras feiras, como dos frequentadores, que alteraram seu cotidiano para estarem em outras feiras.

A Feira que era “livre”, hoje panopticamente disciplinada, multiplicou-se e se descentralizou; mesmo sendo transformada em patrimônio e ponto turístico perdeu conteúdo, esvaziou-se de significado simbólico. Sobre a questão patrimonial, Cláudia Maria Nakasone, entrevistada pela autora, falou:

Se essa feira é patrimônio... A outra é que era então! Aquela que foi a primeira, que tava na rua, que era patrimônio. Essa aqui é só uma outra feira, eu sinto muita diferença aqui. Mesmo depois de quatro anos, ainda não me acostumei, **não** acho que ela é patrimônio¹⁵.

15 Conforme entrevista com Cláudia Maria de Assis Nakasone.

Analisando o patrimônio como categoria inserida no cotidiano da população, observa-se o senso comum, mas, observando a relação expressa pelas falas com o patrimônio, há de se compreender o conceito de “pertença” (CERTEAU, 1996).

O fato de Cláudia ter estranhamento e não admitir a Feira como patrimônio determina o grau de pertencimento que o novo ambiente propicia. As *práticas de solidariedade* (as relações de amizade ou familiares), a participação efetiva e “a osmose social que ela induz chegando mesmo a uma certa uniformização dos comportamentos, tudo isso enriquece de maneira notável o sentimento de ‘pertença’” (CERTEAU, 1996, p. 80). O patrimônio, para ser reconhecido, deve estar integrado no cotidiano, ter significado simbólico de pertencimento. Ainda mais considerando que:

Os patrimônios culturais são estratégias por meio dos quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em patrimônio cultural significam atribuir-lhes uma função de “representação”, que funda a memória e a identidade (sic) (GONÇALVES, 2002, p. 121).

O patrimônio visualizado por Cláudia ficou no passado, na Feira Livre Central. Ainda não existe um pertencimento forte, no cotidiano cidadão, que ligue a Feira com o patrimonial deixado, no espaço de rua. Da mesma forma, a identidade que Campo Grande busca não está definida, alternando-se nos binômios rural ou urbana, mestiça ou pura, tradicional ou moderna. O patrimônio fica como uma moeda de duas faces, ora indicando pertencimento ao todo da cidade, ora valorizado como bem comum, fator identificador dos símbolos desse pertencimento. As falas mostram como o patrimônio é visto em duas frentes: sentimento individual e interesse coletivo.

O *Sobá* adquiriu o registro de patrimônio da cidade, talvez porque, mesmo que a Feira tenha sido tão alterada, ele conseguiu continuidade. Foi aceito como patrimônio cultural “imaterial”, mesmo que precise do aparato material para existir, “porque as construções culturais são parte de um uníssono de experiências históricas, vivificadas de forma integrada, portanto, dinâmicas no tempo” (MENESES, 2006, p. 24).

Ao entrevistar a Maria, conhecida como Maria “Batatinha”, trabalhadora da Feira há quarenta e três anos (desde 1966), nota-se uma decepção com a Feira nova. Ela disse:

Aquela feira era boa demais... Mas não volta mais... Acabou... Lá era sensacional... Aqui... Ninguém gosta daqui, não! É patrimônio da cidade, mas a outra era bem melhor!¹⁶

Outras pessoas entrevistadas também afirmaram que a Feira Central é um patrimônio da cidade de Campo Grande, mas sempre com a lembrança da Feira antiga e ressaltando a história da Feira na cidade.

O patrimônio começa no sentido histórico. Françoise Choay escreveu que a palavra patrimônio, em sua origem, liga-se às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo (CHOAY, 2001).

Com relação ao chamado “patrimônio cultural imaterial”, é uma forma de ampliar o conceito de patrimônio, aumentando as categorias analisadas. O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, informa que o Registro é o instrumento legal para o reconhecimento e a valorização desse patrimônio. Os bens podem ser registrados em quatro livros: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares (DODEBEI, 2008). O livro de Saberes da Fundação de Cultura de Campo Grande registrou o *Sobá* como patrimônio cultural imaterial. Longe da formalização que era necessária para o registro no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, somente houve divulgação no sentido de valorizar o patrimônio da cidade.

O discurso sobre os patrimônios culturais se divide em duas vertentes: a monumentalidade e o cotidiano. O discurso da monumentalidade se refere ao conjunto de bens que representam precisamente a “tradição”, vinculando os brasileiros de ontem aos de hoje. O enaltecimento do passado e a formação do Estado Nacional vão designar quais os bens a serem preservados. “Quando se narra o patrimônio no registro do cotidiano, essas relações se invertem. Não é mais o passado que é hierarquicamente valorizado, e sim o presente” (GONÇALVES, 2002, p.118). Assim sendo, no registro do cotidiano, o ponto de referência são as experiências pessoais e coletivas dos diversos grupos sociais em suas vidas cotidianas.

16 Conforme entrevista com Maria laeko.

Voltando às palavras de Cláudia Nakasone, ela não adquiriu pela Feira Central, desde 2004, o sentimento de “pertença” e não observa a experiência pessoal ou coletiva como patrimonial. Outros entrevistados que creem na Feira como patrimônio reconhecem-na pela monumentalização, ligando seus sentimentos à “tradição”, relacionando-se com um passado distinto e valioso. Maria Iaeko, quando questionada sobre o patrimônio, assim respondeu:

Claro que a feira é patrimônio, a feira existe há tantos anos, né? E não vai acabar... Quer me matar? A feira nunca vai acabar por isso é patrimônio. Eu só tenho isso aqui, só na hora que eu morrer é que não vou mais trabalhar na feira, né? (risos) ¹⁷

Maria Iaeko tinha 65 anos de idade em 2009, e contava 43 anos trabalhando como feirante; quando ela se referiu ao desaparecimento da Feira, fez uma correlação com a sua própria existência. A Feira enquanto patrimônio não poderia acabar, assim como a sua existência como pessoa estava intimamente ligada ao seu trabalho como feirante. Maria não se viu desligada de seu trabalho na Feira, ela não se distanciou de seu ofício, a Feira e ela formavam uma unidade de vida e de trabalho. A fala de Maria refletiu o patrimônio como “tradição”, ligado às estruturas familiares e econômicas. Seu trabalho, seu sustento e sua família estariam permeados pela Feira, tal como patrimônio. Maria Iaeko expressa o “pertencimento” como forma de prolongar sua vida. Desconstruindo sua fala, nota-se que: o patrimônio não acaba e, quando eu morro, ele acaba só para mim. Há um processo de reconhecimento do patrimônio não só como individual, mas também como um bem coletivo.

Em primeiro lugar, que a fonte de um patrimônio simbólico não está somente naquilo que os sujeitos receberam e entendem como próprio (através da cultura vivida, familiar, étnica ou social) e sim naquilo que transformarão em material conhecido através de um processo que implica, na mesma apropriação, uma dificuldade e um distanciamento (SARLO, 1997, p.115).

No caso da Feira, mesmo na apropriação do evento, a relação se faz pelo trabalho, do ponto de vista do feirante e no distanciamento de visitante, no ponto de vista do morador da

17 Conforme entrevista com Maria Iaeko.

cidade. O patrimônio inventa-se na transformação do que se recebe, historicamente, e naquilo que se torna conhecido e reconhecido como valor simbólico da sociedade.

Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (GONÇALVES, 2003, p. 27).

Por vezes, o patrimônio aparece nas falas dos habitantes da cidade e, por fazer essa construção, interfere nas vivências, estabelecido no coletivo; mas dirigido ao individual, faz a mediação entre o público e o privado.

A sociedade moderna estabeleceu limites entre o público e o privado, fechando os espaços, as casas, formando regras para os espaços públicos, normas sociais de convivência que aconteciam no cotidiano. Os espaços públicos ficaram, então, expostos a normas e a conceitos do bom convívio, entre os indivíduos da sociedade. Alguns autores definiram, posteriormente, como “sociedade do espetáculo” o que resultou do processo de instalação do privado e do público.

A “sociedade do espetáculo” prevê a demonstração das representações. O mundo imaginado que se realiza para a satisfação dos sujeitos torna os espaços vistos e não sentidos (GASTAL, 2006). Numa sociedade da “visibilidade”, os patrimônios estão, cada vez mais, valorizados na sua plasticidade. Sendo assim,

[...] a circularidade cada vez mais veloz da imagem-objeto, a profusão de máquinas de visão e o “lugar do olhar passar” inaugurado pela figura heroica do *flâneur* e seu olhar técnico e circulante não só exemplificam a relação dos corpos capturando a realidade, como também mostram como as grandes cidades se caracterizam por uma visão que lhes é específica, moderna (RIBEIRO, 2008, p. 63).

Assim, em nome da construção de patrimônios, do turismo e do entretenimento, a Feira e Campo Grande sofreram intervenções que modificaram suas formas e conteúdos. São lugares

apreciados, nos quais a sociedade busca oferecer um novo valor, transformando sua funcionalidade com vistas a atender ao público, quando os interesses em jogo são essencialmente políticos (SANTOS, 2002).

A persistência no trabalho e a valorização do espaço da Feira como patrimônio concretizaram a aceitação das mudanças que foram planejadas e efetivadas. Os relatos exprimem aceitação ou resistência velada. Mas as pequenas negociações individuais e coletivas realizam para os feirantes a expansão do poder sobre seus próprios destinos.

A Feira ganhou visibilidade nos projetos urbanísticos e nos roteiros turísticos; efetivamente, consolidou-se como patrimônio, reinventada pela tradição e exposta como *souvenir*. Mas, assim como o turismo, a patrimonialização produz contornos indesejáveis. A Feira não é um patrimônio tombado ou registrado em livros do IPHAN, ou seja, ela é apenas “considerada” patrimônio. Apenas se mantém pelos esforços dos trabalhadores e dos assíduos frequentadores. Não houve uma política para a preservação do espaço antigo e nem mesmo para a conservação do chamado patrimônio intangível que está tanto no trabalho do feirante como na feitura do *sobá*.

A municipalidade organiza o evento por meio da Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande, controlando e policiando o lugar por meio de seus agentes. A prefeitura divulga material de propaganda sobre o “ponto turístico” que é a Feira e enaltece o “patrimônio histórico” que ela representa. Contudo, há um efeito de exclusão para a população que não se apropriou desse patrimônio. Ao contrário de ser um lugar de encontro e de prática cotidiana, a Feira transformou-se em lugar de visibilidade ou do flunar de uma pequena parte da população.

Os planejadores da cidade, urbanistas e políticos, fazem parte da elite que pretende criar uma cidade da “visitação”, uma cidade que explore seus lugares e sua gente como “ponto turístico”. Os formadores de opinião realizam a ideia de apropriação dos espaços como atrações para seu próprio lazer ou que desempenhem uma função. Gutemberg Weingartner, referindo-se ao funcionalismo proposto pelos urbanistas, escreveu:

Por outro lado, há lugares que primam pela praticidade e a utilização objetiva de cada espaço construído. Eles são denominados de espaços *funcionalistas*. A eficácia de um espaço funcional é a medida pela avaliação de sua capacidade em responder questões da socie-

dade, favorecer a realização harmônica de vários usos em um mesmo local, constituindo-se num meio que permita o desenvolvimento social, cultural, político e/ou econômico (WEINGARTNER, 2006, p. 26).

A reação da população varia de acordo com os lugares sociais, buscando sempre uma ascensão na escala social. Uma pessoa simples, como Maria Iaeko, busca entender que o melhor para a elite também pode ser “o melhor para si mesma”, ainda que, em alguns momentos, sinta a dificuldade econômica que uma Feira “turística” lhe acarreta.

Maria comparou o movimento da Feira da rua e o da Feira atual, quando disse: “aqui pra mim é ruim, eu tirava quatro mil (R\$ 4.000,00) numa Feira, agora não faço mil (R\$1.000,00)”, considerando como “uma Feira” o tempo de uma semana de trabalho, ou seja, quarta-feira e sábado. Nota-se o binômio individual/coletivo na relação feita entre o que é bom para a cidade, relativo ao patrimônio e ao turismo, e o que é importante para Maria no quesito trabalho e sobrevivência.

Quanto ao grupo de trabalhadores feirantes, é significativo considerar como se configurou a experiência de efetivação da feira como instrumento que possibilitou os indivíduos viver e permanecer na cidade. O fato de a feira ter se efetivado com a interferência dos poderes públicos, quando estava em jogo assegurar o abastecimento da cidade, com expectativas de notoriedade da (sic), parece ter repercutido entre os feirantes sob outra ótica, ou seja, como concessão de direito ao trabalho (LOPES, 2004, p. 155).

Mas se a opção é continuar ou “morrer”, a reação cotidiana pende para a adaptação; assim, Maria e outros feirantes passaram a trabalhar em outras feiras da cidade. O outro lado da reação pode ser a frequência das pessoas na Feira Central e nas outras feiras. Apesar de estarem flanando por entre as barracas e restaurantes “turísticos” da Feira Central, também estão comprando sua alimentação cotidiana, nas pequenas feiras dos bairros.

A Feira Central exclui o popular e fortalece que ele esteja alocado nas periferias, num movimento previsto pelos planos urbanísticos de retirar o povo da região central da cidade. Esse mesmo povo que constrói a cidade é visto como o refugio da sociedade.

O carregador, o guardador de carros, o sanfoneiro, o *hippie*, o deficiente físico, são exemplos de pessoas que foram afastadas da Feira. Os guardadores de carros, ou “flanelinhas” foram registrados como trabalhadores ligados à Feira, receberam uniformes e são em número definido

pela Prefeitura. O *hippie*, ou artesão, não pode mostrar seu trabalho no espaço da Feira. E os frequentadores de bairros afastados não se animam em estar na Feira toda semana, pensam em ir à Feira como vão ao *shopping*.

Quando estava nas ruas (1925-2004), a Feira também era um lugar que mostrava o nível de segurança da cidade. Em entrevista concedida à autora, Maria do Socorro¹⁸ comentou que aconteciam pequenos furtos, mas que não havia grandes tumultos ou brigas. Ainda, disse que os vizinhos da área da Feira reclamavam dos roubos de carros que ficavam nas ruas, no entorno da Feira e do barulho das pessoas que iam à Feira até de madrugada.

Atualmente, a Feira Central mostra a segurança que o lugar controlado, ou seja, sem o pobre, sem o feio e sem o doente, é capaz de agradar ao visitante. Juntamente com esses atores sociais, foram eliminadas da cidade parcelas da subjetividade da sua história. Apenas o ideal do cenário fica à vista. Não se podem acessar os problemas da vivência social, o pobre, o feio, o doente, ou seja, os excluídos não fazem parte do fazer histórico. “As cidades modernas encontram-se inversamente despidas de memórias não represadas pela razão; seus mitos de fundação constituem elaborações históricas” (BRESCIANI, 2002, p.32).

A violência e a defesa dos bons costumes sempre foram preocupações das classes dominantes. Na Feira, tanto na rua como na Esplanada, o problema sempre foi manter a paz. No espaço público, o controle foi feito por policiamento ou por meio de grades, ou seja, algumas vezes, é aparente, em outras, panopticamente, pela Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande.

Retornando ao começo do século XX, ao Código de Postura de 1905 de Campo Grande, às mudanças em Paris elaboradas por Haussmann, às transformações do Rio de Janeiro, à metropolização de São Paulo, pode-se dizer que as transformações das cidades modernas não cessaram e que continuam na mesma direção em que foram lançadas. A Feira Livre Central acompanha esse movimento, sendo parte resistência, parte negociação e parte sobrevivência.

18 Conforme entrevista com Maria do Socorro de Oliveira.

CAPÍTULO TERCEIRO

[...] ERA UMA FEIRA AONDE A GENTE IA DE CHINELO¹⁹

Tarde de sábado na Feira Central, em meados de setembro de 2009. Três grupos de pessoas, com máquinas digitais, tiravam fotografias do lugar e das pessoas que estão conhecendo o local. As pessoas que vivem na era digital demonstram um narcisismo exagerado com relação às imagens por elas produzidas. Mas o fato de fotografarem lugares e de se mostrarem nesses lugares converte a produção das fotos numa espécie de *souvenir*, como materialização da memória, ou seja, numa lembrança concreta. Os turistas visitam lugares, preocupados com o consumo dos lugares nas imagens produzidas, por conseguinte não “conhecem” novos lugares, mas os levam nas fotos para que demonstrem a outros e a eles próprios que estiveram em lugares interessantes (GASTAL, 2006).

Esse tipo de acontecimento, fotografar-se na Feira, e fotografar a Feira como lugar “típico e exótico” não é mais um fato estranho, uma vez que já faz parte do cotidiano da Feira Central de Campo Grande. Depois de sua instalação, na área da esplanada da antiga Estação Ferroviária, em 2004, a Feira foi transformada em “ponto turístico” e consta em folhetos de promoção da cidade. Entrou no percurso do ônibus que realiza o *city tour*, passeio que leva turistas aos lugares que a cidade quer promover como históricos, comerciais ou culturais.

Os passeios denominados de *city tour* enquadram-se no que Susana Gastal (2006) citou como parte de construção da *fantasy city*, práticas formadoras do turismo, aproveitamento dos lugares, existentes em várias cidades, em espaços ditos históricos. A *fantasy city*, a princípio (seu maior exemplo é o que Walt Disney criou com os parques temáticos) explora um imaginário

19 Conforme entrevista com Nilva Martins Guimarães.

de fantasia e perfeição. O exemplo extrapolou os muros dos parques e passou a criar espaços em que o imaginário se confronta com a cidade real.

“Os imaginários condicionam a construção de sentido e as imagens, materializadas em especial nas áreas centrais e nos bairros percorridos pelos segmentos privilegiados da população” (GASTAL, 2006, p. 79). A construção de sentido é a elaboração que está nas grandes cidades do Primeiro Mundo; é ainda fator de crescimento do consumo (SANTOS, 1989) nas cidades do Terceiro Mundo. Os ricos fazem a “demonstração” do que consomem, e os pobres também querem consumir, assim a imagem e os imaginários se fundem no projeto consumista da globalização (BAUMAN, 1999). Portanto, imaginários são formados a partir de ideias da elite e de seus representantes: políticos, urbanistas, sanitaristas, arquitetos etc.

A Feira Central, visitada e fotografada pelos turistas, difere da antiga Feira de rua, não só por sua promoção em local turístico e aberto a incursões de consumidores do espaço, mas também pela forma que esse espaço é consumido. A fotografia representa uma “demonstração” do consumo do passeio, sugere um imaginário do lugar nascido das imagens captadas e selecionadas pelo autor.

Outra forma de aferir a imagem e o imaginário de uma cidade está na linguagem usada na comunicação informal. Muitas vezes metafórica, essa linguagem pode abrir caminhos para o entendimento de quadros formados visualmente e expostos no cotidiano. O exemplo disso está na informação da entrevistada Nilva Martins Guimarães, título desse capítulo: “era uma feira aonde a gente ia de chinelo”. Essa frase coloca à disposição um leque de imagens sobre a Feira e expõe os imaginários repetidos na cidade.

A frase que foi dita por Nilva, moradora de Campo Grande, comparava a antiga Feira Livre Central, que ocorria nas ruas, com a Feira fixa dos dias atuais. A fala da entrevistada apresentou um feixe de características que podem ser relatadas como diferenciação de um momento e outro da história da cidade de Campo Grande.

No Brasil, em 1962, foi lançado no mercado um tipo de calçado, fabricado pelas indústrias São Paulo Alpargatas, com a marca de Havaianas²⁰, que são sandálias de borracha, denominadas comumente como “chinelos”. As sandálias *Havaianas*, com o nome que remetia

20 Conforme os sites: <www.wikipedia.org> e <www.alpargatas.com.br>. Acesso em: 24 set. 2009.

ao local preferido nas férias dos americanos, tinham como público alvo, a princípio, as classes mais abastadas que se identificavam com o *glamour* de férias no Havaí. Tanto assim que outras indústrias investiram em produzir sandálias semelhantes, provocando, ao longo de trinta anos de existência, a publicidade com o *slogan*: “Legítimas só as Havaianas; que não deformam, não soltam as tiras e não tem cheiro”.

O crescimento da produção industrial de calçados, a grande concorrência no mercado e um produto inalterado por mais de três décadas, levaram à transformação das sandálias em objeto da parcela mais carente da população. Sendo assim, foi representado como sinônimo da pobreza ou da simplicidade no trajar. Explicitamente, ninguém que tivesse algum sapato mais caro e formal se mostrava de chinelos. Mesmo as pessoas mais pobres usavam-no, em casa ou no trabalho (geralmente braçal), mas não iam de chinelos a ambientes nos quais necessitassem demonstrar boa aparência e certo trato social.

Nilva referiu-se à Feira como um lugar de simplicidade, um lugar que possibilitava às pessoas mostrarem-se como na simplicidade de suas casas. “Fazer a feira” (VEDANA, 2004), um ato tão simples e cotidiano que poderia ser realizado de chinelos, pois tanto a prática como as relações entre as pessoas que faziam o lugar funcionar eram, indistintamente, conhecidas.

No final do século passado, as *Havaianas* foram, por conta de campanhas publicitárias, promovidas a calçados da moda. Passando a outro *status* no seu conceito e uso, ficaram conhecidas pelo mundo afora, o que, provavelmente, tiraria o significado simbólico da fala de Nilva. Os chinelos a que ela se referiu eram, exatamente, as *Havaianas* que as pessoas usavam no cotidiano brasileiro entre os anos de 1960 e aproximadamente 1990.

O consumo do objeto, referenciado na fala da entrevistada Nilva, foi “demonstrado” (SANTOS, 1989) pela referência dos ricos, posteriormente consumido pelos pobres como simbolicamente expoente de seu imaginário; adaptado à sua condição transformou-se em signo da própria pobreza. Desta forma, o chinelo identifica-se com lugares em que os pobres estariam aceitos, contrapondo-se aos lugares que os excluem, de forma tácita e visual, como *shoppings centers* (SARLO, 2009). A maneira como a pessoa está vestida ou calçada pode dar visibilidade ao seu nível social, colocando-a ou excluindo-a dos lugares.

A Feira Livre Central, carinhosamente apelidada de *Feirona*, possibilitava uma integração do privado com o domínio público, estava no palco da cidade (Gastal, 2006), mas trazia

a informação do doméstico, do familiar e do consumo rotineiro. Explorando essa questão, em outra entrevista com a feirante Rosemeire Teixeira da Cunha Dias, ela disse: ...o *público daqui é mais sofisticado*. Rosemeire faz a comparação, também, com o público que visitava a antiga Feira, que ia de “chinelo”, e o público que consome o espaço da Feira, na atualidade. “Sofisticado” para Rosemeire é a contraposição do sentido dos “chinelos” da fala de Nilva. Ontem, ou no passado da cidade, a Feira incluía: “a gente ia de chinelo”, hoje e no futuro, a Feira exclui: “é mais sofisticado”.

A mudança de local da Feira foi feita pela prefeitura, mas essas concepções dos moradores sobre o que a Feira era e o que ela representava já existiam, há muitos anos. A relação público/privado formula o modo de comportamento diante de espaços diferenciados da cidade. A Feira, por sua vez, exprime como o público esconde o privado, deixa de ser lugar “doméstico” para ser lugar “do mundo”.

A mudança do espaço físico foi realizada em dezembro de 2004. Além de a Feira receber um local fixo, pago pelos feirantes; ganhou também uma data de aniversário, comemorado em dezesseis de dezembro, data da transferência – mas a de 1925, data do primeiro decreto de regulamentação. Nota-se a necessidade de circunscrever a “nova” Feira na história do município, misturando a data de dois acontecimentos distintos, mas que congregam o mesmo espaço de socialidade, assim inventando uma tradição. Como observou Eric Hobsbawm:

A “tradição inventada” que significa um conjunto de práticas que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado (HOBBSAWM, 1983, p. 1).

André Puccinelli, reeleito para o seu segundo mandato na prefeitura de Campo Grande (2000 – 2004), realizou os projetos de reorganização do espaço da antiga Estação Ferroviária, visando à utilização desse espaço para a construção de uma feira fixa, assim como a criação de um local para eventos, denominado de Armazém Cultural (BUAINAIN, 2006, p.437). Com relação à mudança da Feira, o então Prefeito afirmou:

Isto nos deixou contentes, pelo acerto da equipe técnica da prefeitura, que vislumbrou a possibilidade de preservação da memória cultural da nossa feirona, adaptando-a à moder-

nidade dos tempos atuais, o que resultou em melhorias da sustentabilidade dos feirantes (BUAINAIN, 2006, p.439).

Sobre os motivos da mudança André Puccinelli se expressou:

As motivações para a mudança da feira para a nova área foram várias. Em primeiro lugar, o espaço que os feirantes tinham nas ruas; o transtorno que ocasionava seu funcionamento de sexta-feira até o domingo, e na quarta-feira; a sujeira do local no dia seguinte; a falta de higiene, de esgotamento sanitário; a precariedade da comercialização em dias de chuva; as dificuldades de trânsito, de afluxo de pessoas (BUAINAIN, 2006, p.438).

A feira, denominada Feira Central, após a mudança, ocupa um “T” deitado, sendo que o traço horizontal é formado por barracas – não mais de lona, mas de alvenaria com cobertura metálica, e pequenas lojas ou boxes de produtos artesanais ou mercadorias vindas do Paraguai, que alguns denominam de “importados”. Na parte vertical, de maior comprimento, ficam as barracas de comidas prontas – que atualmente são chamadas de restaurantes – e algumas barracas de verduras, frutas, doces, castanhas, pamonhas, revistas. O percurso faz-se pelo centro desta pequena rua, sendo que ela conta com duas entradas, uma perto da antiga estação ferroviária, e outra pelas barracas dos “importados”, tanto para quem entra pelo estacionamento como para quem entra pelas ruas próximas.

Não foi possível o acesso aos documentos de planejamento da Feira atual, inaugurada em 2004. Os representantes da Associação da Feira Central e Turística informaram que não possuem documentos desta natureza. Por sua vez, a Prefeitura não libera tais documentos, sob a justificativa de que antes devem ser encaminhados para o arquivo geral; só depois de trinta anos é que os documentos passam para o arquivo do município, que é a instância pública dos documentos de planejamento da Prefeitura. Apesar dos trâmites legais, foram feitas observações para a autoria desse trabalho. Muitas vezes, estive na Feira para conhecê-la bem, ver seu funcionamento e as pessoas que a constituem, ou seja, feirantes, visitantes etc.

Talvez, a modernização (2007) requerida pelos órgãos que fizeram a mudança da Feira possa realmente ter sido alcançada. O moderno, que se apresenta pelo individualismo, pelo funcionalismo das formas arquitetônicas, pela valorização do belo (Gastal, 2006), está à mostra na exclusão do “feio e desorganizado” da Feira antiga.

Pelo prisma do pós-modernismo, a Feira de rua era um espaço “pós-moderno”, enquanto a Feira dos dias atuais é uma Feira “moderna”. Segundo Nicolau Sevcenko, considerando-se que:

A palavra “moderno”, de recente fluência na linguagem cotidiana, em particular através da presença crescente na publicidade, adquire conotações simbólicas que vão do exótico ao mágico, passando pelo revolucionário. Assim como os talismãs são objetos-fetichê, assim também a palavra “moderno” se torna algo como uma palavra-fetichê que, quando agregada a um objeto, o introduz num universo de evocações e reverberações prodigiosas, muito para além e para acima do cotidiano de homens e mulheres comuns. Nos termos da nova tecnologia publicitária, essa palavra se torna a peça decisiva para captar e mobilizar as fantasias excitadas e projeções ansiosas da metrópole fervilhante. Não há limite para o seu uso e, embora na sua raiz ela comporte um mero registro temporal, na semântica publicitária ela capitaliza as melhores energias da imaginação e se traduz, por si só, no mais sólido predicado ético em meio à vasta expectativa por uma vida melhor (SEVCENKO, 1992, p.227).

Segundo Susana Gastal (2006), o *realismo sujo* que o modernismo procuraria apagar ou sublimar, deixaria afluir, na pós-modernidade, as diferenças sexuais, sociais, econômicas e culturais. Tratando da Feira atual como um elemento desprovido do “caos da cidade” é possível afirmá-la como um espaço moderno.

Em 2004, Campo Grande exibe seu imaginário moderno, em contraposição às configurações pós-modernas das cidades do mundo que contam com espaços, em que o poder público não exerce total controle. A Feira, com seu público “s sofisticado” e com o urbano estendido em planos e obras, faz uma completa representação do momento funcional a que se propôs a cidade do imaginário, forjado pelos formadores de opinião, ou seja, urbanistas, arquitetos e políticos.

Jade Tamashiro, não se refere a sua “barraca de *sobá*”, mas disse que trabalha em seu “restaurante”²¹. Os enunciados são extensões de formulações do indivíduo quanto à sua valoração no mundo. Os “restaurantes” são mais importantes do que as “barracas” ou, no mínimo,

21 Conforme entrevista com Jade Tamashiro, feirante desde 1999.

conduzem à “sofisticação”. Jade disse que gosta muito de como a Feira está, mas afirma que ela mesma vai a outras feiras de rua dos bairros; ela não nega que gosta do movimento “bagunçado” das feiras. A entrevistada também admite que a outra Feira (antiga) morreu. Jade usa como exemplo a feira da Rua Ceará, que acontece às quintas-feiras à noite, para mostrar como as feiras de rua estão crescendo. Alguns feirantes da Feira Central também mantêm barracas nessa feira, conhecida como Feira da Ceará, onde houve aumento significativo de consumidores.

Esse aumento pode significar uma resistência ao modelo de Feira estabelecido pela organização urbana, ou seja, no processo organizador e tecnocrático, inspirado nos avanços dos planejamentos urbanos mundiais. As feiras de rua continuam a existir, e ainda mais fortes, mais movimentadas, atendendo em dias diferentes e atraindo pessoas de vários lugares da cidade.

A relação dos habitantes com as feiras que acontecem nas ruas indica um sentimento de pertencimento. As feiras que resistem, em pontos da cidade, nas ruas, acontecem porque assim a população deseja, notadamente pela frequência com que os habitantes se utilizam desses espaços da cidade. A Feira Livre Central pode ter mudado em vários aspectos, mas as outras feiras continuam a existir, assim como a “Feirona” continua a existir nas memórias.

Formulando uma linha imaginária entre como surgem as feiras livres no mundo e o sentido de pertencimento que a feira pode traduzir no cotidiano de cada morador da cidade atual, pode-se enxergar uma ligação atemporal. O comércio na Antiguidade era realizado nas ruas ou nos templos, ambientes que abrigavam religião e troca. Na Idade Média, as ruas eram transformadas em feiras, quando surgiu o termo “feira”, vindo do latim “*feria*”, que significa a própria ligação com os dias santos ou religiosos²².

“Se na Idade Média, a cultura do camponês, vinda com os produtos vendidos na praça, misturava-se à cultura urbana que ele, na volta, carregava consigo, isso era um processo lento de impregnação mútua, da cidade pelo campo e do campo pela cidade” (GASTAL, 2006, p. 95). A realidade vai formando os imaginários nessa junção; a cidade é o espaço onde fato e imaginação se fundem. A realidade mostra como as relações dos habitantes nos espaços da cidade são dinâmicas e produtoras de um novo entendimento entre o rural e o urbano, faces da mesma moeda.

22 Conforme site: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Feira>>. Acesso em: 30 dez. 2009.

Na Idade Moderna, a feira se consolidou, sendo um espaço aberto de comércio, consequentemente, de rua. No mesmo período, surgiram os mercados fechados e outras formas de comércio. O comércio alterou as relações entre consumidores e produtores e a relação do espaço de comércio com ambos.

Ao se observar a história de Campo Grande, com ênfase no comércio da Feira, é possível dizer que a cidade se definiu por muito tempo – até porque foi realmente – como uma cidade de “interior”. Mesmo buscando alcançar a imagem de cidade moderna, em outra ponta, as “tradições inventadas” requeriam o tempo do interior. Para tal observação faz-se necessário o conhecimento de alguns hábitos entre os moradores da cidade que tentarei expor a seguir:

Os moradores de Campo Grande, mesmo vindos de outras cidades, adquiriram alguns hábitos que remetem ao passado rural e ao tempo próprio das cidades pequenas. As pessoas geralmente dormiam cedo e acordavam cedo. Muitos habitantes dizem que é por causa do fuso horário, porque quando são sete horas em Campo Grande, em São Paulo já são oito horas.

As grandes empresas, porém, eram ligadas a São Paulo, e não haveria necessidade de todo o resto seguir o mesmo horário. O que se pode dizer é que o costume vinha do campo; alguns diziam que o campo-grandense “dormia com as galinhas”. O resultado desse costume pode ser observado na vida noturna da Capital. Poucos locais como bares e restaurantes perduraram. Os lugares que exploraram a noite não atravessaram mais do que uma geração.

Outro contato com as coisas do campo são a música e o *tereré*. As músicas, predominantemente tocadas em churrascarias da cidade e nas rádios, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, eram sertanejas, guarânicas e chamamés. Guarânicas e Chamamés são estilos da música paraguaia, influência pela proximidade com a fronteira. Ganharam admiradores em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Esses estilos musicais retratam a vida camponesa, os trabalhos do homem do campo e a lida dos pantaneiros.

A música sertaneja, ou a “moda de viola”, surgiu para contar a vida do campo. Esse estilo musical ganhou projeção nacional, com duplas como Milionário e José Rico, Tião Carreiro e Pardinho, Pena Branca e Xavantinho e Tônico e Tinoco. Posteriormente, a música sertaneja foi adaptada para ser tocada por instrumentos elétricos, ou plugados em potentes caixas de som. Em âmbito nacional, o que é conhecido como música sertaneja atualmente tem muitas variações e uma nova geração de duplas.

O *tereré* é uma bebida de origem paraguaia, feita com erva mate, seca e moída, preparada numa “cuia” ou “guampa” geralmente feita do chifre do boi, e sorvida por uma bomba de metal. Uma pessoa serve o *tereré* e o entrega ao próximo que, por sua vez, toma toda a água que está na cuia, devolvendo-a ao responsável por servir. A água pode ser fria ou gelada, deve ser colocada sobre a erva, e todos os “tomadores” usam os mesmos utensílios. O *tereré* é uma bebida de sociabilidade. Para tomar o *tereré* é necessário companhia, por isso, muitas vezes, existem as “rodas de *tereré*”.

O *tereré* era a bebida usada pelas comitivas que faziam a remoção do gado das áreas alagadas no Pantanal, ou de uma fazenda para outra. Lucy Moreira da Cunha²³ disse que seu pai foi boiadeiro e que, mesmo em cima do cavalo, era possível pegar água dos rios para tomar o *tereré*.

Nas cidades, o *tereré* foi adaptado à facilidade dos eletrodomésticos e passou a ser tomado com água gelada. Também alcançou os jovens que não tinham nenhum contato com a vida pantaneira, mas que conservaram a sociabilidade que o *tereré* significava. As conversas continuam, nos dias atuais, nas tardes quentes de Campo Grande, nos altos da Avenida Afonso Pena, acompanhadas pelo *tereré*.

Importante que se diga que a erva mate foi, durante o final do século XIX e começo do século XX, grande fonte econômica da região sul de Mato Grosso. A Companhia Matte Laranjeira, que explorava a erva mate nativa, propiciou a formação de vários núcleos urbanos que, posteriormente, se tornaram cidades na região.

Com esses registros culturais, nota-se a pluralidade na formação dos habitantes da cidade de Campo Grande. Muitas práticas culturais estão inseridas no contato com os imigrantes, ou mesmo no contato fronteiriço que é trazido para a cidade.

Observa-se que a cidade que se propôs a todo tempo “moderna” não possui uma verticalização notável. As pessoas preferem morar em casas, principalmente, casas com varandas e espaço de terra para jardinagem. Tal costume cria a hipótese de que o espaço aberto, que remete ao campo, seja importante para essa população. Mesmo os apartamentos comercializados são grandes e devem possuir uma área de lazer com churrasqueira, assim como ter vagas na garagem que caibam camionetas.

Os primeiros edifícios construídos em Campo Grande eram comerciais. Os prédios residenciais foram construídos paulatinamente, com a imigração, principalmente dos paulistas que vieram trabalhar em empresas que estabeleceram filiais na cidade.

23 Conforme entrevista com Lucy Moreira da Cunha.

Os conjuntos habitacionais eram de pequenas casas, formando alguns bairros que levam em sua denominação o prefixo Coopha, proveniente de Cooperativa Habitacional; assim tem-se: Coophasul, Coophafé, Coophamate, Coophavila e Coopharádio.

No final da década de 1980, a Caixa Econômica Federal financiou alguns conjuntos de apartamentos, mas não eram espigões, eram prédios que não ultrapassaram o número de quatro andares por bloco.

Somente depois do início do século XXI é que Campo Grande apresentou um salto no crescimento vertical da cidade. Com muitas empreiteiras do ramo da construção investindo nesse tipo de moradia, e por conta da necessidade de segurança, parte da população, que possui condições financeiras, opta por tal habitação. A relação com o campo ficou estremecida no cotidiano das novas gerações, que se acostumaram com os novos modos de habitar, e elas vivem na cidade imaginada por seus antecessores.

Assim sendo, o campo e a cultura camponesa estão na cidade, e a cidade, por meio das pretensões de “modernização”, está no campo, representada pelas mudanças no cotidiano. Essas mudanças aconteceram devido à chegada da luz elétrica e de todos os equipamentos que podem ser usados a partir da eletricidade.

A Feira, como demonstra o primeiro capítulo, foi formada a partir do encontro da imigração japonesa com a necessidade de abastecimento da cidade interiorana, que se formava da elite proprietária de terras e de gado, e do comércio feito por vários outros imigrantes brasileiros e estrangeiros. Essa formação cultural marcou a existência da cidade e, por várias vezes, pode ser reconhecida nos lugares e no dia a dia, como é o caso da Feira Livre Central.

Retornando à simplicidade da Feira, pode-se notar que o *sobá* é o elemento mais representativo da relação dos campo-grandenses com a imigração japonesa. Todas as feiras livres de Campo Grande possuem barracas de *sobá*, geralmente lideradas por filhos ou netos de japoneses. Essa relação começa com a vinda dos okinawanos, no pós-guerra. Considerando então que

[...] quando alguém é forçado ao exílio pela conjuntura política ou pela situação econômica, o que subsiste por mais tempo como referência à cultura de origem é a comida, se não para a refeição cotidiana, pelo menos para os dias de festa. É uma maneira de mostrar a pertença a outro solo (CERTEAU, 1996, p. 250).

A aceitação do *sobá* como patrimônio campo-grandense é praticamente uma declaração de aceitação do imigrante japonês, mesmo que essa aceitação tenha se elaborado quase um século depois dos primeiros imigrantes pisarem em terras sul-mato-grossenses.

Muitos outros imigrantes foram vistos como “não integrantes” da sociedade, afora o caso daqueles que chegavam à cidade com condições de participar da elite formada por proprietários de terras, que ocupavam os cargos políticos e as posições de mandantes. Essa elite era formada por descendentes dos primeiros mineiros que migraram para a região. Assim sendo, muitos traços culturais remetem a Minas Gerais.

Os árabes, os portugueses, os japoneses, os italianos e os espanhóis criaram pequenos grupos; neles desenvolviam sua cultura e muitos clubes surgiram por causa da presença dos imigrantes na cidade. Eles ainda foram responsáveis pelo crescimento industrial e comercial da cidade (ARCA, 2000). Trouxeram conhecimentos sobre as máquinas das fábricas que existiam na Europa. Outrossim, trabalharam na construção civil e na área hoteleira. No comércio, os imigrantes destacaram-se na venda de tecidos e de produtos alimentícios.

Mas a multiplicidade da composição da cultura sul-mato-grossense e, por conseguinte, a formação cultural do campo-grandense, não esteve ligada somente à imigração. A presença da cultura hispano-guarani influenciou a base de formação cultural dos povos que habitavam o estado. Tais valores culturais estão representados nas palavras, nos hábitos alimentares e nos aspectos subjetivos da população (TONELLI, 2000).

O *tereré* teve raiz no Paraguai, que tem população predominantemente indígena e hispânica. Da matriz indígena, perdurou a infusão da erva-mate, o chimarrão, que também se difundiu no sul do país, juntamente com o consumo da mandioca e da “sopa paraguaia” (espécie de torta feita de farinha de milho, ovos, queijo e cebola).

O consumo de carne como churrasco proveio do contato com os gaúchos, que trabalhavam em fazendas, mas misturou-se ao consumo da mandioca, transformando o hábito do imigrante e aproximando-o aos costumes locais.

Ainda sobre a alimentação, um salgado muito apreciado é a *chipa*, que é feita de polvilho, queijo, ovos e óleo, e assada no formato de uma ferradura. Também de influência paraguaia, a *chipa* é o lanche preferido do campo-grandense.

O morador de Campo Grande, mesmo natural de outra cidade, em algum momento realizou, ou realiza, materialmente, uma hibridação cultural (CANCLINI, 2006). Come churrasco com mandioca; ouve música sertaneja ou *rock*, tomando *tererê*; come *sobá*, com cerveja, na Feira; toma chimarrão e come sopa paraguaia; fala com sotaque de peão pantaneiro e compra roupas no *shopping*. Mora em apartamentos, mas gosta de ficar nas calçadas para lembrar-se da vida de interior. Os mais jovens gostam de música eletrônica, mas dão gritos típicos dos ervateiros e dos boiadeiros, se estiverem em uma festa em que as músicas sejam guarânias ou polcas paraguaias.

Todos esses traços culturais são fontes de entendimento da sociedade e são reconhecidos na Feira. Os ingredientes para essa alimentação estão à venda nas barracas, e os alimentos prontos também estão à disposição dos fregueses. A própria Feira é um traço do passado da cidade (LEPETIT, 2001), que se transfigura ou se reinventa para transmitir os valores culturais da própria sociedade. A Feira corresponde aos dois lados de uma mesma moeda: tradição e modernidade; a cidade representa, ainda, dois lados de outra moeda: rural e urbano.

Em entrevista concedida à autora, a feirante Maria do Socorro expressou:

Aqui o pessoal é muito desconfiado, não faz amizade fácil, por isso que a japonesa se deu bem aqui, né? Porque japonês também é quietinho, e não gosta de muita mistura, e o resto é tudo “cada um na sua” (risos). O japonês fica lá plantando e coloca as mulheres na feira pra vender, você já viu? (risos) Eles são espertos²⁴.

Interessante notar que a fala de Maria do Socorro revela uma incidência maior de mulheres à frente das barracas da Feira. A maioria das barracas é familiar, mas quem está na linha de frente é a mulher. Também levanta a questão das relações de gênero que estão postas na Feira e na cidade.

A própria Maria do Socorro não é casada com japonês ou descendente de japoneses e está incluída em seu discurso, ou seja, ela é quem trabalha na barraca da Feira, enquanto o marido fica em casa. Ela ainda relatou à autora que o marido ajuda no transporte e na compra

24 Conforme entrevista com Maria do Socorro de Oliveira.

das frutas que ela revende. Esse aspecto que ela indicou como uma “esperteza” do imigrante japonês parece natural em sua relação familiar e assim se explicou:

Meu marido não é japonês, mas eu é que quero trabalhar sozinha, não quero homem aqui me enchendo... (risos). O meu filho tá ali na outra barraca e eu estou aqui nessa que era da minha filha, de raspadinha, ela agora tá fazendo só feira de bairro com as frutas, o marido dela ajuda²⁵.

Nota-se que a atividade de feirante é uma constante familiar e que os filhos realmente herdaram o trabalho dos pais. As mulheres exercem a atividade, mesmo que seja vista como pesada e rude, mas não a avaliam como reservada exclusivamente aos homens. Fazendo uma junção entre o espaço da casa e da Feira como espaço de comércio de produtos que vão para a cozinha, pode-se levantar a hipótese de que o domínio da casa estende-se aos contornos da feira. Sendo assim, as mulheres sentem-se à vontade no espaço da Feira, porque elas dominam as artes de fazer da casa (CERTEAU, 2007). A linguagem usada por Maria do Socorro faz uma inversão da fatalidade da ordem estabelecida. Há entre suas palavras afirmações sobre sua pessoa que ela escolheu como memoráveis, a relação com a família, com o marido e com os imigrantes que ela conhece, porque trabalha na Feira. As táticas que ela estabeleceu com relação ao poder exercido em seu espaço de trabalho estão imbricadas com suas relações familiares.

Em outro aspecto e pensando a continuidade histórica da Feira como evento de imigrantes, observa-se que as barracas podem não passar para as novas gerações. Jade Tamashiro²⁶ relatou que sua filha fez doutorado em Agronomia, afirmou que os descendentes dos japoneses não pretendem ficar na Feira porque estudaram e exercem outras profissões.

Reforçando a ideia de Jade, Rosemeire, que não é imigrante e nem descendente de japoneses, relatou que sua barraca foi de seu pai, que o negócio é herança que passa de pai para filho, e que vai passar para seus filhos. O pai de Rosemeire vendia roupas e ela vende brinquedos que compra no Paraguai. Rosemeire diz que, depois da mudança para a Esplanada, a Feira melhorou muito porque se transformou em ponto turístico, ganhando espaço na mídia e na pu-

25 Conforme entrevista com Maria do Socorro de Oliveira.

26 Conforme entrevista com Jade Tamashiro.

blicidade feita pela Prefeitura. Mesmo assim, afirmou que o movimento sempre foi menor do que na Feira antiga. Rosemeire colocou uma questão interessante sobre a dinâmica da cidade:

Aqui o pessoal faz vista grossa, porque a gente vende coisas do Paraguai, que não pode vender; a gente paga caro o condomínio e eles não podem tirar a gente daqui, senão acaba muito negócio aqui. Tem o Camelódromo, eles também deixam eles venderem tudo que é coisa de sacoleiro lá. E aqui é ponto turístico, né? Se a polícia pega a mercadoria no ônibus a gente arca com o prejuízo, mas aqui eles só tiraram os CDs piratas. O resto, fazem vista grossa²⁷.

Rosemeire relatou uma prática que coloca à mostra a “negociação” que existe entre os comerciantes de produtos comprados ilegalmente no Paraguai e a Prefeitura. A “vista grossa” a que ela faz referência é a posição que a Prefeitura ocupa com a aceitação das barracas, mesmo vendendo produtos sem o pagamento de impostos eles não são retirados do comércio, tanto na Feira como no Camelódromo (lugar fixo para os camelôs, no centro da cidade).

O enfrentamento não se dá pelo fato de que o comércio de produtos contrabandeados faz com que espaços como a Feira e o Camelódromo existam. Os espaços desse pequeno comércio são orientados ou administrados pela Prefeitura, geram renda diretamente ou indiretamente como ponto de visitação turística. Ao mesmo tempo, os comerciantes conseguem resistir e continuar no trabalho, apesar das normas de pagamento das áreas e das taxas de condomínio. O poder das relações ora se encontra no cargo público, ora se encontra na manifestação popular. A vivência real propicia a negociação implícita no cotidiano.

Os relatos das feirantes podem ser analisados conjuntamente com a fala da moradora Nilva Martins Guimarães, quando se referiu às sensações de flunar entre diferentes feiras da cidade, inclusive entre a antiga e a atual. Em entrevista, ela afirmou que:

Aquela Feira nova (atual) não tem muito a ver com aquela antiga, a não ser porque tem verdura, você vê, agora tem shows. No último dia que a gente teve lá, tava uma garoinha fina, eu não sei que conjunto que ia se apresentar, na metade do estacionamento tava armado aquele imenso palco. Quer dizer, tem essa parte cultural que ela promove e isso

27 Conforme entrevista com Rosemeire Teixeira da Cunha Dias.

não existia naquela feira ali. Lógico que a gente tem saudade, eu gostava de ir, comprava alguma coisinha. Era muito mais fácil, a gente ia a pé, com o carrinho, agora você tem que pagar estacionamento, é longe, você tem que ir mais ajeitado. Nesse ponto é diferente, como aqui na Coophasul, a gente vai, vai de chinelo, é uma feirinha na qual você encontra amigos, come aquele pastelzinho da japonesa, ainda é um lugar de encontro, lá a gente sempre encontra alguém conhecido. A outra é mais um ponto turístico. Que aqui (Feira antiga) não era tanto, tinha aquele negócio, é... Vamos na feira, mas lá como é muito, como se diz, apelinhada, melhor, desperta mais atenção, acho que nesse ponto **ela sofreu uma evolução pra melhor, porque também foi ótimo pra Campo Grande.** E nos bairros, continua do mesmo jeito, por que a pessoa não tem muita condição de ir lá naquela (atual), vai de ônibus à noite, ou de carro, tem que pagar. Eu vejo ali perto do São Julião, tem uma feirinha, até a gente pega o asfalto pra ir na casa da Vilma, que mora perto do corguinho do São Julião. Então, toda vez, sábado à tarde, aquele mundo de gente, pra cá e pra lá, e com guri pegado na mão, e com sacola, tem de tudo, aquela rua é uma rua pequena e você vê, aquele burburinho, ela desperta isso. Elas (as feiras) não vão terminar, elas jamais, porque elas oferecem um produto diferente, mais fresco, quantos falam: acabei de colher. É um produto muito bom, fresquinho, então isso jamais vai acabar. Porque em comparação com o mercado, como não tem uma demanda muito grande, aquelas folhas ficam feias, os legumes ainda tudo bem, mas folha não tem lugar melhor que na feira livre. É uma necessidade dos bairros²⁸.

Naôr Rocha Guimarães, seu esposo, resumiu:

Ela (a feira de bairro) promove a sociabilidade por causa do consumo de legumes e verduras em geral, e a Feira Central promove a sociabilidade através da necessidade de lazer turístico, e da necessidade de acompanhamento cultural²⁹.

A negociação entre individual e o coletivo esteve presente nesses relatos. É possível perceber como a cidade está colocada como percepção do coletivo e que o individual se mostra nas pequenas relações de solidariedade. O que é melhor para a cidade é negociado com os anseios próprios dos moradores. Os valores são de sociabilidade e de minimização de necessidades de lazer e, ainda, de alimentação, de sentidos, de pertencimento.

28 Conforme entrevista com Nilva Martins Guimarães.

29 Conforme entrevista com Naôr Rocha Guimarães.

Naôr é professor aposentado e esteve presente na entrevista de Nilva, sua esposa, que também é professora aposentada. Sendo assim, formulou resumidamente o que tinha escutado, colocando as necessidades da população como causais das diferentes feiras na cidade. Naôr relatou o distanciamento, fez uma reflexão sobre a relação de conhecer e de precisar estar na feira.

Nilva, que também é psicóloga, expressou manifestações sensoriais, o burburinho, o frescor dos alimentos. O que se sente quando está integrada no movimento da feira, o ir e vir, os cheiros e os gostos. Importante ressaltar como é difícil explicar essas sensações, e como elas aparecem apenas na experimentação. Se observadas como espaços de consumo, material ou cultural, as feiras tornam-se, portanto, lugares insuperáveis.

Além da referência sensorial, Nilva foi específica quando disse que a Feira atual *sofreu uma evolução pra melhor, porque também foi ótimo pra Campo Grande*³⁰. Nota-se a visão distanciada da moradora com relação à cidade. Num momento, a cidade está para todos; em outro, serve para os anseios individuais. A cidade do pensamento coletivo é aquela que foi traçada no imaginário como “moderna”, que esteve nos planos urbanísticos de conservação do centro e da construção de bairros, afastados desse centro por grandes avenidas. A cidade ficou constricta nos contornos centrais.

Confirmando essa ideia, em entrevista concedida à autora, Lucy Moreira da Cunha, campo-grandense, de 69 anos, afirmou: “Vou para a cidade duas ou três vezes por semana, porque aqui parece que estamos na fazenda”³¹. Importante ressaltar que a casa de Lucy está em um bairro muito próximo ao centro da cidade, mas se constata o distanciamento da cidade como realização do pensamento para o coletivo. A cidade praticada é uma negociação do coletivo com o individual, ou do público com o privado.

Em outro aspecto pode-se avaliar que atualmente existem feiras de exposição, feiras de áreas específicas, como feiras de tecnologia, ou feiras de gado etc. O sentido do consumo é o mesmo da feira da rua, da feira de legumes e de verduras. Mostrar a mercadoria e estar em contato com o consumidor, criando um espaço de interesses múltiplos e orientados, ainda estabelecendo sensações de sociabilidade, é o impulso para a formação das feiras.

30 Conforme entrevista com Nilva Martins Guimarães.

31 Conforme entrevista com Lucy Moreira da Cunha.

Podemos também relacionar a criação do espaço denominado mundialmente como *shopping center* tendo origem e orientação a partir das feiras na história. Lugar que o capitalismo explorou como máxima do consumismo, mas que não deixa de ser, como a feira, um lugar que faz a comunhão do comércio com o lazer; o caminhar dentro de um *shopping center* lembra o flunar entre barracas de uma feira. Dentro de suas especificidades, os dois espaços possibilitam uma vida social, mais excludente no *shopping* e mais integradora na feira. O shopping é a miniatura da cidade, sem precisar dela, onde o tempo e a geografia são outros (SARLO, 1997), e a feira é a própria cidade, em uma pequena porção do espaço.

A população de Campo Grande é acostumada com a Feira Livre Central desde o começo do século XX, e igualmente às outras cidades cultivou o apego a esses momentos e espaços tão próprios, fez esforços constantes e negociou o poder, para que as feiras não sejam extintas.

Seja através da patrimonização ou da transformação em ponto turístico, a Feira é parte que mostra a cidade, e a cidade se desvenda pelo cotidiano da Feira. O imigrante se integra, o “estrangeiro” se diverte, o feirante se mantém, o habitante se reconhece, todos em meio às barracas e ao burburinho.

A necessidade de pertencer a um grupo social que o remeta ao campo, mesmo que dele não tenha provindo ou sequer tenha contato, faz parte do imaginário campo-grandense. A Feira realizou, em vários momentos, essa relação; o campo está presente nos produtos vendidos, na culinária das barracas e no próprio caminhar por entre as barracas.

Novamente se observa a bifurcação do imaginário que a cidade estabelece para sua reinvenção cotidiana. Campo Grande, assim como a Feira, quer estar próxima do campo, mesmo que seja moderna, quer continuar na simplicidade do povo pantaneiro, mesmo que muitos sejam vindos de outro lugar. As pessoas estão sempre na dualidade urbano/rural, mostrando que o urbano está no rural, que a “cidade é parte da projeção da sociedade sobre um local” (LEFEBVRE, 2001, p. 62).

Ainda se faz necessário estabelecer que o campo, como ideia, nos remete ao tempo lento e modorrento, ou pelo menos a outra relação com o tempo. Também se pode dizer que o campo, ou a vida interiorana, significa a segurança do conhecimento de seus vizinhos, ou seja, a paz estabelecida pelas relações familiares ou amigáveis. O tempo mais livre, em contraste com os problemas da vida agitada, significa valor de qualidade de vida, constituindo-se em elemento

da busca por uma vida mais prazerosa. Logo, a vida rural não pode ser destruída na memória coletiva e continua sendo buscada como valor da vida na cidade.

Raymond Williams nos adverte quanto às particularidades e as inter-relações que envolvem o campo e a cidade. De acordo com este autor, trata-se de “uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas intermediárias e novas” (1989, p. 364). Por essa perspectiva, a cidade e o campo encontram-se na realidade expressiva da Feira, como uma organização fluída e, ao mesmo tempo, tradicional e nova.

Essa relação não é exclusividade de Campo Grande. Henri Lefebvre resume assim a crise enfrentada, de modo geral, pela cidade:

Portanto, é na direção de um novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto na direção de uma nova práxis e de um novo homem, o homem da sociedade urbana. E isto, escapando aos mitos que ameaçam essa vontade, destruindo as ideologias que desviam esse projeto e as estratégias que afastam esse trajeto. A vida urbana ainda não começou. Estamos acabando hoje o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas ideias e “valores”, tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária, de predomínio rural e “natural”. Esporádicas cidades emergiram do oceano do campo. A sociedade rural era (ainda é) a da abundância, da penúria, da privação aceita ou repudiada, das proibições que dispunham e regularizavam as privações. A sociedade rural foi aliás a sociedade da Festa, mas este aspecto, o melhor deles, não foi retido, e é ele que é preciso ressuscitar e não os mitos e os limites! Observação decisiva: a crise da cidade tradicional acompanha a crise mundial da civilização agrária, igualmente tradicional. Caminham juntas e mesmo coincidem. Cabe a “nós” resolver essa dupla crise, **notadamente ao criar com a nova cidade a nova vida na cidade**³² (LEFEBVRE, 2001, p. 108-109).

Campo Grande também é representação dessa crise que se estabeleceu na cidade moderna. Lefebvre ainda explica que o “nós” designa os interessados, portanto todos aqueles que têm vida social. Também argumenta que as relações não são estabelecidas por vontade dos que

32 Grifo da autora.

detêm o poder, mas que são forjadas do cotidiano, da práxis, da vida social. O habitante de Campo Grande requer seu direito à cidade,

[...] e o *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118).

Talvez, a Feira encarne um momento de realização prático-sensível e continue sendo um lugar de encontro, mesmo que dela tenham sido retiradas características camponesas. A simplicidade e a nostalgia continuam sendo uma busca da subjetivação do direito à cidade. Seja a Feira comércio de produtos alimentícios ou espaço cultural, sua pluralidade é o que fornece *padrões*, maneiras de viver a vida urbana. Os habitantes administram as crises da cidade, formulando novos usos, nova produção e novas relações que se estabelecem no cotidiano, ou seja, criam com a nova cidade a nova vida na cidade.

A Feira e a cidade de Campo Grande são formadas pela diversidade, pelo trabalho diário, pelas necessidades de sobrevivência e de integração humana, pela busca de um passado “enaltecedor” e de um futuro “brilhante”. Enfim, a Feira alimenta Campo Grande, de maneira material ou sentimental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, procurei relacionar a Feira Livre Central e a cidade de Campo Grande, para que fosse possível conhecer a cidade através da Feira, analisando a Feira como espelho e vitrine. Para a realização do trabalho optei por usar fontes orais, advindas das entrevistas com feirantes e com moradores; também utilizei jornais, revistas e documentos oficiais; ainda recorri aos relatos memorialísticos, impressos em livros.

As histórias são relacionadas entre os dois eventos, tanto a Feira está na cidade como a cidade está na Feira. Depois da criação do estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 1977, os projetos com relação à Feira foram apresentados no palco da municipalidade. Campo Grande ganhou visibilidade como capital do Estado e fez parte da política nacional; igualmente, fortaleceu sua vontade de se mostrar “moderna” como as grandes cidades do Brasil. Esse desejo vem sendo demonstrado desde sua fundação e, por esta ter se dado no final do século XIX, Campo Grande, pode-se dizer, é uma cidade do século XX, ou seja, de processos históricos recentes.

Enquanto nas décadas de 1970 a 1990, a Feira Livre Central estava nas ruas do entorno central da cidade, Campo Grande afirmava-se como centro político e administrativo do estado. O cotidiano foi sendo alterado por novos ideais de importância nacional. A economia, antes exclusivamente voltada para a pecuária, tomou rumos mundiais, e o turismo se instalou como setor a ser explorado. A cidade, antes preocupada em ser “moderna” e em destruir o “velho”, passou a procurar sua história ou, pelo menos, o passado que havia sido destruído. Muitos lugares, prédios e réplicas foram transformados em patrimônio e apropriados como, historicamente, importantes; afinal, uma Capital precisava de história e precisava estar à venda na política da *city marketing*.

As transformações urbanas se intensificaram na década de 1990, com a ampliação das vias públicas e com a chegada de um *shopping* na cidade. Campo Grande ligou-se ao Pantanal

como roteiro turístico, e a Feira Livre Central estava na pauta de discussões dos administradores. O imaginário de cidade “moderna” foi reafirmado e a Feira, diante de muitas microtáticas de poder, foi transferida de lugar em 2004.

Muitas alterações ocorreram na cidade; conjuntamente, muitas transformações ocorreram na Feira Central, cujo nome deixou de ser “Livre”, em sua formação de comércio popular. Campo Grande, porém, ainda se enxerga e se mostra nessa Feira de ares “modernistas”, mesmo que aquela Feira que deu origem à nova Feira seja dada como morta. Os moradores, outrossim, sentem uma ligação com o passado rural, na Feira; senão na Feira Central, nas feirinhas de ruas dos bairros. Campo Grande também estabelece uma relação com o campo e com suas manifestações no centro urbano.

Conhecer a cidade através da Feira Livre Central, posta como viva em memórias, nas palavras dos entrevistados, foi enxergar Campo Grande nas suas semelhanças e alteridades. O mais relevante foi sentir que nem cidade nem Feira existiriam sem a população, e que elas, a cidade e a Feira, podem ser consideradas patrimônios, que podem ser visitados, mas são profundamente ações humanas. Ainda, assim, como eventos sociais se relacionam.

Enfim, o que é a história, senão pesquisar, senão conhecer e senão divulgar as ações humanas?

FONTES

FONTES ESCRITAS

MEMÓRIAS E CRÔNICAS

ÁLBUM DE CAMPO GRANDE. 1939. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

ÁLBUM GHRÁFICO DE MATO GROSSO. Hamburgo/ Corumbá: S.C. Ayala Simon. 1914. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

BUAINAIN, Maura S. C. Neder. *Campo Grande: memória em palavras; a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2006.

CONGRO, Rosário. *O município de Campo Grande*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2003. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

ENERSUL, *Um passeio pela memória: a história da energia elétrica no Mato Grosso do Sul – 1923-1989*. Campo Grande, 1989. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

MACHADO, Paulo Coelho. *Arlindo de Andrade – primeiro Juiz de Direito de Campo Grande*. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

RIBEIRO, Lélia Rita E. de Figueiredo. *O homem e a terra*. Campo Grande, 1993. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Campo Grande*. Ed. Resenha Tributária Ltda. São Paulo: 1980. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

SILVA, José de Melo e. *Canaã do Oeste: sul de Mato Grosso*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

JORNAIS E REVISTAS

ARCA, Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, n. 05, 06, 07, 12. Campo Grande, 1995, 1998, 2000, 2006. Acervo da autora.

CORREIO DO ESTADO, Campo Grande, MS, quarta-feira, 07 de abril de 1999; 25/26 de agosto de 1999; 19 de março de 2002. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

DIÁRIO DA SERRA, Campo Grande, MS, 17 de abril de 1974; 08 de junho de 1974; 01 de julho de 1977; 02 de julho de 1977; 22 de julho de 1977; 10 de agosto de 1977; 10 de agosto de 1977; 26 de março de 1987. Acervo Fundação Barbosa Rodrigues.

EXECUTIVO PLUS, a revista de Mato Grosso do Sul, Ano I, n. 5, julho de 1984. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

FOLHA DA SERRA. Revista mensal ilustrada. Ano II, n. 23, agosto de 1933. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 30 de novembro de 2006. Acervo da autora.

GRIFO. Campo Grande: Editora Matogrossense, n. 04, 1979. Acervo da autora.

JORNAL DA MANHÃ, Campo Grande 30/31 de agosto de 1987. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

O DEMOCRATA. Campo Grande, 26 de agosto de 1958. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

REVISTA *MS CULTURA*. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, ano II; n. 6, julho/agosto/setembro de 1986. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

DOCUMENTOS OFICIAIS

CAMARA MUNICIPAL, 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande, 1905. *ARCA, Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande*. Campo Grande, n.05,1995.

MARTINS, Demóstenes. *Relatório 1943*. Prefeitura Municipal de Campo Grande, 1943. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

PLANURB. *Uma proposta para a Feira Livre Central*. Campo Grande: Planurb, 1987. Acervo do arquivo da Secretaria de Planejamento Urbano de Campo Grande, MS.

FONTES ORAIS

CUNHA, Lucy Moreira da. Costureira aposentada, 69 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 30 min. (aprox.), son. CD.

DIAS, Rosemeire Teixeira da Cunha [Rose]. Feirante, 43 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 30 min. (aprox.), son. CD.

GUIMARÃES Naôr Rocha. Professor aposentado, 64 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 20 min. (aprox.), son. CD.

GUIMARÃES, Nilva Martins. Professora aposentada, 62 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 50 min. (aprox.), son. CD.

IAEKO, Maria [Batatinha]. Feirante. 65 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 10 min. (aprox.), son. CD.

MATTO GROSSO, Fausto. Engenheiro, 60 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2009. 30 min. (aprox.), son. CD.

NAKASONE, Cláudia Maria de Assis. Feirante, 41 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 40 min. (aprox.), son. CD.

OLIVEIRA, Maria do Socorro. Feirante, 57 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 20 min. (aprox.), son. CD.

PACHE, Adão. Aviador aposentado, 74 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 30 min. (aprox.), son. CD.

TAMASHIRO, Jade. Feirante, 43 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 20 min. (aprox.), son. CD.

FONTES DA INTERNET

ALPARGATAS. Disponível em: <www.alpargatas.com.br>.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <www.googlemaps.com>.

GOOGLE. Disponível em: <www.google.com>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE: <www.pmcg.ms.gov.br>.

WIKIPEDIA. Disponível em: <www.wikipedia.org>.

VÍDEOS

CHICO ANYSIO: garoto propaganda pioneiro das Havaianas. 5:22min. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=BqQ2RPKljEc&NR=1>>.

COMERCIAL antigo havaianas 1972. 2:06min. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yhZsIaQ5JTc>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Ângelo Marcos. A feira é livre? *Revista ARCA*. Campo Grande, n. 5, outubro 1995.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.
- AUTRAND, Françoise. Uma sociedade em plena mutação. Trad. Celso Paciornik. *História Viva*. São Paulo: Duetto Editorial, ano 01, número 05, 2004.
- BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital de século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática. 1985.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.
- BETHENCOURT, Francisco; RAMADA, Diogo (orgs.). *Memória da nação*. São Paulo: Livraria Sá da Costa, 1987.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história: o ofício de historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- _____. Metrôpoles: as faces do Monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.5, n. 8/9, set. 1984/abr. 1985.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola de Annales 1929-1989*. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. *Álbum Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p.27-62.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Tradução Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

CALVO, Célia Rocha. Uma praça, numa cidade: patrimônio histórico e cidadania cultural. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural*. Brasília: IPHAN, n. 23, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. *A invenção do cotidiano: 1 – artes de fazer*. 13. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____.; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2 – morar, cozinhar*. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Tradução: Patrícia Chitoni Ramos. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/ Unesp, 2001.

COSTA, Celso. Evolução urbana. *Álbum Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, María Laura (comps.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: USP, 2006.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (orgs.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

DOSSE, François. *A História à prova do tempo*: da história em migalhas ao resgate do sentido. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Unesp, 2001.

ENERSUL. *Um passeio pela memória*: a história da energia elétrica no Mato Grosso do Sul – 1923-1989. Campo Grande, 1989.

FREITAG, Barbara. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. Rio de Janeiro: FAPERJ/7, 2002.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização*: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. 2000. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARDIN, Cleonice. *Campo Grande*: entre o sagrado e o profano. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

GASTAL, Susana. *Alegorias urbanas*: o passado como subterfúgio. Campinas: Papirus, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade*: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Outras histórias*: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; trad. Cely Arena. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LE GOFF, Jacques. Memória. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. I, 1984. Coleção Memória e História.

LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 – A cidade aniversariante e a memória coletiva; o IV centenário da cidade de São Paulo. Projeto História 20: sentidos da comemoração. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo: PUC, 2000.

LOPES, Vânia Lúcia Silva. *Meios de vida*: as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, 2004.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARTINS JÚNIOR, Carlos. Casa Candia do município de Anastácio – MS: patrimônio e memória social. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE RELIGIOSIDADES, DIÁLOGOS CULTURAIS E HIBRIDAÇÕES, III, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande, 2009.

MATTOS, Carlos A. de. Modernización capitalista y transformación metropolitana em América Latina: cinco tendencias constitutivas. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (comps.). *América Latina*: cidade, campo e turismo. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: USP, 2006.

MENESES, José Newton Coelho. *História e turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória*: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*: o espírito do tempo – Vol 01: Neurose. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. A feira de Brejo Grande: estudo de uma instituição econômica num município sergipano do Baixo S. Francisco. 1975. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. *La République*. Paris: Gallimard, 1984.

_____. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/ SP*. São Paulo: EDUC, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de julho*. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

_____. *Ruas e calçadas de Campo Grande*. 1997. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAULA, Dilma Andrade de. O futuro traído pelo passado: a produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL et. al. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

PAZERRA JR, Eduardo. A feira de Itabaiana – PB: permanência e mudança. 2003. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 8, n. 16, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Fragmentos de cultura*. Goiânia: IFITEG, v. 14, n.9, p.1595-1604, 2004.

PINHEIRO, Marinete. *Salas de sonhos: história dos cinemas de Campo Grande, MS*. Campo Grande: UFMS, 2008.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Patrimônio visual: as imagens como artefatos culturais. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (orgs.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, María Laura (comps.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: USP, 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1989.

SARLO, Beatriz. *La ciudad vista*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

_____. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Trad. Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

SATO, Leny. *Feira Livre: organização, trabalho e sociedade*. 2006. Tese (livre-docência em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Leisa Robles Borba da. *O Mercadão de Três Lagoas: um estudo de caso das transformações urbanas – 1970 a 1979*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TOMAZZONI, Edegar Luis. Dimensão cultural do turismo: uma proposta de análise. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 5, ano V, n. 03, jul/ago/set. 2008. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>.

TONELLI, Nicélio César. Brasil, Paraguai, Bolívia: encruzilhada cultural no estado de Mato Grosso do Sul. *Revista ARCA*. Campo Grande, n. 07, 2000.

TREVISAN, Emerson. A feira livre em Igarassu: uma análise a partir dos dois circuitos da economia – a convivência do formal e o informal. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

VEDANA, Viviane. “Fazer a feira”: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.

WEINGÄRTNER, Alisolet A. dos Santos. Campo Grande: uma cidade em busca de sua identidade. *Revista ARCA*. Campo Grande, n. 6, 1998.

WEINGARTNER, Gutemberg. A vivência dos espaços e a organização da paisagem urbana. *Revista ARCA*. Campo Grande, n. 12, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.